



## **ACADEMIA MILITAR**

### **AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A OTAN NO PERÍODO DE 1947 A 1960.**

**Autor: Aspirante de Artilharia Cristiano Fonseca de Almeida**

**Orientador: Mestre Eurico Manuel Curates Rodrigues**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação**

**Lisboa, julho de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A OTAN NO PERÍODO DE 1947 A 1960.**

**Autor: Aspirante de Artilharia Cristiano Fonseca de Almeida**

**Orientador: Mestre Eurico Manuel Curates Rodrigues**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação**

**Lisboa, julho de 2014**

## **Dedicatória**

Aos meus pais e irmãos, a quem tudo devo;  
À restante família e a todos os que encorajaram  
a realização do presente trabalho, um enorme  
bem-haja.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar os mais sinceros agradecimentos à Academia Militar, Esta que será sempre minha a “casa-mãe”, por desde cedo apelar ao sentido crítico e de proporcionar todas as ferramentas necessárias, incluindo o gosto pelo tema escolhido, para a elaboração do presente estudo.

Agradeço os contributos, que se revelaram fundamentais, das personalidades entrevistadas.

Ao professor Doutor António José Telo, pela enorme partilha de conhecimento sobre a temática e pela genuína predisposição de contribuir para a realização do presente trabalho.

Ao professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, pela sua disponibilidade e atenciosa preocupação em partilhar o seu vasto conhecimento, incentivando ainda a uma multiplicidade de perspetivas existentes na temática.

E, de igual modo, ao Coronel (Doutor) Nuno Lemos Pires, pela divulgação do seu profundo conhecimento referente à temática e a sua inteira disposição para a contribuição da presente investigação.

Com a maior consideração, um especial sinal de apreço ao meu orientador, professor Eurico Curates Rodrigues, por toda a disponibilidade, empenho e dedicação ao longo de toda a investigação que possibilitou a realização do presente trabalho, reconhecendo que sem o seu auxílio a realização do mesmo não teria sido possível.

Por fim, deixo uma palavra de estima a todos os familiares, camaradas e amigos que, de uma forma ou de outra, demonstraram o seu apoio, importantíssimo no decorrer do estudo.

## Epígrafe

*“ Se a guerra é a lei permanente das relações políticas, paz e guerra não se excluem e podem coexistir, isto é, tudo, em certos aspectos, é «guerra», mesmo a «paz». E se a guerra é o facto constante, isto é, a dialéctica interna da história, trata-se de um fenómeno permanente e que não se pode entender apenas como uma luta militar, já que esta só se verificará quando for julgada dialecticamente necessária. ”*

Cabral Couto (1988)

## Resumo

No período pós-II Guerra Mundial, Portugal encontra-se num impasse relativamente à sua Política de Defesa Nacional, e nesse contexto, importa perceber: “Quais foram as implicações da entrada de Portugal na OTAN, quanto à sua Política de Defesa Nacional?” Pretende-se, com esta questão, uma comparação da Política de Defesa Nacional do Estado português, nos períodos anterior e posterior à assinatura do Tratado do Atlântico Norte.

Essa situação surge em consequência do desaparecimento do Sistema Internacional conhecido até à II Guerra Mundial. Por sua vez, no âmbito das relações internacionais, nomeadamente entre os Estados Ocidentais e os do Leste da Europa – que acabam por formar dois blocos – leva a que a Europa se encontre numa situação sem precedentes, em que o seu poder central move-se para a URSS, sendo que os restantes países europeus se encontram demasiado fustigados pela guerra para responder a tal facto.

Assim sendo, recorrendo a uma análise documental, reforçada com a elaboração de entrevistas exploratórias e semidiretas a três personalidades de elevado conhecimento na temática e de consagrada notoriedade na área em estudo – Professores Doutores António José Telo, Nuno Severiano Teixeira e Coronel (Doutor) Nuno Lemos Pires – foi possível elevar a investigação a um patamar mais audacioso, conferindo às conclusões uma maior solidez.

Uma vez que o presente estudo pretende uma abordagem qualitativa baseada numa metodologia hipotético-dedutiva e descritiva, mais concretamente um estudo de caso, pôde-se epilogar que a OTAN se revelou uma enorme mais-valia para a Política de Defesa Nacional portuguesa num período onde as soluções eram praticamente inexistentes e que um dos aspetos que consubstancia a integração de Portugal na Organização é, efetivamente, a enorme importância geoestratégica e geopolítica dos Açores e do triângulo estratégico português, que acabam por demonstrar o imenso poder funcional português.

**Palavras-chave:** Estado; Sistema Internacional; OTAN; Relações Internacionais; Política de Defesa Nacional.

## **Abstract**

In the post-II world war period, Portugal finds itself deadlocked about its National Defence Policy, and in this context, is important to understand: “What were the implications of the entry of Portugal to NATO in terms of his National Defence Policy?” Intended it is with this question, to produce a comparison of the National Defence Politic Portuguese State, before and after signing of the North Atlantic Treaty.

That situation arises in consequence of the disappearance of the International System known until the II World War. Regarding that, in the context of international relations, particularly between the Western States and the Eastern european States – which culminated in the establishment of two colligations – leads Europe to an unprecedented situation in its history, in which its central power moved to USSR, and other european States are too buffeted to respond to that fact.

In that way, using a documental analysis, which was reinforced with the execution of semi direct and explorative interviews to three entities with high knowledge and distinct reputation about the thematic – Professors Doctors António José Telo, Nuno Severiano Teixeira and the Coronel (Doctor) Nuno Lemos Pires – it was possible to raise the investigation to an audaciously level, giving greater strength to the conclusions.

Therefore, the present investigation aims a qualitative approach based on a methodology hypothetic-deductive and descriptive, methodology, sustained in a study case. In that way, we can epilogue that NATO revealed itself very important to the Portuguese National Defence Policy, in one period which Portugal didn't have solutions and the most important desideratum to America regarding Portugal integration in the Organisation was an immense importance geostrategic and geopolitics of Azores and the strategic Portuguese triangle, which ending to prove the huge functional power of Portugal.

**Key words:** State; International System; NATO; International relations; National Defensive policy.

## Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Epígrafe .....	iv
Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Índice de figuras .....	x
Índice de quadros.....	xi
Lista de apêndices.....	xii
Lista de anexos .....	xiii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	xiv
 <b>Capítulo 1 - Introdução.....</b>	 <b>1</b>
1.1. Finalidade e generalidades .....	1
1.2. Enquadramento .....	1
1.3. Justificação da investigação .....	3
1.4. Objetivo geral e objetivos específicos.....	4
1.5. Pergunta de partida e perguntas derivadas .....	5
1.6. Hipóteses .....	5
1.7. Metodologia .....	6
1.8. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos .....	7
 <b>Capítulo 2 - Metodologia.....</b>	 <b>8</b>
2.1. Prelúdio .....	8
2.2. Método de abordagem ao problema.....	10
2.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados .....	10
2.4. Local e data da pesquisa e da recolha de dados .....	11
2.5. Amostragem: composição e justificação.....	11
2.6. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados .....	12



<b>Capítulo 3 - Sistema Internacional .....</b>	<b>13</b>
3.1. Prelúdio .....	13
3.2. Conceptualização .....	13
3.3. Agentes do Sistema Internacional .....	15
3.3.1. Estado-Nação .....	15
3.3.2. Organizações Internacionais .....	16
3.3.2.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte .....	17
3.4. Sistema Internacional no período 1947-1960 .....	23
3.4.1. Portugal no Sistema Internacional .....	26
 <b>Capítulo 4 - Política de Defesa Nacional no período de 1947-1960 .....</b>	<b>31</b>
4.1. Prelúdio .....	31
4.2. Defesa Nacional e Política de Defesa Nacional .....	32
4.3. Portugal Insular .....	34
4.3.1. Período precedente à OTAN .....	35
4.3.2. Período posterior à OTAN .....	38
4.4. Portugal continental .....	41
4.4.1. Período precedente à OTAN .....	41
4.4.2. Período posterior à OTAN .....	43
4.5. Províncias Ultramarinas .....	45
4.5.1. Período precedente à OTAN .....	45
4.5.2. Período posterior à OTAN .....	45
4.6. Forças Armadas.....	47
4.6.1. Período precedente à OTAN .....	47
4.6.2. Período posterior à OTAN .....	48
 <b>Capítulo 5 - Conclusões e recomendações .....</b>	<b>51</b>
5.1. Introdução .....	51
5.2. Cumprimento dos objetivos .....	51
5.3. Respostas às questões derivadas .....	51
5.4. Verificação das hipóteses .....	53
5.5. Resposta à questão central .....	54
5.6. Limitações da investigação .....	55
5.7. Propostas de investigação futura .....	55

Bibliografia .....	56
Apêndices .....	1
Anexos .....	1

## **Índice de figuras**

### **Apêndices**

Figura 1 - Triângulo estratégico português. ....	15
--	----

### **Anexos**

Figura 2 - Etapas do procedimento. ....	2
Figura 3 - Método hipotético-dedutivo versus hipotético-indutivo .....	2
Figura 4 - Estrutura da OTAN em dezembro de 1949. ....	3
Figura 5 - Estrutura da OTAN em maio de 1951. ....	3
Figura 6 - Estrutura da OTAN em julho de 1954. ....	4
Figura 7 - Fluxograma do modelo de elaboração da PDN. ....	5
Figura 8 - Defesa dos Pirenéus. ....	6
Figura 9 - Dispositivo OTAN na Europa no final dos anos 50. ....	7
Figura 10 - Espetro da guerra. ....	8

## **Índice de quadros**

### **Apêndices**

Quadro 1 - Guião das Entrevistas por módulos temáticos com referências aos objetivos específicos. ....	5
Quadro 2 - Lista dos entrevistados e dados técnicos.....	7
Quadro 3 - Análise das respostas às questões: B1, B2, C1, C2, D1, E1, F1. ....	8
Quadro 4 - Tratado do Atlântico Norte (1949) .....	16
Quadro 5 - Tratado do Atlântico Norte, Protocolo de 1951.....	18

## **Lista de apêndices**

Apêndice A - Guião das entrevistas .....	2
Apêndice B - Análise dos resultados das entrevistas. ....	8
Apêndice C - Triângulo estratégico português.....	15
Apêndice D - Tratado do Atlântico Norte (1949) e o Protocolo de 1951.....	16

## **Lista de anexos**

Anexo A - As etapas do procedimento e método	
dedutivo versus indutivo. ....	2
Anexo B - Evolução estrutural da OTAN. ....	3
Anexo C - Modelo de elaboração da PDN. ....	5
Anexo D - Linha de defesa dos Pirenéus ....	6
Anexo E - Dispositivo defensivo da OTAN na Europa. ....	7
Anexo F - Espectro da guerra ....	8

## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

### A

<b>ACLANT</b>	<i>Allied Command Atlantic</i> (Comando Aliado do Atlântico)
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AOS</b>	António de Oliveira Salazar
<b>APA</b>	<i>American Psychological Association</i> (Associação de Psicologia Americana)

### C

<b>CAPDN</b>	Conselho de Ação Política de Defesa Nacional
<b>CEMGFA</b>	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
<b>Cfr</b>	Conforme
<b>CO</b>	Correspondência Oficial
<b>CSDN</b>	Conselho Superior de Defesa Nacional
<b>CSM</b>	Conselho Superior Militar

### D

<b>DL</b>	Decreto-Lei
-----------	-------------

### E

<b>EA</b>	Escola das Armas
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América

### F

<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FAP</b>	Força Aérea Portuguesa

### I

<b>IAEM</b>	Instituto de Altos Estudos Militares
<b>IAN/TT</b>	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
<b>IDN</b>	Instituto de Defesa Nacional

**M**

**MAAG** *Military Assistance Advisory Group* (Grupo Consultivo de Assistência Militar)

**MDN** Ministério da Defesa Nacional

**N**

**NE** Negócios Estrangeiros

**NEP** Normas de Execução Permanente

**O**

**OAZR** Orla Anterior da Zona de Resistência

**OEDN** Objetivos Estratégicos de Defesa Nacional

**ONA** Objetivos Nacionais Atuais

**ONP** Objetivos Nacionais Permanentes

**ONU** Organização das Nações Unidas

**OTAN** Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO – *North Atlantic Treaty Organization*)

**P**

**PDN** Política de Defesa Nacional

**R**

**RI** Relações Internacionais

**S**

**SAC** *Strategic Air Command* (Comando Aéreo Estratégico)

**SACUER** *Supreme Allied Commander Europe* (Comando Supremo Aliado da Europa)

**SACLANT** *Supreme Allied Command Atlantic* (Comando Supremo Aliado do Atlântico)

**SHAPE** *Supreme Headquarters, Allied Powers – Europe* (Supremo Quarel-General das Forças Aliadas – Europa)

**SI** Sistema Internacional

**T**

**TIA** Trabalho de Investigação Aplicada

**U**

**UNL** Universidade Nova de Lisboa

**UEO** União da Europa Ocidental



**URSS**

**União das Repúblicas Sociais Soviéticas** (USSR – *Union Of Soviet Socialist Republic*)

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1. Finalidade e generalidades

No âmbito da estrutura curricular dos cursos da Academia Militar desenvolveu-se o presente trabalho subordinado ao tema “As Relações entre Portugal e a OTAN no período de 1947 a 1960”. Tem como finalidade a comparação da Política<sup>1</sup> de Defesa Nacional (PDN) precedente ao Tratado de Washington com a mesma política no período posterior à assinatura do Tratado por parte de Portugal, analisando o que levou a essas mesmas alterações.

A presente introdução tem por objetivo explicar sucintamente a temática e a problemática do estudo em causa, dando-lhe também o necessário enquadramento geral. De seguida, apresenta quais os objetivos a que o estudo se propõe, formulando a questão central e questões derivadas com as respetivas hipóteses de resposta à questão central. Por fim, será referida a metodologia e toda a estrutura em que se baseia a presente tese.

### 1.2. Enquadramento

Após a II Guerra Mundial surge um novo Sistema Internacional (SI). Tal como ensina Mendes Dias (2007, p. 27) “(...) aceitamos como pressuposto a existência de um sistema internacional e que, portanto contornamos por questão de método o pensamento de autores como Donald Lampert, Lawrence Fallowski e Richard Mansbach, que questionam essa existência (1978)”, sistema esse que leva o seu tempo a ser compreendido pelos dirigentes portugueses (Telo, 1996a). O continente europeu, habituado a pensar em si como o centro do mundo, termina a guerra enfraquecido, e Portugal vive com um verdadeiro choque a perda

---

<sup>1</sup> Segundo Bobio (2000 in Dias C. M., 2010, p. 85) é a “(...) actividade ou as actividades que têm de algum modo, como termo de referência, a «pólis», isto é, o Estado”.

do poder<sup>2</sup> da Europa, principalmente a perda de poder relativo<sup>3</sup> da Inglaterra, que deixa de conseguir garantir as suas funções tradicionais da aliança luso-britânica (Telo, 1996b). Em contrapartida, se até aqui Portugal teria conseguido manter a sua posição neutra, de agora adiante essa neutralidade começa a demonstrar-se impraticável (Telo, 1995). Isto, naturalmente, na perspetiva realista das relações internacionais de que não é neutral quem quer, é neutral quem pode.<sup>4</sup>

Segundo Adriano Moreira (1999) este novo SI consubstanciava-se fundamentalmente em dois Estados que, mais tarde, seriam promovidos à dignidade de superpotências, depois de conhecida a domesticação da energia atómica – a dois de dezembro, por Enrico Fermi – e esta, por sua vez, testada em 16 de julho de 1945 por Robert Oppenheimer.

Durante a primeira fase do SI em questão, de 1945 a 1960/61, o aparecimento da OTAN vem trazer uma profunda reformulação no que concerne à PDN de Portugal.

Nesta perspetiva, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão epistemológica, estabelecendo-se uma comparação entre duas PDN completamente distintas. Uma, onde a aliança luso-britânica, isolada, não tinha condições de assegurar as necessidades da

---

<sup>2</sup> Tendo em consideração Joseph Nye Jr. (2012), a definição de poder, nas Relações Internacionais (RI), é muito contestada, não existindo uma definição genérica que seja aceite por todos os seus utilizadores. Desta forma é essencial, quando falamos de poder de um determinado ator, especificarmos que poder de execução tem esse mesmo ator, ou seja, poder para fazer o quê. É ainda importante determinar quem está envolvido na relação de poder e qual o domínio do poder envolvido. Esse poder poderá ser definido como recursos – por exemplo o urânio que até à era nuclear não era fonte de poder – ou ainda como resultado comportamental, onde o poder, numa conceptualização weberiana, é a capacidade de alterar o comportamento alheio, tendo em vista a produção de resultados desejados. Por outro lado, Adriano Moreira (1997, p. 106) entende-o como “(...) a capacidade de estabelecer e manter controlo do homem sobre o homem, ou de uma entidade política sobre outra, analisa-se num conjunto de elementos, desde a violência física aos meios de constrangimento económico e financeiro aos métodos da engenharia social que induzem a adesão e obediência da sociedade civil”.

<sup>3</sup> Segundo Mendes Dias (2005), a natureza do poder pode-se organizar em três bases, sendo elas: Objetiva, Subjetiva e Relativa. No que diz respeito à base relativa “Integra um conjunto de fatores que só tem significado numa relação com outrem. (...) No âmbito desse conjunto de fatores incluem-se as circunstâncias da eventual aplicação do poder; especificando e, por exemplo, circunstâncias de lugar de aplicação, distância de aplicação e dos meios a serem aplicados” (Dias C. M., 2005, p. 221). De acordo com Joseph Nye Jr., o poder relacional subdivide-se em três aspetos: o primeiro concentra-se “(...) na capacidade de levar os outros a agir de formas contrárias às suas preferências e estratégias iniciais” (Nye, 2012, p. 30). Por sua vez, o segundo aspeto refere-se à possibilidade de “(...) modelar as preferências dos outros afetando-lhe as expectativas do que é legítimo ou exequível” (Nye, 2012, p. 31). Por fim, o último aspeto refere que se “(...) conseguirmos levar os outros a querer os mesmos resultados que nós, não será necessário contornar os desejos iniciais dos outros” (Nye, 2012, p. 32).

<sup>4</sup> No âmbito das RI, e segundo Adriano Moreira (1997), a perspetiva realista também pode ser conhecida como Anglo-Saxónica. Nesse mesmo modelo influem decisivamente as correntes ideológicas que se congregam no pensamento do autor, e ainda a sua experiência de vida. O que vem caracterizar esta perspetiva é a noção de poder no centro da vida internacional. Desta forma, na vida internacional, trata-se da capacidade de sustentar o interesse próprio, sendo esse conceito proeminente desta abordagem, o Interesse Nacional Permanente/Duradouro. O conceito evoluiu e é agora chamado de Interesse Nacional, tendo em vista a regra do Ocidente em que a nação deve coincidir com o Estado. O Realismo tem em conta que esse interesse ao longo do tempo altera-se e que a conexão Estado-Nação pode passar para segundo plano, como aconteceu com a OTAN.

defesa de Portugal, e, por outro lado, as relações bilaterais com os EUA tendiam a ser complicadas. Outra, onde a OTAN é a base da PDN, simultaneamente com o relacionamento bilateral com os EUA e Espanha. Assim, pretende-se sistematizar as principais implicações da entrada na OTAN relativamente à PDN de Portugal.

### 1.3. Justificação da investigação

Durante a primeira fase da Guerra-fria<sup>5</sup>, Portugal depara-se com uma peculiar situação quanto à sua PDN, levando a uma busca de resoluções que se enquadrassem com a sua posição nesse novo sistema. Essa procura culmina com a entrada, como membro fundador, na OTAN que levou a um amplo leque de implicações na sua PDN, que segundo Telo (1996a, p.196) “Foi a formulação da NATO que permitiu que o impasse fosse ultrapassado, e isso mudou por completo a política de defesa nacional.”

A escolha das datas de delimitação surgem segundo a seguinte linha de pensamento:

Até 1947, a PDN baseia-se na Lei n.º 1905, de 22 de maio de 1935, onde são consagradas as bases em que deve assentar a organização superior da defesa nacional. A partir de 1947 essa política encontra-se num impasse. O pedido de ajuda à Inglaterra e a resposta desta, não garantia a defesa nacional (Telo, 1996a). Esta situação culmina com a Lei n.º 2024, de 31 de maio de 1947, que vem estabelecer as bases da defesa nacional, que não são mais que uma reforma à Lei de 22 de maio de 1935;

---

<sup>5</sup> No que diz respeito à expressão interessa compreender em primeiro lugar o significado de guerra. Assim, seguindo o ensinamento de Clausewitz (in Couto, 1988a, p. 144) “(...) a guerra é um acto de violência cujo objetivo é forçar o adversário a aceitar a nossa vontade”. Por outro lado, Cabral Couto (1988a, p. 148) define-a como “(...) violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares.”

Desta forma, podemos entender o conceito de Guerra-fria, que segundo Cabral Couto (1988a) encontra-se no espetro da guerra (ver Figura 10 no Anexo F – Espetro da guerra), como uma Guerra Internacional, incluindo uma gama de ações em que a coação – sendo que a coação não é mais que “(...) o emprego ou ameaça de emprego da força, de forma a obrigar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista” (Couto, 1988a, p. 81) –, reveste várias formas: económica, psicológica, diplomática e política no interior do adversário. Estas formas de coação são combinadas com todo o aprontamento e preparação de meios militares. A Guerra-fria pode subdividir-se em dois níveis, “(...) a intervenção insidiosa e a intervenção aberta” (Couto, 1988a, p. 154).

A intervenção insidiosa abarca “(...) ações muito próximas das práticas diplomáticas normais de “tempo de paz”, mas conduzidas com uma intenção estratégica.” (Couto, 1988a, p. 154). Pode-se basear em ações diplomáticas, de política interna, psicológicas e económicas com incidência politico-estratégica (Couto, 1988a, p. 154).

A intervenção aberta, por sua vez, “(...) corresponde a uma tomada de posição pública, podendo englobar o acolhimento e o reconhecimento de governos no exílio, boicotes ou sanções económicas, corte de relações diplomáticas, o fornecimento de armas, de instrutores, de auxílio financeiro ou de instalações a movimentos subversivos, etc” (Couto, 1988a, p. 154 e 155).

Outro conceito surge com Raymond Aron (1986, p. 245) que alega que a Guerra-fria surge quando “(...) os instrumentos da força ultrapassam a escala humana” e dessa forma não são empregues. A desproporcionalidade da tecnologia bélica leva à não existência da guerra, e à ação puramente pela ameaça (Aron, 1986).

É em 1960/61 que termina a primeira fase da Guerra-fria, sendo que, também no ano seguinte se iniciam os movimentos de libertação, não visando o nosso estudo abarcar a PDN no período da guerra colonial.

Assim, propomo-nos a contribuir para a compreensão das implicações da entrada de Portugal na OTAN, no que diz respeito à sua PDN, analisando ainda a adequação das possibilidades da OTAN às necessidades da defesa de Portugal.

#### **1.4. Objetivo geral e objetivos específicos**

O presente trabalho tem como objetivo<sup>6</sup> principal a comparação da PDN no período precedente da Aliança Atlântica com a mesma política no período posterior ao Tratado, de forma a determinar quais as implicações na PDN do Estado português com a sua entrada na OTAN.

Como objetivos específicos fundamentais da investigação teremos: a importância do “triângulo estratégico português” (Lisboa-Funchal-Ponta Delgada), na perspetiva do Estado pluricontinental, abordando desta forma a sua posição geográfica e suas influências na PDN.

Focar-nos-emos também na vertente do império português, nos constrangimentos que as colónias trouxeram a Portugal no âmbito da PDN. De salientar que Portugal é o único país, fundador e membro, que não é uma democracia pluralista<sup>7</sup>, um outro aspeto que merece um detalhado estudo referente à sua implicação na PDN, abordando desta forma o regime político em questão.

---

<sup>6</sup> Segundo ensina Freixo (2012, p. 192) por objetivo deve-se entender “(...) um enunciado declarativo que precisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação. Indicando consequentemente o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo”.

<sup>7</sup> Dividindo os termos, temos: Segundo Adriano Moreira (1997, p. 308) a democracia é vista como “(...) os regimes que se orientam pelo objetivo de estabelecer juridicamente as “técnicas da liberdade” individual, de modo a que o poder se baseará no consentimento de todos, ficando as maiorias obrigadas a respeitar os direitos das minorias, e assegurada a alternância no exercício do poder. As “técnicas da liberdade” conduzem a uma tipologia constitucional, falando-se em regimes presidenciais, de assembleias parlamentares, ou dualistas, variantes orientadas pela mesma concepção de vida, cujo principal texto são as Declarações de Direitos do Homem.”

Por sua vez, o pluralismo existe “When valued through mutual respect and recognized through inclusive citizenship, human diversity becomes an engine of social and economic innovation. But when devalued or de-based, diversity becomes an axis for exclusion and an excuse for violence.

In pluralist societies, peace, prosperity and security are accessible to all.

Pluralism results when a society actively reorients its political, social, economic and educational systems to recognize and secure the equality of every person as a citizen. Pluralism does not erase human differences. A commitment to pluralism redefines diversity as a collective source of common good. When valued and enabled through the practices of pluralism, diversity is a foundation for civic cohesion.” Cfr [http://www.pluralism.ca/index.php?option=com\\_content&view=article&id=162:pluralism&catid=101&Itemid=627&lang=en](http://www.pluralism.ca/index.php?option=com_content&view=article&id=162:pluralism&catid=101&Itemid=627&lang=en), consultado no dia 01 de julho de 2014 pelas 22:15h.

Por último, temos a importância dos EUA para a defesa de toda a Europa, através da OTAN, pelo que importa estudar de que forma a relação bilateral com Portugal afeta diretamente a sua PDN.

### 1.5. Pergunta de partida e perguntas derivadas

A pergunta de partida<sup>8</sup> que vem expor o problema a esclarecer é colocada da seguinte forma: “Quais foram as implicações da entrada de Portugal na OTAN, quanto à sua Política de Defesa Nacional?”

De forma a alcançar a resposta à questão central, formularam-se várias questões derivadas que delimitam a nossa investigação:

1. Quais foram as implicações da posição geográfica de Portugal quanto à sua PDN?
2. Quais foram as implicações do regime político de Portugal quanto à sua PDN?
3. De que forma a entrada de Portugal na OTAN afetou a sua PDN?
4. Quais foram as implicações das relações bilaterais com os EUA na PDN portuguesa?

### 1.6. Hipóteses

Com base na revisão de literatura realizada, são elaboradas hipóteses<sup>9</sup> de carácter dedutivo, de resposta à questão central:

H1: Portugal não deixa inteiramente a secular aliança com a Inglaterra mas baseia essencialmente a sua PDN na OTAN e na relação com os EUA, o que obriga a uma política de defesa europeia e atlântica. A península servirá apenas de apoio à defesa do seu regime político. Por outro lado, o império será da sua inteira responsabilidade.

H2: Portugal não deixa inteiramente a secular aliança com Inglaterra mas baseia a sua PDN essencialmente na OTAN, na relação com os EUA e não deixa a ideia de uma defesa peninsular, sendo esta também de defesa de regime, totalmente de parte, apoiando

---

<sup>8</sup> A pergunta de partida ou questão central consiste “(...) em dizer, de forma explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos confrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando as suas características” (Freixo, 2012, p. 185). Já segundo Fortin (1999, p. 63) a questão de partida não é mais que “a questão que serviu de fundo à formulação do problema em causa de forma a orientar a escolha do tipo de estudo a realizar.”

<sup>9</sup> Segundo ensina Freixo (2012, p. 192 e 193) “As hipóteses constituem um elemento útil para justificar o estudo e garantir-lhe uma orientação. (...) Uma hipótese é uma sugestão de resposta para o problema, (...), consistirá numa (ou mais) resposta plausível para o problema”.

ainda a defesa europeia e atlântica. Por sua vez, a defesa do seu império será da sua inteira responsabilidade.

H3: Portugal deixa totalmente a secular aliança com Inglaterra e baseia a sua PDN em três pontos: na OTAN, nos EUA e na Península Ibérica. Defende o seu regime numa defesa peninsular com acordos unindo-se à Espanha, aposta a defesa de Portugal continental nas relações bilaterais com os EUA, e numa perspetiva peninsular com a Espanha, participa ainda na defesa avançada da Europa. A defesa do Atlântico será baseada na OTAN tal como a defesa do seu império.

## 1.7. Metodologia

O presente estudo cumpre fundamentalmente as normas em vigor na Academia Militar, plasmadas na 2ª edição da Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520, de 1 de junho de 2013. Foi ainda necessário recorrer, subsidiariamente, às Normas da 6ª Edição das *American Psychological Association* (APA) para as situações não abrangidas pela referida NEP.

O estudo compreenderá uma investigação qualitativa<sup>10</sup>, uma vez que a análise está focada na compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. O desenvolvimento do conhecimento, seguindo esta abordagem de investigação, deverá basear-se na descrição e interpretação do tema em estudo (Freixo, 2012, p. 172).

A análise segue um método dedutivo<sup>11</sup>, partindo assim de “(...) premissas gerais em busca de uma verdade particular” (Freixo, 2012, p. 106), completa-se ainda com um método descritivo, em que assenta em várias formas de pesquisa para observar e descrever comportamentos e dessa forma fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num fenómeno (Freixo, 2012). Relativamente aos procedimentos de obtenção de dados identifica-se com o estudo de caso, utilizando uma grande variedade de técnicas de recolha e análise de dados, tais como as entrevistas, observações e análise documental ou artefactos (Freixo, 2012).

No estudo de caso, o conhecimento produzido advirá de um paradigma crítico, sendo a sua essência emancipar, criticar e identificar o potencial de mudança (Freixo, 2012).

<sup>10</sup> Como ensina Freixo (2012, p. 173), uma investigação qualitativa visa o ato de “(...) descrever ou interpretar mais do que avaliar”, sendo essencial a compreensão do fenómeno por parte do investigador (Freixo, 2012).

<sup>11</sup> Por sua vez, o método dedutivo consiste em partir “(...) da lei geral, da teoria, a que se chega mediante a razão e a partir dela se deduzir consequências lógicas aplicáveis à realidade” (Freixo, 2012, p. 85), (ver Figura 3 no Anexo A – As etapas do procedimento e método dedutivo versus indutivo).

Numa fase inicial, o estudo consistirá numa pesquisa e consulta documental em fontes primárias e secundárias, de forma a recolher toda a informação necessária. Será também nesta fase que serão realizadas as entrevistas que serão estruturadas, uma vez que as questões serão previamente formuladas (Freixo, 2012), preferencialmente exploratórias, em que o investigador centrar-se-á maioritariamente na troca de informação em torno das hipóteses do trabalho, sem excluir os desenvolvimentos paralelos suscetíveis de as corrigirem, de forma a testar essas mesmas hipóteses (Quivy & Campenhoudt, 2008). Estas mesmas entrevistas serão direcionadas a personalidades de elevada notoriedade, conhecimento e responsabilidade na temática em estudo.

As referidas entrevistas permitirão objetivar a recolha de experiências e os factos não registados documentalmente, e desta forma, associar a informação teórica à informação obtida por seu intermédio. Com a combinação da informação pretende-se obter as respostas às perguntas derivadas, que consequentemente levarão à resposta, sustentada, da questão central.

## **1.8. Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos**

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, inserindo-se nestes a “Introdução” e as “Conclusões e recomendações”.

Seguindo a lógica do trabalho a “Introdução”, que tem por fim o enquadramento, justificação e pertinência da investigação, é apresentada como capítulo inaugural.

Como segundo capítulo, referimo-nos à “Metodologia”, explanando todos os processos fundamentais na produção do estudo.

De seguida, apresentamos uma análise dos principais agentes do SI, de maior relevância para o estudo, e a respetiva análise do sistema no período à data. Ainda neste capítulo, é elaborada uma explicação sintetizada do papel desempenhado por Portugal no SI, culminando desta forma o terceiro capítulo, denominado de “Sistema Internacional”.

Por sua vez, no quarto capítulo abordamos uma breve mas essencial conceptualização sobre a PDN, para de seguida referirmos as implicações de Portugal insular, Portugal continental, o seu império e as Forças Armadas (FA) nacionais na PDN no período de 1947 a 1960.

Por fim, teceram-se as “Conclusões e recomendações” em que a questão central e respetivas questões derivadas da investigação são respondidas e as hipóteses da investigação são corroboradas ou refutadas.



## Capítulo 2

### Metodologia

#### 2.1. Prelúdio

Segundo Freixo (2012, p. 30) “(...) todo o saber deve perspetivar o saber-fazer e o saber-ser, atitudes em que assenta e se compreende a necessidade de **saber-investigar**” para tal, é essencial a adoção de um espírito científico que leve a uma procura de soluções sérias, com os métodos mais indicados relativamente aos problemas em questão (Freixo, 2012). Desta forma, a investigação científica<sup>12</sup> inicia-se com “(...) uma ideia geral colhida da realidade ou refletida da teoria, que se converte, progressivamente numa questão específica” (Freixo, 2012, p. 31). Para responder a essa questão é necessária a adoção de um conjunto de procedimentos e métodos<sup>13</sup>. Estes complementam-se, sendo que os primeiros representam “(...) uma forma de progredir em direcção a um objectivo” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 25) e os segundos “(...) não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 25). Dessa forma, é possível obter-se a formulação de hipóteses e o respetivo quadro teórico<sup>14</sup> (Freixo, 2012). Como Quivy e Campenhoudt (2008) ensinam, o procedimento consubstancia-se em várias etapas: a pergunta de

---

<sup>12</sup> Como ensinam Burns e Groove (1993 in Fortin, 1999, p. 17) é “(...) um processo sistemático, efectuado como objectivo de validar conhecimentos já estabelecidos e de produzir outros novos que vão, de forma directa ou indirecta, influenciar a prática.”

<sup>13</sup> Definindo método ou método científico segundo Freixo (2012, p. 84) dizemos que este “(...) consiste em estudar um fenómeno da maneira mais racional possível, de modo a evitar enganos, procurando sempre evidências e provas para as ideias, conclusões e afirmações, ou ainda, conjunto de abordagens, técnicas e processos para formular e resolver problemas na aquisição de objetiva do conhecimento. O **Método Científico** é utilizado em ciência na produção de conhecimentos, como procedimento e forma de atuar”.

Freixo (2012, p. 88) diz ainda que “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do investigador.”

<sup>14</sup> Quadro teórico, quadro de referência ou quadro conceptual, são quadros de “(...) uma generalização abstracta que situa o estudo no interior de um contexto e lhe dá uma significação particular, isto é, uma forma de perceber o fenómeno em estudo” (Fortin, 1999, p. 93). Por outro lado, segundo Pedhazur e Schmelkin (1991 in Fortin, 1999, p. 93) o quadro teórico “(...) fornece uma orientação particular para um estudo, sobre o qual o investigador se debruça para fazer a escolha das variáveis pertinentes e para elaborar a metodologia apropriada.”

partida; a exploração<sup>15</sup>; a problemática<sup>16</sup>; a construção do modelo de análise<sup>17</sup>; a observação<sup>18</sup>; a análise das informações<sup>19</sup>; as conclusões<sup>20</sup>. Para além dessas etapas, os autores abordam ainda um processo de três atos cuja ordem deve ser respeitada, sendo eles: a rutura, a construção e a verificação. A rutura deve-se entender como o “(...) romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas. A ruptura é, portanto, o primeiro acto constitutivo do procedimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 26). Esse momento consubstanciou-se com a elaboração das primeiras três etapas: pergunta de partida, a exploração e culmina com a problemática. Por sua vez, essa rutura advém da construção de um “(...) sistema conceptual organizado, susceptível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 26) é através dessa construção que se pode “(...) erguer as proposições explicativas (...) a estudar, prever qual o plano de pesquisa a definir, as operações a aplicar e as consequências que logicamente devem esperar-se no termo da observação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 26-28), só assim existe uma experimentação válida (Quivy & Campenhoudt, 2008). Este ato consubstancia-se na problemática e na construção de um modelo de análise. Por fim, a “(...) proposição só tem direito ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada pelos factos. Este teste pelos factos é designado por verificação ou experimentação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 28). Esta consubstancia-se nas últimas etapas: a observação, a análise das informações e nas conclusões.<sup>21</sup>

<sup>15</sup> A exploração, segundo ensinam Quivy e Campenhoudt (2008, p. 49) “(...) comporta as operações de leitura, as entrevistas exploratórias e alguns métodos de exploração complementares.” Estes deverão ajudar o investigador a adotar ou selecionar uma abordagem mais adequada ao seu objetivo de estudo (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>16</sup> A problemática consiste na “(...) abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenómenos estudados. Constitui uma etapa-charneira da investigação, entre a ruptura e a construção” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 89)

<sup>17</sup> É nesta etapa que o investigador constrói as hipóteses, de forma a precisar as relações entre os conceitos abordados na investigação. Desta forma vai representar, teoricamente, o modo como o investigador vai abordar a problemática (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>18</sup> Tal como Quivy e Campenhout (2008) ensinam, a observação deve delimitar o estudo, conceber e testar o instrumento de observação e proceder à recolha de informação. Desta forma, o “(...) conjunto das operações através das quais o modelo de análise (...) é submetido ao teste dos factos e confrontado com os dados observáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 155).

<sup>19</sup> Esta etapa trata de uma descrição e preparação de todos os dados para a análise. Assim, verifica-se se as informações, já recolhidas, correspondem às hipóteses e, obviamente, se estas transparecem os resultados observados relativamente aos esperados pelas hipóteses. Em 2.º lugar, é função desta etapa interpretar os factos inesperados, de forma a rever as hipóteses, sendo que essas se vão revelar nas conclusões e recomendações (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>20</sup> Seguindo a linha de pensamento de Quivy e Campenhoudt (2008), esta é a última etapa, e por sua vez compreende uma retrospectiva geral do procedimento seguido durante toda a investigação. De seguida, contém o registo pormenorizado de todos os contributos para o conhecimento originados pelo estudo e todas as considerações de ordem prática.

<sup>21</sup> Para analisar as referidas etapas esquematizadas ver Figura 2 no Anexo A – As etapas do procedimento e método dedutivo versus indutivo.

## 2.2. Método de abordagem ao problema

O método de abordagem à problemática restringiu-se a uma abordagem hipotético-dedutiva (ver Figura 3 no Anexo A – As etapas do procedimento e método dedutivo versus indutivo), que compreende a “(...) construção de uma investigação que parte de um conceito postulado<sup>22</sup> como modelo de interpretação do fenómeno estudado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 144) e descritiva sendo que este “(...) assenta em estratégias de pesquisa para observar e descrever comportamentos (...) assim fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num fenómeno ou acontecimento” (Freixo, 2012, p. 117 e 118) é a principal finalidade do método descritivo. Dentro desse optou-se por um estudo de caso em que a sua base fundamental é o trabalho de campo ou análise documental, “(...) estudando uma entidade no seu contexto real tirando todo o partido de fontes múltiplas com recurso a entrevistas, observações, análise documental e artefactos” (Freixo, 2012, p. 121).

Assim, partiu-se do modelo de análise da revisão de literatura de forma a alcançar um objetivo particular a partir de uma visão geral, sendo que o objetivo particular permite a formulação de hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas através da confirmação dos conceitos<sup>23</sup>, dimensões<sup>24</sup>, componentes<sup>25</sup> e indicadores<sup>26</sup> (Quivy & Campenhoudt, 2008).

## 2.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Uma vez que o problema da investigação permite determinar o tipo de método de colheita de dados<sup>27</sup>, por sua vez a escolha desse mesmo método fez-se em função das variáveis e da sua operacionalização (Fortin, 1999). Assim sendo, a rutura e a construção contemplam toda a revisão de literatura e as entrevistas semidiretas.

<sup>22</sup> É “(...) no sentido atual, [uma] proposição primitiva que se estabelece como verdadeiro e define uma ou mais relações entre os termos primitivos de um sistema hipotético-dedutivo.” Cfr <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/Postulado>, consultado no dia 06 de junho de 2014 pelas 22:10h.

<sup>23</sup> “Representação simbólica com um significado geral que abarca toda uma série de objetos que possuem propriedades comuns”. Cfr <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/Conceito>, consultado no dia 14 de junho de 2014 pelas 23:15h. Por sua vez numa investigação de ciências sociais representam uma das principais dimensões da construção do modelo de análise, a conceptualização (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>24</sup> Segundo Quivy e Campenhoudt, para a construção de conceitos são essenciais as dimensões, uma vez que estas por sua vez são uma ferramenta que vai delimitar a investigação.

<sup>25</sup> Em conceitos mais complexos a existência de uma decomposição da dimensão em componentes é necessária para conseguir atingir os indicadores (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>26</sup> Os indicadores são pontos de referência ou linhas de força do estudo de forma a conduzir o investigador à confrontação de factos. Por exemplo: para o conceito velhice temos como indicadores a pele rugosa ou os cabelos brancos (Quivy & Campenhoudt, 2008).

<sup>27</sup> “É a colheita sistemática de informações junto dos participantes com a ajuda dos instrumentos de medida selecionados” (Freixo, 2012, p. 219)

Na análise documental privilegiou-se a pesquisa em fontes primárias, particularmente em documentos emitidos diretamente pelas Organizações – essencialmente OTAN e ONU – em estudo, pelo Estado português – nomeadamente Decretos-Lei e Leis da época em estudo –, e documentos pessoais do arquivo de António de Oliveira Salazar, consultados durante o mês de abril do presente ano. De forma a completar o estudo, foram recolhidas informações de obras referentes à temática, elaboradas por autores reconhecidos nas áreas abordadas.

As entrevistas foram realizadas a três individualidades de elevado domínio e notoriedade nas áreas referentes ao estudo: o professor Doutor António Telo, o professor Doutor Severiano Teixeira e o Coronel (Doutor) Lemos Pires. Importa sublinhar que estas entrevistas foram fundamentais para a fase de verificação, pois permitiram a elaboração da observação. Desta forma pôde-se comprovar ou refutar o resultado das fases de rutura e construção.

#### **2.4. Local e data da pesquisa e da recolha de dados**

A análise documental efetuou-se essencialmente nas bibliotecas da Academia Militar e do Instituto da Defesa Nacional (IDN), numa procura de fontes secundárias e primárias de autores reconhecidos, sendo que estas últimas foram também consultadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em alguns *sites* governamentais e institucionais, possibilitando o acesso a documentos originais. Toda a investigação desenvolveu-se no período de abril de 2013 a julho de 2014, seguindo as fases de investigação enunciadas.

#### **2.5. Amostragem: composição e justificação**

Segundo ensina Freixo (2012, p. 210 e 211) a amostra é “(...) constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população, consistindo a amostragem num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo”. Assim sendo, a elevada notoriedade e o profundo conhecimento do assunto em análise foram os principais motivos conducentes à escolha dos seguintes entrevistados:

Professor Doutor António José Telo: professor catedrático na Academia Militar e autor de uma vastíssima obra científica fundamentalmente nos domínios da História, Defesa e RI. Doutoramento em História, foi ainda diretor do IDN, a par de outras responsabilidades académicas e institucionais.

Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira: professor catedrático e Pró-reitor da Universidade Nova de Lisboa (UNL), autor de uma vasta bibliografia no campo da História, Defesa e RI. Doutorado em História das RI contemporâneas, exerceu funções como diretor do IDN e do Instituto de RI. De 2005 a 2009 foi ministro da defesa nacional.

Coronel (Doutor) Nuno Lemos Pires é diretor de formação da Escola das Armas (EA) do Exército e autor de numerosas obras e artigos. Doutorado em História, Defesa e RI, exerceu funções como professor de História Militar e RI na Academia Militar, entre outras. É um dos oficiais superiores do Exército português com uma vasta experiência em missões internacionais.

Para compreender as entrevistas e aceder ao resumo das respostas, ver Quadros 1 e 2 no Apêndice A – Guião das entrevistas e Quadro 3 no Apêndice B – Análise dos resultados das entrevistas.

## **2.6. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados**

Como ensinam Quivy e Campenhoudt (2008, p. 203) a recolha de dados<sup>28</sup> documentais e a sua respetiva análise deverá ser essencialmente direcionada para a “Análise das mudanças sociais e do desenvolvimento histórico (...) e da mudança nas organizações.” Assim sendo, a opção recaiu maioritariamente sobre uma recolha documental mais intensiva, que veio a ser complementada pelas já referidas entrevistas exploratórias – revelando determinados aspetos que por sua vez o investigador não teria pensado – e semidiretas que acabaram por ser uma mais-valia para a investigação, uma vez que não são rígidas nem contém todas as perguntas predefinidas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

## **2.7. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados**

Segundo Quivy e campenhoudt (2008) o instrumento deve permitir a recolha ou produção da informação prescrita pelos indicadores. Assim, a pesquisa documental focou-se fundamentalmente em fontes primárias, nomeadamente, em legislação e documentos de Organizações Internacionais, elementos doutrinários e ainda em autores de grande notoriedade no âmbito do objeto de estudo – sendo estes alvo das entrevistas exploratórias e semidiretas.

---

<sup>28</sup> “Esta operação consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 182).

## **Capítulo 3**

### **Sistema Internacional**

#### **3.1. Prelúdio**

Com o intuito de interpretação do SI do período a estudar, no presente capítulo esboçaremos uma sucinta conceptualização do termo em uso, tratando várias abordagens que são ou foram alvo de referência pela comunidade científica. De seguida, serão abordados alguns dos intervenientes do SI, destacando-se o Estado português e a OTAN, de forma a analisar a relação entre ambos no período em estudo. Por fim, abordaremos o sistema que prepondera no período a estudar, integrando Portugal nesse mesmo SI.

#### **3.2. Conceptualização**

No âmbito das RI e em termos conceptuais, podemos verificar a existência de uma vasta panóplia de definições para o conceito SI. Se, por um lado, Morton Kaplan (1962 in Dougherty & Pfaltzgraff, Jr. , 2003, p. 152) define sistema como “(...) um conjunto de variáveis tão relacionadas entre si e distintas do ambiente externo que as regularidades de comportamento descritas caracterizam os relacionamentos internos das variáveis umas das outras e os relacionamentos externos do conjunto de variáveis individuais com combinações externas”. Já Dougherty e Pfaltzgraff (2003, p. 134) afirmam que “(...) o termo sistema descreve a forma em que as unidades interagem umas com as outras”. Por sua vez, Raymond Aron (1986, p. 152) compreende-o como um “(...) conjunto constituído pelas unidades políticas que mantém relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra” total<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Segundo Cabral Couto (1988a), seguindo uma conceção Marxista da guerra, esta é permanente, total, global e universal. Assim, a guerra é permanente pelo facto de ser “(...) a lei permanente das relações políticas” (Couto, 1988a, p. 143) podendo ser coexistente com a paz – sendo esta por sua vez a “(...) suspensão, mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados” (Aron, 1986, p. 220). Pode também ser total uma vez que não é conduzida à luz de um único aspeto mas sim “(...) analisando as inter-relações dos vários fatores” (Couto, 1988a, p. 143). Por sua vez, a guerra global “(...) não visa apenas um objetivo (...) mas sim a criação de um «homem novo» e de novas estruturas económicas, políticas e sociais” (Couto, 1988a, p. 143). Por fim, universal por “(...) constituir um adversário ao qual se atribuem os traços mais opostos aos

Cabral Couto (1988a, p. 19) entende-o como “(...) um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade”. Ainda, como Adriano Moreira (1997, p. 303) redigiu, compreende “(...) um conjunto de elementos com identidade própria, interdependentes por um feixe de relações, e que se perfilam dentro de uma fronteira”.

Raymond Aron (1986) afirma que para uma compreensão plena de um sistema é essencial estudar a natureza dos Estados e os objetivos formulados, para tal a compreensão e distinção de sistemas homogêneos e heterogêneos é fundamental. Sendo que sistemas homogêneos são aqueles que “(...) reúnem Estados do mesmo tipo, dentro de uma mesma concepção política”, (Aron, 1986, p. 159) enquanto os sistemas heterogêneos são aqueles que “(...) congregam Estados Organizados segundo princípios diferentes, postulando valores contraditórios” (Aron, 1986, p. 159).

Por sua vez, Adriano Moreira (1997) considera que o sistema também pode ser refletido em dois planos: um plano onde considera uma hipótese interpretativa, designado de sistema observante, e outro plano onde o conjunto das efetivas relações de interdependências vigentes, dentro de uma situação concreta, e que constituem um sistema específico, conhecido como sistema observado. Sendo que o sistema observado, no mundo atual, engloba muitas das vezes elementos exteriores ao Estado, de modo que a fronteira do sistema não coincide sempre com a fronteira do Estado, e “(...) exprime-se num normativismo que visa disciplinar as relações entre os elementos do sistema” (Moreira, 1997, p. 304). Tal situação pode levar, eventualmente, a um fenómeno de falta de autenticidade, devido à disparidade entre o proclamado e a realidade, ou seja, o regime político<sup>30</sup> proclamado é intencional e puramente verbal apenas para fins de imagem, porque o regime real é outro (Moreira, 1997). Quanto ao sistema observante, exprime-se a partir da teoria de obediência, “(...) a qual procura determinar as razões pelas quais a regência do sistema é acatada com esporádica intervenção da força” (Moreira, 1997, p. 308).

---

nossos e os mais capazes de suscitar a agressividade” (Couto, 1988a, p. 143), podendo este ser tanto um Estado como uma classe social (Couto, 1988a).

Poderá ainda ser considerada guerra total consoante as formas de coação utilizadas. Nesta utilizam-se todas as formas de coação, sendo elas: ação psicológica; ação diplomática; ação política clandestina no interior do adversário; ação económica e ação militar. (Couto, 1988a). Segundo Duarte (2010, p. 246) esta representa “(...) a total mobilização de todos os recursos nacionais”.

<sup>30</sup> Entenda-se regime político segundo Burdeau (in Moreira, 1997, p. 305) que o define como “o estado de equilíbrio em que se fixa num momento dado uma sociedade estática e que se caracteriza pelas soluções que adota quanto à fonte, objeto e modo de estabelecimento do direito positivo”. Por sua vez, entende-se direito positivo como “(...) direito criado pelo pensamento, vontade e actuação humanas, (...) (Jus Positum ou Jus Jussum, nas expressões latinas)” (Silva, 1998, p. 51).

Por último, poderemos fazer uma classificação quanto à distribuição do poder. Segundo Cabral Couto (1988a), o Sistema pode ser: unipolar, bipolar, multipolar e difuso. Sendo que, num sistema unipolar o poder encontra-se concentrado num pólo de poder; num sistema bipolar o poder encontra-se concentrado em dois pólos de poder; num sistema multipolar o poder encontra-se concentrado em poucos pólos de poder e num sistema difuso o poder encontra-se repartido em muitos pólos de poder.

### **3.3. Agentes do Sistema Internacional**

#### **3.3.1. Estado-Nação**

Segundo Cabral Couto (1988a), um Estado para ser considerado Estado deverá ter um conjunto de elementos que o definirá como tal, sendo eles: “o território, que deverá ser bem delimitado, o governo, a população, a capacidade de estabelecer relações com outros Estados e, acima de tudo, soberania” (Couto, 1988a, p. 21). Deverá também visar aspirações humanas fundamentais, encimadas pela segurança, prosperidade e bem-estar (Couto, 1988a).

Para conseguir a soberania é necessário que o Estado adquira a personalidade jurídica<sup>31</sup> internacional, para desta forma poder exercer as inerentes prerrogativas. Para isso terá de ser reconhecido pelos outros Estados, sendo que, cada Estado é livre de reconhecer, ou não, um novo Estado que emerge no SI (Moreira, 1997).

Ao nível do seu estatuto, após o reconhecimento como Estado soberano, terá um conjunto de competências internacionais que lhe pertencem de acordo com o Direito Internacional Público<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Como Eduardo Silva (1998, p. 308) ensina “(...) os sujeitos da relação jurídica terão forçosamente, que ter uma qualidade: a de serem susceptíveis de direitos e obrigações. E, em segundo lugar, que só ao Homem, ou a agrupamentos de Homens, ou a conjuntos de meios destinados a realizar interesses referidos ao Homem, a prosseguir fins ao serviço do Homem, é reconhecida tal susceptibilidade de poderes e deveres. E essa susceptibilidade de ser titular de direitos e suporte de obrigações denomina-se por personalidade jurídica.” Assim sendo, a personalidade jurídica seguindo “(...) uma noção qualitativa: corresponde à qualidade que caracteriza o sujeito da relação jurídica de poder ter direitos e obrigações. É, na definição corrente, a susceptibilidade de direitos e obrigações. Utilizando outros termos, a personalidade jurídica é, na expressão do Prof. Manuel de Andrade, “a idoneidade ou aptidão para receber efeitos jurídicos, para ser centro de imputação deles (constituição, modificação ou extinção de relações jurídicas)” ” (Silva, 1998, p. 310).

<sup>32</sup> Entenda-se Direito Internacional Público como o “conjunto de normas jurídicas criadas pelos processos de produção jurídica, próprios da comunidade internacional, e que transcendem o âmbito estadual” (Pereira & Quadros, 1993, p. 31).



Essas competências, segundo Adriano Moreira (1997), poderão ser internas e externas. Quanto às competências internas, regra geral, são a liberdade de ação no interior do Estado “(...) que se manifesta por exemplo na organização constitucional, na forma do regime político, ou nos modelos de vida jurídica privada” (Moreira, 1997, p. 296).

Quanto às competências externas, Adriano Moreira (1997) diz serem integradas pelos direitos atribuídos aos Estados para agirem na comunidade Internacional<sup>33</sup>. Uma dessas prerrogativas é o direito de representação<sup>34</sup>, seja em missão diplomática ou em rutura de relações diplomáticas, outra será o direito de celebrar tratados, entendendo tratado como “um acordo entre Estados com o objetivo de produzir efeitos de direito” (Moreira, 1997, p. 298). Por consequência, essa prerrogativa está diretamente interligada com o direito de estar em justiça. Por fim, é também competência externa de um Estado o “direito de recorrer à força e, portanto, a competência de fazer guerra” (Moreira, 1997, p. 298), nas condições consagradas no acervo jurídico Internacional, designadamente no que se refere à legítima defesa.

### 3.3.2. Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais ou Instituições Internacionais, conceito utilizado por Adriano Moreira (1997), focam-se em dois grandes pilares, a segurança e progresso ou bem-estar (Couto, 1988a).

Essas Organizações são “organismos interestaduais<sup>35</sup>, em regra com personalidade jurídica internacional, competência especializada e não genérica, instituídas por tratados sujeitos à ratificação pelos órgãos soberanos de cada Estado membro” (Moreira, 1997, p. 332).

---

<sup>33</sup> Segundo Adriano Moreira (1997), a expressão comunidade designa um determinado grupo social ao qual se pertence sem qualquer tipo de escolha, este por sua vez é identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interação entre os próprios membros, na busca da realização de um determinado interesse comum e com um sentido de pertença entre os membros do grupo. Nas sociedades todos os elementos podem-se encontrar, mas o objetivo comum acaba por ter um limite temporal mais ou menos determinado.

Visto que uma comunidade é composta por vários Estados existe obrigatoriamente uma desigualdade entre si, e “no sentido de compensar a desigualdade de poder, os Estados viram reconhecidas pela comunidade internacional duas condições que são garantias e não direitos ou liberdades: a Igualdade e a Independência” (Moreira, 1997. P. 299).

<sup>34</sup> Representação “(...) é a manifestação do fenómeno a que podemos chamar, em sentido amplo, da substituição de pessoas na atuação jurídica. Dada a coincidência normal entre titularidade e legitimidade, é o titular das situações jurídicas que tem em princípio o poder de praticar actos jurídicos que as afetem, ou mais vastamente, de contrair direitos e obrigações que passem a integrar a sua esfera jurídica” (Ascensão, 1999, p. 212).

<sup>35</sup> Organismo é definido como entidade organizada, instituição ou corporação Interestadual como o que se realiza de Estado para Estado. Cfr <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/interestadual>, consultado no dia 19 de fevereiro de 2014 pelas 00:17h.

Estas Organizações podem ser classificadas em termos de vocação e ainda em termos de natureza. Em relação à vocação, poderão ser universais ou regionais, por sua vez, no que concerne à sua natureza poderão ser políticas, económicas ou militares (Couto, 1988).

Se, por um lado, a cooperação entre os Estados membros é um dos principais objetivos pondo à parte a competição, é ainda o “(...) peso da tradicional hierarquia das potências, em função da relativa capacidade militar, que inspira todas estas fórmulas de compromisso entre o princípio da igualdade<sup>36</sup> e o realismo da capacidade diferente” (Moreira, 1997. P. 333).

### 3.3.2.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte

O envolvimento dos EUA na questão da segurança da Europa, no período pós-II Guerra Mundial, não se inicia com a OTAN. Esse envolvimento inicia-se com algumas obrigações que impendem sobre as potências vencedoras da II Guerra Mundial, sendo que os EUA eram das potências que melhores condições reunia e acabam por, no pós-guerra, ratificar alguns acordos de defesa europeia (Krieger, 1996).

Se, até 1947, todos os tratados de aliança na Europa Ocidental eram dirigidos, principalmente, contra a Alemanha, a partir da rutura entre a URSS e os países ocidentais, existe uma nova procura de alianças, agora dirigidas contra a URSS (Duroselle & Kaspi, 2014). A partir de 1948, o processo de estabilização da Europa ultrapassa o campo político e económico, começando a existir também uma necessidade militar (Marcos, 2010).

Assim sendo, após uma longa política de isolamento, os EUA e o Canadá entram em conversações com os elementos constituintes do Tratado de Bruxelas<sup>37</sup> com a vontade de criar um sistema de ajudada mútua de defesa (Moreira, 2004).

---

<sup>36</sup> Este “(...) constitui o princípio estruturante do sistema constitucional global, que, na sua dimensão democrática, exige a explícita proibição de discriminações, constituindo proibição do arbítrio um limite externo da liberdade de conformação dos poderes públicos. Quando os limites externos da “discrecionabilidade legislativa” são violados, ou seja, quando a medida legislativa não tenha suporte material, há violação do princípio da igualdade que proíbe, tanto as vantagens, como as desvantagens ilegítimas na atribuição de direitos” (Canotilho & Moreira, 1993, p. 125).

<sup>37</sup> O Tratado de Bruxelas não era mais que um “Tratado de colaboração económica, social e cultural e de defesa coletiva. (...) Foi assinado a 17 de março pela Bélgica, França, Luxemburgo, Países-Baixos e Reino Unido, e enquadrava-se nos “ideais da Carta das Nações Unidas”. Foi celebrado por nações possuidoras de uma mesma ideologia, as quais declararam, no preâmbulo do acordo, que reconheciam “os princípios de democracia, liberdade pessoal e independência política, as tradições constitucionais e a autoridade da lei, sua herança comum”. O Tratado visava, além disso, «reforçar os laços económicos, sociais e culturais que as uniam já» (OTAN, 1954b, p. 15).

O Tratado do Atlântico Norte (ver Quadro 4 no Apêndice D – Tratado do Atlântico Norte (1949) e o Protocolo de 1951), também conhecido como Tratado de Washington, por ser assinado em Washington<sup>38</sup> em 1949 por 12 Nações, ou ainda como Aliança Atlântica, resulta de uma comunhão de interesses do Ocidente (OTAN, 1954b), sendo que a Organização fundamentava-se na seguinte ideia: mesmo que a URSS não tivesse interessada/preparada para travar uma guerra a curto prazo, a recuperação da Europa, tanto a nível económico como social, exigia condições de segurança e confiança que apenas podiam ser garantidas com um compromisso militar (Wohlforth, 1993 in Marcos, 2010). Dessa forma, rapidamente se evidenciou que o Tratado era maioritariamente de inspiração e direção americanas, uma vez que não havia nenhum Estado europeu em condições de assumir a sua chefia. Inclusive alguns autores defendem a tese de que a OTAN era o mesmo que os EUA<sup>39</sup> (Nunes, 1999).

O Atlântico, que até então constituía uma barreira de divisão entre dois continentes, passa agora a ser considerado um mar interior de uma comunidade fortemente unida (OTAN, 1954b). Derivado da grande evolução do armamento<sup>40</sup>, o Atlântico que apresentava, para alguns Estados, uma segurança, em que talvez tivessem confiado de forma excessiva, rapidamente passou a ser um elo de ligação numa estreita solidariedade comum.<sup>41</sup>

Durante as duas Guerras Mundiais, houve uma visível necessidade de coligação entre os países da comunidade atlântica. Com a Aliança Atlântica, esses países puseram em comum os seus recursos com vista à criação de uma defesa coletiva, sendo que, o Tratado não é mais que uma resposta aos acontecimentos, com a determinação de criar uma Organização Internacional capaz de evitar qualquer recurso à força (OTAN, 1954b).

Uma vez que a Organização das Nações Unidas (ONU), por definição, apelava à universalidade, ou seja, não reunia apenas os países com uma ideologia comum – abarcando desta forma países Comunistas e países Liberalistas –, levava a crer que seria capaz de assegurar a paz. Isto devido à solidariedade Este-Oeste existente durante a II Guerra Mundial. Mas o carácter agressivo do expansionismo soviético<sup>42</sup>, no período pós-guerra (OTAN,

<sup>38</sup> Assinado a 4 de abril de 1949 pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados-Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países-Baixos, Portugal e Reino Unido (OTAN, 1954b).

<sup>39</sup> “A OTAN eram os EUA, deixemo-nos de dúvidas”, como disse recentemente o General Ferreira de Macedo, entrevistado no Instituto de Altos Estudos Militares. Nenhum Estado europeu estava em condições de assumir a liderança da (...) OTAN “ (Nunes, 1999, p. 31).

<sup>40</sup> Quando se fala em grande evolução do armamento, é referente à recente conquista, por parte da URSS de conseguir produzir armamento nuclear, conseguindo anular o monopólio nuclear americano (Marcos, 2010).

<sup>41</sup> Cfr AOS/CO/NE-17-1, carta do ministro da defesa nacional a António Oliveira Salazar em 1950.

<sup>42</sup> No período pós-II Guerra Mundial a URSS empenham-se numa série de atos hostis que levam à ambição de criação da OTAN, sendo alguns desses atos os seguintes: “A agressão contra o Irão em 1946; O controlo imposto aos países da Europa Oriental; O bloqueio de Berlim; A constante obstrução à assinatura dos tratados

1954b), e o uso corrente do seu poder de veto na ONU, demonstrava que a Organização, a nível de segurança, não tinha alcançado os objetivos previstos (Moreira, 2004).

Por fim, após muitas conversações e negociações, o Tratado de Atlântico Norte é assinado em Washington pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos seus países fundadores (OTAN, 1954b), sendo o seu principal objetivo “salvaguardar a liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito” (OTAN, 1954b, p. 19). O Tratado acabaria por entrar em vigor alguns meses depois, a 24 de agosto de 1949 (Moreira, 2004).

Dessa forma, o Tratado vai para além de uma simples aliança militar defensiva. Os países assinantes têm em vista prevenir conflitos<sup>43</sup> e/ou guerras que poderiam ocorrer na sua política económica internacional e propõe também a cooperação económica e cultural (OTAN, 1954b). Trata-se não apenas de uma definição cultural, mas também de uma definição ideológica (Moreira, 2004), em que a escolha dos países reflete considerações políticas e estratégicas. Pretendia-se que politicamente, a nova aliança fosse uma “democracia-fortaleza” (Krieger, 1996, p. 57), mas segundo ensina Telo (Comunicação pessoal, 2014) derivado da necessidade de presença nas Lages, os EUA optam por excluir a parte política e ideológica do tratado, que só anos mais tarde veio a ser implementada.

No texto da Aliança Atlântica pode-se verificar uma reduzida “(...) alusão (artigo 2) à necessidade de uma melhoria do bem-estar mediante entreajuda recíproca” (Duroselle & Kaspi, 2014, p. 93). Toda a restante redação é referente a cláusulas militares, referindo nomeadamente, uma distinção entre ameaça<sup>44</sup> e agressão. No artigo 4.º refere que as Partes “(...) consultar-se-ão sempre que, (...), estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes”<sup>45</sup> (North Atlantic Treaty, 1949, artigo 4.º), “(...) para definir a «ameaça», basta que uma delas declare que há” (Duroselle & Kaspi,

---

de paz com as nações ex-inimigas; A conservação de importantes forças soviéticas em toda a Europa Oriental e a criação de forças «satélites»; O abuso do direito de veto, nas Nações Unidas” (OTAN, 1954b, p. 12).

<sup>43</sup> Segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2003, p. 243), conflito “(...) costuma corresponder a uma situação em que um grupo individualizável de seres humanos (de carácter tribal, étnico, linguístico, cultural, religioso, socioeconómico, político ou outro) se opõe conscientemente a um ou mais grupos humanos individualizáveis devido àquilo que parecem ser objetivos incompatíveis.” Lewis Coser (in Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 243) “define conflito como «uma luta em volta de valores e reclamações de estatuto, poder e recursos, todos escassos, e em que os objetivos dos competidores consistem em neutralizar, enfraquecer ou eliminar os rivais»”.

<sup>44</sup> Tal como ensina Cabral Couto (1988a, p. 329) “(...) uma ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica etc.) (...) Uma ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção”.

<sup>45</sup> A tradução é da responsabilidade do autor. Ver Quadro 4 no Apêndice D – Tratado do Atlântico Norte (1949) e o protocolo de 1951.

2014, p. 93). Por outro lado, em caso de agressão, o artigo 5.º prevê que “(...) um ataque armado contra uma ou várias delas [Partes] na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, (...) cada uma, no exercício de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas<sup>46</sup>, prestará assistência à Parte(s) assim atacadas praticando (...) a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte”<sup>47</sup> (North Atlantic Treaty, 1949, artigo 5.º). Desta forma, cada uma das Partes tem a liberdade de tomar a sua decisão: a assistência deverá ser militar e assim entrar em guerra ou não (Duroselle & Kaspi, 2014). Quanto ao nível de defesa, as Partes comprometem-se, tanto individualmente como em conjunto, em manter e desenvolver a sua própria capacidade de resistir a um ataque armado (OTAN, 1954b). Já no que refere aos artigos 7.º e 8.º, estes preveem a compatibilidade entre o Tratado do Atlântico Norte, a Carta das Nações Unidas e os compromissos acordados anteriormente à Aliança Atlântica, entre os aliados. Já o artigo 9.º prevê a criação de um conselho suscetível de reunir representantes de cada uma das Partes de forma a examinar as questões relativamente à aplicação do tratado (Duroselle & Kaspi, 2014).

Qualquer Estado europeu poderia pedir ou, segundo o artigo 10.º do Tratado, ser convidado para aderir à OTAN, mas para ser aceite teria que reunir algumas condições, nomeadamente: promover os princípios do Tratado e dar uma contribuição para a segurança do Atlântico Norte, o que leva à necessidade de ser possuidor de um território nas margens do Atlântico Norte (OTAN, 1954b).

Já em 1951 é admitida a Grécia e a Turquia na OTAN, o que leva a uma alteração no Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 1954b)<sup>48</sup>, (ver o Quadro 5 no Apêndice D – Tratado do Atlântico Norte (1949) e o Protocolo de 1951).

---

<sup>46</sup> O artigo 51.º da Carta das Nações Unidas encontra-se no Capítulo VII – *Action with respect to threats to the peace, breaches of the peace, and acts of aggression*:

“Nothing in the present Charter shall impair the inherent right of individual or collective self-defence if an armed attack occurs against a Member of the United Nations, until the Security Council has taken measures necessary to maintain international peace and security. Measures taken by Members in the exercise of this right of self-defence shall be immediately reported to the Security Council and shall not in any way affect the authority and responsibility of the Security Council under the present Charter to take at any time such action as it deems necessary in order to maintain or restore international peace and security” (Charter of the United Nations, 1945, artigo 51.º).

<sup>47</sup> A tradução é da responsabilidade do autor. Ver Quadro 4 no Apêndice D – Tratado do Atlântico Norte (1949) e o protocolo de 1951.

<sup>48</sup> A problemática do alargamento da Aliança Atlântica verificou-se principalmente a dois níveis: em primeiro lugar a propósito da Alemanha e por outro devido à Grécia e à Turquia. Os EUA consideravam que a admissão da Grécia e Turquia era necessária (Duroselle & Kaspi, 2014). Assim, Adriano Moreira (2004) vê a sua adesão como uma solução para um problema regional.

Em 1953, começava a ser perceptível que os países da OTAN tendiam a diminuir o esforço militar, tanto por parte dos EUA como dos países da Europa. Essa situação deriva da morte de Estaline e da mudança de política russa, que dá a ideia de uma diminuição de perigo soviético através da possibilidade de entendimento entre os dois blocos. Essa situação leva o Ministro dos Negócios Estrangeiros português a admitir que o bloco OTAN pudesse vir mesmo a desmembrar-se. Por sua vez, a criação de um exército europeu – que era um dos planos de defesa europeia – começava a ficar em causa, uma vez que essa criação poderia vir a prejudicar esse entendimento. Mesmo assim, segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, era de consciência de todos os respetivos representantes que um possível entendimento só seria bem-sucedido se o bloco OTAN estivesse suficientemente armado.<sup>49</sup>

A partir de 1955, a estrutura da OTAN vai-se mantendo e adaptando-se às suas necessidades políticas (Moreira, 2004). Mas é no período inicial que se denota alterações mais substanciais (essa evolução pode ser observada nas Figuras 4, 5 e 6 no Anexo B – Evolução estrutural da OTA).

No culminar dessa evolução, ao nível mais alto da Organização permaneceu o Conselho do Atlântico Norte, que tinha como funções o exercício de examinar as questões relativas à aplicação do Tratado e à sua orientação política. Este, por sua vez, instituiu um mecanismo coletivo de forma à Organização desempenhar as suas incumbências: o Comité de Defesa Militar, que tinha como função o estudo dos planos unificados da defesa; o Comité de Defesa Económica e Financeira, que estudava os problemas económicos e financeiros; o Comité Militar de Produção, que desenvolvia estudos para responder aos problemas da produção de armamentos e equipamentos militares e a sua uniformização. Este último dispunha ainda de um Grupo Permanente, constituído por representantes dos EUA, Inglaterra e França, que iria assumir a alta direção estratégica (Nunes, 1999). Aliado a essa estrutura está a organização militar da OTAN. O espaço da Aliança Atlântica foi então dividido em três Comandos: o Comando da Europa que dependia do *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR), sendo o seu quartel-general – *Supreme Headquarters, Allied Powers - Europe* (SHAPE) – instalado próximo de Versalhes, tendo a responsabilidade, em tempo de guerra, de dirigir todas as operações terrestres, navais e aéreas; o Comando do Atlântico – *Allied Command Atlantic* (ACLANT) – que estava dividido em duas partes: A parte Ocidental – *Westland*, sob o comando americano – que estava sob a dependência do *Supreme Allied Command Atlantic* (SACLANT), que dependia por sua vez do Grupo Permanente, e tinha

---

<sup>49</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório da embaixada inglesa enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português em 1953, que foi comentado pelo ministro e enviado a António de Oliveira Salazar.

como missão preparar os planos de defesa e orientar os treinos, em tempo de paz. Já em tempo de guerra tinha a incumbência de proteger as comunicações e as ilhas situadas no Atlântico. Sob o seu comando tinha ainda a Frota de Intervenção no Atlântico, com um carácter mais operacional. No lado Oriental – *Eastland*, sob o comando inglês – o Comando do Canal que estava dependente do Comité da Mancha; por fim o Comando Regional EUA-Canadá, que lhe incumbia a defesa da América do Norte, sendo que os seus planos teriam de ser aprovados pelo Grupo Permanente (Nunes, 1999). Em 1958 surge ainda a decisão de criar o *Iberland*, que acaba por só se materializar já fora do período do nosso estudo (Teixeira, 1999).

Toda esta evolução ia ao encontro dos esforços, de todos os Estados membros da OTAN, que diziam respeito à Manutenção de Paz<sup>50</sup> e a um desarmamento e controlo geral do armamento nuclear<sup>51</sup>. Segundo o Senador Theodore Francis Green<sup>52</sup>, a estratégia da OTAN nessa altura, baseava-se não só na retaliação nuclear<sup>53</sup> (que do seu ponto de vista, a URSS apenas tinha essa capacidade no plano teórico) mas também no chamado *shield forces*, que não eram mais que forças terrestres, aéreas e navais da Aliança Atlântica destacadas

---

<sup>50</sup> As Operações de Manutenção de Paz surgem no âmbito das Operações de Apoio à Paz. Para tal, um eventual Apoio à Paz tem o objetivo de contenção dos conflitos existentes e restabelecimento ou manutenção de paz, “(...) visando a moldagem do ambiente operacional, sempre em proveito da reconciliação, reconstrução e a transição para um governo legítimo” (EME, 2012, p. 2-7). Pretende ainda a contenção da violência e a redução de tensão entre fações. É essencial a coordenação entre agências internacionais e o equilíbrio entre a ação militar e a diplomacia (EME, 2012).

Assim sendo, as Operações de Manutenção de Paz são “(...) executadas com o consentimento das Partes envolvidas num conflito e são planeadas para monitorizar a implementação de acordos (...) e apoiar os esforços diplomáticos para alcançar acordos políticos de longo prazo” (EME, 2012, p. 2-7). Por sua vez, atualmente a doutrina NATO designa as Operações de Manutenção de Paz como *Non-Article 5 Crises Response Operations* sendo estas definidas como “(...) multifunctional operations which encompass those political, military and civil activities, initiated and executed in accordance with international law, including international humanitarian law, contributing to conflict prevention and resolution, and crisis management in the pursuit of declared Alliance objectives” (NATO, 2005 in Dias C. M., 2010, p. 99).

<sup>51</sup> Segundo Cabral Couto (1988b) existe uma diferenciação entre desarmamento e controlo de armamento. O desarmamento assenta na teoria de que os homens apenas combatem devido há existência de armamento, caso essas não existissem não existiriam conflitos. Este pode ser, entre outros, geral ou local, dependendo se é ou não universal. O autor defende ainda que é da própria essência do Estado que procure assegurar a sua própria segurança e defesa de qualquer forma. Sendo que, é admissível que as grandes potências, se tiverem interesses mútuos, possam chegar a um acordo quanto à redução moderada dos níveis de armamento. Por outro lado, o controlo de armamento defende a tese de que a obtenção de armas é apenas um método de alcançar a segurança. Este deve ser entendido como uma nova forma de ação estratégica subordinada ao interesse nacional.

<sup>52</sup> Nasceu em 1867 e em 1936 foi eleito senador dos EUA, servindo o país até 1961, no Comité de Negócios Estrangeiros do Senado, tendo um papel importante em várias questões da política americana inclusive na aliança da OTAN. Cfr:

[http://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/Featured\\_Bio\\_Green.htm](http://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/Featured_Bio_Green.htm), consultado no dia 22 de abril de 2014 pelas 18:40.

<sup>53</sup> Segundo Joseph Nye Jr. (2011) as armas nucleares criaram uma forma de equilíbrio de poder que foi por vezes designado como “(...) equilíbrio de terror” (Nye, 2011, p. 168). Esse assenta fundamentalmente no conceito de dissuasão nuclear que está associado ao caso de uma das Partes atacar a outra, apesar de não ter capacidade de impedir essa mesma ofensiva, pode retaliar de forma extremamente nefasta. Dessa forma, acaba por não existir vontade de tomar essa iniciativa por nenhuma das Partes.

para as fronteiras da OTAN, desde a Noruega até à Turquia. O problema era que essas forças ainda não estavam completamente preparadas.<sup>54</sup>

### 3.4. Sistema Internacional no período 1947-1960

No pós-II Guerra Mundial, a Europa encontra-se numa situação inédita desde a queda do Império Romano, ou seja, ausência de poderes centrais significativos no seu seio (Telo, 1993).

Num discurso aos representantes das FA, Salazar (1948, p.327) afirma que “Acabada a guerra, uma grande e poderosa nação continuou a aumentar e a consolidar a sua força”. Assim sendo, após 1945 “(...) os Estados Unidos e a União soviética, aliados na II Guerra Mundial, cedo evidenciaram concepções antagónicas sobre o futuro da humanidade” (Antunes, 2013, p. 21).

Sobre o desencadear da guerra, Joseph Nye Jr. (2011) propõe três abordagens: uma pós-revisionista, que devido à distribuição bipolar do poder, é sustentada a ideia que ninguém é culpado pelo despoletar da guerra, sendo esta inevitável. Outra abordagem denominada de tradicionalista, onde se defende que toda a diplomacia dos EUA era defensiva, por outro lado, a URSS era expansionista, e lentamente os americanos foram-se apercebendo da natureza da ameaça soviética. Por fim, uma abordagem revisionista, onde alega que a guerra foi provocada pelo expansionismo americano e não soviético.

O aparecimento de um novo SI no pós-II Guerra Mundial, que acabará por vigorar até 1991, tem duas fases. A primeira de 1945 a 1960/61, e a segunda de 1960/61 até ao término do sistema (Telo, 1993), que não cabe no âmbito do presente estudo. Segundo Wolfgang Krieger (1996), o mundo veio a ser dominado por duas “superpotências”, de um lado os EUA, por outro, a URSS, facto esse que acabou por gerar uma “cortina de ferro”<sup>55</sup> que dividia o continente europeu em Europa e Leste. Desta forma, a ameaça global adquiria

<sup>54</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, relatório enviado pelo Senador Theodore Francis Green para o comité de relações estrangeiras do senado dos EUA, em 1958.

<sup>55</sup> Expressão utilizada por Winston Churchill (1946) no seu discurso de 5 de março de 1946 no Westminster College, onde em determinada altura do seu discurso Churchill diz: “*From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descend across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia, all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Sovietic sphere, and all are subject in one form or another, not only to Sovietic influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow*”, quase no término do seu discurso acrescenta ainda “*In front of the iron curtain which lies across Europe are other causes for anxiety*”.



forma e definição geográfica, e o seu epicentro estava na Europa, criadora do Euromundo<sup>56</sup>. Este, por sua vez, construído a partir da chegada de Vasco da Gama à Índia e destruído nas três décadas entre 1914 e 1945 (Moreira, 1999).

A primeira fase de um novo SI fica então marcada pelo surgimento aparente de duas superpotências – aparente porque na realidade o poder relativo dos EUA é muito superior ao da URSS – e de uma rivalidade bipolar (Telo, 1996b), que só em 1947 se articula e se começa a denotar (Telo, 1993).

Segundo Cabral Couto (1988a), esta rivalidade bipolar baseava-se num sistema bipolar rígido que se conservou de 1945 a 1955, período esse onde a rivalidade entre a URSS e os EUA permaneceu intensa e acesa, o que levou à existência de blocos e ao desaparecimento das organizações internacionais, ou simplesmente à sua incapacidade de desempenhar um papel significativo. Já no período seguinte, até meados da década de 1960, susteve-se um sistema bipolar flexível, onde existiu um “(...) impasse ou bloqueamento resultante de um equilíbrio militar” (Couto, 1988a, p. 52), as organizações internacionais assumem um papel mais significativo e os atores situados nas periferias começam a perseguir os próprios objetivos, podendo ou não fazer parte de um dos blocos (Couto, 1988a).

Se, até 1949, os EUA geriam o monopólio nuclear, que era a única arma de equilíbrio face à superioridade das forças convencionais russas, em finais desse mesmo ano a URSS consegue a sua primeira arma nuclear, acabando assim com o monopólio americano (Marcos, 2010). E, nesse mesmo ano, a 4 de abril, como já vimos, edifica-se a OTAN (OTAN, 1954b).

Em 14 de maio de 1955, a URSS funda o Pacto de Varsóvia<sup>57</sup>, como resposta à admissão da Alemanha na União da Europa Ocidental (UEO)<sup>58</sup> (Moreira, 2004). Um ano passado após a assinatura do Pacto de Varsóvia, num relato de uma visita dos Ministros da

<sup>56</sup> Segundo Adriano Moreira (2004) o termo refere-se ao período em que a sede do poder político Mundial encontrava-se na Europa, ou seja, designava a zona onde estava a sede do “governo do Mundo”.

<sup>57</sup> A URSS é um dos países que cedo demonstra o seu desagrado sobre a constituição da UEO. Como resposta à UEO em maio de 1955 efetuou-se uma “(...) conferência do Bloco Oriental que culminou com a assinatura de um Tratado de amizade, cooperação e assistência mútua entre oito países (URSS, Polónia, Checoslováquia, Alemanha de Leste, Roménia, Bulgária, Albânia e Hungria)” (Duroselle & Kaspi, 2014, p. 165 e 166). Esse tratado apresenta, em grande parte da constituição do texto, uma semelhança com a Aliança Atlântica. Por exemplo, no seu artigo 5.º prevê a organização de um comando militar único, que será confiado a um marechal soviético em caso de necessidade de intervenção militar (Duroselle & Kaspi, 2014).

<sup>58</sup> Foi em finais de 1954 que o Tratado de Bruxelas passava a ser a UEO (Duroselle & Kaspi, 2014). Numa tentativa de integrar a Alemanha no sistema defensivo europeu, a França assumiu uma incansável posição negativa. Dessa forma, surge a ideia de aproveitar o Tratado de Bruxelas como elemento de integração alemã no espaço militar europeu articulando-se com a sua participação na Aliança Atlântica. Assim sendo, estabeleceu-se a União e com ela a evidência de que a Alemanha teria um estatuto de igualdade na Aliança Atlântica e, por outro lado, de desigualdade na UEO. Nesta, existia de forma muito clara, a proibição de produção de armamento nuclear, biológico e químico por parte da Alemanha (Moreira, 2004).

França a Moscovo, verifica-se que a Rússia perdera o medo que tinha, ou pelo menos declarava ter, de uma agressão pelas potências ocidentais, mas ao mesmo tempo reconheciam que não existiam quaisquer propósitos agressivos por parte dos países Ocidentais, com a exceção dos EUA. Quanto aos EUA, os soviéticos alegavam que esses propósitos de agressividade poderiam partir não do governo mas sim da possibilidade de uma eventual pressão por parte dos grandes agrupamentos financeiros americanos sobre o governo.<sup>59</sup>

Segundo Joseph Nye (2011), a Guerra-fria é um período de dinâmica entre duas opções de política externa<sup>60</sup>: a contenção<sup>61</sup> e a dissuasão<sup>62</sup>. Se, por um lado, a dissuasão é o ato de “desencorajar através do medo” (Nye, 2011, p. 136) e o principal ator desse medo é a ameaça nuclear, sendo que esta era “(...) a forma pela qual cada superpotência procurava impedir a outra de alcançar uma vantagem e consequentemente perturbar o equilíbrio de poder entre elas” (Nye, 2011, p. 136), por outro lado, a dissuasão estava ligada à contenção, sendo que esta referia-se “(...) a uma política específica americana de contenção do comunismo soviético, de modo a promover uma ordem<sup>63</sup> mundial política e económica liberal” (Nye, 2011, p. 136).

As duas superpotências não sofrem apenas de um confronto económico e/ou militar, a rivalidade existente implica também um confronto de ideologias e tecnologias. Ou seja,

---

<sup>59</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, relato dos ministros franceses de uma visita a Moscovo ao embaixador português, que por sua vez enviou uma carta com essa informação ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal em 1956.

<sup>60</sup> Entenda-se política externa como “(...) actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objectivos que lhe são próprios” (Gomes, 1990, p. 55). Esta política segundo Couto (1988a) pode, nas suas linhas gerais, adotar duas naturezas: “(...) a política de «status quo» [que] é de natureza conservadora e, como se referiu, visa a manutenção da relação de forças e de áreas de influência que traduzem o equilíbrio gerado num determinado momento histórico” (Couto, 1988a, p. 74) ou de natureza expansionista, onde o Estado tende “a visar os objectivos que estiverem ao seu alcance” (Couto, 1988a, p. 75).

<sup>61</sup> Segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2003) durante o período e que a URSS não tinha armas atómicas, ou seja de 1945 a 1949, não existia nenhuma estratégia de dissuasão. Nesse período, a política existente era de contenção “(...) baseado num conceito recomendado por George F. Kennan. A política de contenção, enquanto resposta à ameaça de expansão soviética, não envolvia qualquer doutrina militar específica que a apoiasse. (...) mas assumiu que [os meios militares] eram parte da panóplia de instrumentos diplomáticos disponíveis, juntamente com a influência política e económica” (Dougherty & Pfaltzgraff, 2003, p. 441).

<sup>62</sup> Citando Alexander George e Richard Smoke (in Dougherty & Pfaltzgraff 2003, p. 440): “«na sua forma mais geral, a dissuasão é simplesmente a convicção do nosso oponente de que os custos e/ou riscos de determinada acção que ele empreender suplantam os seus benefícios»”. Já Cabral Couto (1988b, p. 59) ensina que “(...) em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora. (...) é essencialmente, um resultado de natureza psicológica”.

<sup>63</sup> Segundo Joseph Nye (2011), a palavra pode assumir várias definições, dependendo das abordagens que a interpretam. Sinteticamente, salientando as abordagens mais importantes e/ou comuns, temos a abordagem dos realistas em que o termo “refere-se fundamentalmente à estrutura ou distribuição do poder entre os Estados” (Nye, 2011, p.274). Por outro lado os liberais ligam o termo “aos valores da democracia e os direitos humanos, assim como a instituições” (Nye, 2011, p.274).

não é apenas a redefinição de um mercado que está em causa mas, sim uma oposição de duas formas de organização política e social (Telo, 1993).

Com esta conjuntura internacional, surgem múltiplas tendências que irão ser importantes para Portugal.

### **3.4.1. Portugal no Sistema Internacional**

Com toda a alteração do SI, a Península Ibérica, que se sentia como um suporte dos valores tradicionais europeus dos anos 30, encontra-se agora no meio de duas superpotências que vêm propor valores distintos. De um lado, democráticos por parte dos EUA, do outro comunistas por parte da URSS, a quais os regimes ibéricos não iam ao encontro (Telo, 1993). Apesar disso, a não entrada na OTAN representaria fortíssimas consequências negativas, tanto na política, que significaria o isolamento internacional, como em termos de defesa, que representaria a albanização (Comunicação pessoal, Telo, 2014). Assim, os portugueses não tinham grande margem de manobra internacional (Comunicação pessoal, Teixeira, 2014). Para além disso, a pressão diplomática era enorme pois a não entrada representaria, do ponto de vista político internacional, a eventualidade de abrir no interior do bloco Ocidental uma fratura que o acabaria por enfraquecer (Comunicação pessoal, Teixeira, 2014).

Para Portugal, o período inicial de pós-Aliança Atlântica representou “(...) um passo importante de adaptação e integração no SI” (Marcos, 2010, p. 65), levando mesmo ao término da posição de neutralidade portuguesa, tal como dissertou Salazar (1945, p. 106) no seu discurso “Portugal, a Guerra e a Paz” proferido em 18 de maio de 1945: “Finda a guerra, acabou também a neutralidade, e Portugal é, como outro qualquer, um país membro da comunidade internacional”. A Organização não altera apenas a posição neutral de Portugal, pois segundo Severiano Teixeira (Comunicação pessoal, 2014), do ponto de vista internacional, também tem um efeito de reconhecimento que joga a favor do regime autoritário de Salazar.

A posição de Portugal, em 1952, era de grande relevância, valorizando os seus valores geográficos e estratégicos, pois dispunha de posições-chave, tanto para no âmbito militar como no âmbito comercial, de valor incalculável – Açores, Cabo-Verde, África Oriental e Ocidental –, que permitiam o controlo das grandes rotas atlânticas. O nosso país apresentava ainda menos vulnerabilidades do que qualquer outra nação, com exceção do Canadá e EUA,

tanto a nível económico como geográfico, uma vez que não se encontrava na área crucial das operações militares.<sup>64</sup>

Claro que estes fatores, comparativamente à restante Europa, colocam Portugal numa situação particularmente favorável, tendo a adicional que tinha todo o seu território intacto e com substanciais reservas de ouro e ainda uma boa relação com os aliados ocidentais (Telo, 1995).

Mas a tendência de nacionalismos, que teriam sérias implicações no império português, e uma inclinação para o liberalismo e democracias, nas zonas de poderes tradicionais europeias que estavam em crise, faz com que o pessimismo português seja uma constante (Telo, 1995).

Segundo Telo (1995), desde o início da Guerra-fria, foi evidente para o Estado Novo um novo conjunto de preocupações em matéria de defesa nacional, que passamos a sistematizar:

Em primeiro lugar, se até aqui Portugal tinha conseguido evitar o envolvimento direto no conflito que se fez sentir em toda a Europa, ainda no rescaldo da II Guerra Mundial surge o medo do renascer de um novo conflito no qual Portugal não conseguisse manter a sua neutralidade.

Em segundo, a situação no Atlântico muda e reconhece-se que o poder passou em larga escala para os EUA, título que até aqui pertencia à Inglaterra.

Em terceiro, subsiste uma inexistência dos poderes centrais da Europa, muito devido à fustigante guerra que acabaram de atravessar, levando assim que fosse a URSS que acabaria por materializar o centro do continente europeu.

Em quarto lugar, existe uma generalização do liberalismo e da democracia em todo o Ocidente, algo que vai contra a perspectiva do regime uma vez que esse, por sua vez, já os tinha recusado intransigentemente.

Por fim, começa-se a prever e a sentir movimentos de autonomia no império português, bem como noutras colónias europeias.

Como resposta, o Estado Novo joga à defensiva. Defende a conservação dos regimes da península, aproxima-se da Inglaterra, pois é o único que poderá defender o seu império, e aproxima-se, ainda que de forma relutante, dos EUA com inúmeras precauções (Telo, 1993).

---

<sup>64</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório do Ministério das Finanças enviado a António de Oliveira Salazar em 1952.

Com o convite para a fundação da OTAN, Portugal vira uma página na sua história da política de segurança e defesa, que até aqui tinha repousado fundamentalmente na multissecular aliança luso-britânica, após verificar que essa antiga aliança não iria corresponder às suas expectativas, como anteriormente já o tinha feito. Os portugueses acabam por seguir os conselhos da Inglaterra, que não negam diretamente a venda de material militar, e acabam por fazer os seus pedidos de armamento aos EUA (Telo, 1999). Portugal era ainda um caso especial como fundador do Tratado do Atlântico Norte, sendo que, a nível estratégico desempenha um papel eminente, mas por outro lado, no que diz respeito ao regime interno que vigorava, leva a que o convite seja de algum modo curioso (Krieger, 1996). Com a fundação da OTAN verifica-se o aparecimento de uma das três linhas de implicações de componentes estratégicas, a estratégia operacional<sup>65</sup>, uma vez que Portugal, para além do planeamento da sua defesa, tem a necessidade de integrar os planos de defesa OTAN, obrigando-nos a direcionar o esforço também numa postura da defesa europeia (Comunicação pessoal, Pires, 2014).

Para esse virar de página terão contribuído decisivamente os fatores da geopolítica<sup>66</sup> portuguesa, sobretudo no que se refere ao triângulo estratégico português (ver Figura 1 no Apêndice C – Triângulo estratégico português), de grande centralidade para a Organização, alicerçado na posição geoestratégica<sup>67</sup> dos Açores e da Base das Lajes, esse “porta-aviões” de inestimável contributo geoestratégico (Teixeira, 1995) na defesa ocidental, com expressão na OTAN. Esse que se encontra no meio do Atlântico e que acaba por ser uma base fixa, permitindo abastecer, controlar e vigiar o espaço atlântico, possibilitando desta forma a ligação entre a Europa e os EUA (Comunicação pessoal, Pires, 2014). Assim, segundo Severiano Teixeira (Comunicação pessoal, 2014), era o General Raúl Esteves que reforçava a ideia dos Açores como um “porta-aviões”, defendendo o carácter Atlântico, no que dizia respeito à estratégia portuguesa. Este defendia que seria o triângulo estratégico português

---

<sup>65</sup> A estratégia operacional, ou também conhecida por “arte operacional”, “(...) trata da concepção e execução da manobra estratégica ao nível dos grandes subordinados (...) Em cada domínio, é seu objetivo não só conciliar os objetivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas táticas e técnicas do domínio considerado, mas também orientar a evolução daquelas de forma a adapta-las às necessidades da estratégia” (Couto, 1988a, p. 231).

<sup>66</sup> Entenda-se geopolítica segundo a definição do Instituto de Altos Estudos Militares (2000, in Dias C. M., 2005, p. 61) como “a procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objetivos dos povos”. Esta, segundo Moreira (1997, p. 227) “(...) procura exprimir em leis tendenciais a relação entre a geografia e o poder”.

<sup>67</sup> Entenda-se Geoestratégica como atividade de Geoestratégia, esta por sua vez define-se, segundo o Instituto de Altos Estudos Militares (1993, in Dias C. M., 2005, p. 64) como “(...) o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade geoestratégica”.

que iria valorizar o território nacional e a sua defesa não deveria consistir numa última linha defensiva da Europa, mas sim uma defesa avançada dos EUA. Na sua definição geográfica, Portugal retira um poder funcional<sup>68</sup> dos Açores (Moreira, 1997). Salientando o pensamento de Dougherty e Pfaltzgraff (2003, p. 202), a “(...) relação entre geografia e poder encontra-se na capacidade de transferir, de um ponto para o outro, bens serviços e informações de forma mais eficiente” e era nesse aspeto que os Açores se incluíam.

Este era um desiderato há muito ambicionado pelos EUA, permitindo-lhes diminuir a distância geográfica entre a Europa e a América do Norte, dando ainda flexibilidade às portas aéreas para a Europa, sendo também importantes para as aeronaves que abastecem no Norte de África, não que algumas aeronaves da época não conseguissem já a transposição do Atlântico sem recorrer aos Açores, mas porque as ilhas permitem duplicar assim a carga transportada através do reabastecimento em voo (Telo, 1996a).

No entanto, haveria que superar as dificuldades que o nosso país sentiria nas suas RI, sobretudo as decorrentes do regime político existente em Portugal e do seu Império Ultramarino, mais tarde habilmente transformado em províncias ultramarinas (Carrilho, 1985), na tentativa de alcançar um estatuto de Estado uno e indivisível, dotado de uma só ossatura administrativa e de um só direito centralizado em Lisboa (Antunes, 2013).

Com o Tratado do Atlântico Norte, em 1949, que vem legitimar o regime português, reduzindo a possibilidade de isolamento internacional (Marcos, 2010), começaram então a surgir as primeiras representações portuguesas na Europa Ocidental que começam lentamente a aclarar alguns oficiais das forças armadas no que diz respeito à defesa nacional, dando assim início a uma “revolução serena” da PDN e das FA (Telo, 1996) – sendo estas retratadas numa fase mais avançada do estudo.

Em 1952, o Ministro dos Negócios Estrangeiros via a OTAN como uma conceção defensiva resoluta e salvadora, fundamentando essa ideia essencialmente em quatro pontos fundamentais: primeiro o seu conteúdo ideológico, que se opunha ao materialismo militarista do Leste; segundo pela assistência mútua que criava uma eficiente organização destinada à

---

<sup>68</sup> “O poder funcional (...) autonomiza-se de entre as capacidades clássicas do poder do Estado para se transformar no elemento autónomo de poder das pequenas potências nas suas relações com as grandes potências. Isto tornou-se possível como sequela da internacionalização (...) A necessidade de bases no exterior, a liberdade de acesso a portos e aeroportos, a urgência de disseminar os armamentos estratégicos, a indispensabilidade de centros de observação e vigilância instalados em território alheio, a segurança das fontes de abastecimento e vigilância instalados em território alheio, a segurança das fontes de abastecimento de energia e outras matérias-primas em mãos de pequenos países, representam para cada um destes poderes políticos o nascimento de um poder funcional, que pode levantar-se em confronto com a grande potência interessada, abusando da fragilidade que para esta resulta o seu excesso de poder material” (Moreira, 1979, p. 18 e 19). Portugal desde de sempre foi considerado um caso de poder funcional. (Moreira, 1979).

defesa militar europeia; de seguida pela mecânica de cooperação e auxílio entre todos os Estados aderentes; por último pela união atlântica e a convicção que esta estabeleceria a preservação das tradições espirituais da Europa.<sup>69</sup>

Nesse mesmo ano, o Ministério das Finanças enumera algumas consequências lógicas da conceção da OTAN: primeiro a existência de um exército europeu que levaria a uma troca de uniformes militares e coordenação de meios; depois um desenvolvimento da procura geral de bens e valores, o que poderia significar para Portugal e todos os países colonialistas uma mais-valia; por fim uma Europa unida que poderia implicar o começo da federação atlântica.<sup>70</sup>

Após a fundação da Organização, Portugal desenvolve uma série de esforços político-diplomáticos tendo em vista a integração da Espanha na Organização, hipótese que é descartada por grande parte dos estados membros. Dessa forma, a Espanha acaba por celebrar um acordo bilateral com os EUA em 1953, que levou a uma não entrada na OTAN até 1982, mas, por outro lado, acaba por usufruir de uma modernização das estruturas em muito maior escala que Portugal (Telo & Gomez, 2000).

Com a entrada de Portugal na OTAN, pensava-se que a questão ultramarina deixaria de constituir um problema, mas a verdade é que os ventos da história soprariam no sentido da autodeterminação dos povos, sobretudo ao longo das décadas de sessenta e de setenta.

---

<sup>69</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros enviado a Salazar, em 1952.

<sup>70</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório do Ministério das Finanças enviado a António de Oliveira Salazar em 1952.

## **Capítulo 4**

### **Política de Defesa Nacional no período de 1947-1960**

*“ Este doce país que é Portugal – pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes, como árvore que alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sós diferentes e à sombra abrigasse as populações mais diversas, todas igualmente portuguesas-, este pequeno país não pode, no 9º século da sua história, duvidar da sua realidade de nação.”*

Salazar (1949a) a 7 de janeiro de 1949, “O Meu Depoimento” in Discursos Vol. IV, p. 356.

#### **4.1. Prelúdio**

Neste capítulo pretendemos fazer uma abordagem da PDN adotada pelo país, antes e depois da assinatura Tratado do Atlântico Norte.

Para isso, inicia-se o capítulo com uma pequena conceptualização sobre o conceito de defesa nacional e PDN.

De seguida, e para um estudo mais aprofundado e facilitado, decidiu-se realizar uma abordagem de Portugal em três dimensões de análise: Portugal Insular, Portugal Continental e Províncias Ultramarinas, para desta forma perceber as implicações que cada uma dessas dimensões teve na PDN de Portugal. Ao longo do estudo de cada dimensão, abordaremos os períodos precedente e posterior ao Tratado de Washington. Por fim, abordaremos ainda as principais alterações que existiram nas FA e dessa forma na PDN.



## 4.2. Defesa Nacional e Política de Defesa Nacional

Na Constituição que vigorava no período em estudo, a Constituição de 11 de abril de 1933, pode-se encontrar no título XII, denominado por “Da Defesa Nacional” e que representa uma abordagem sintetizada de defesa nacional: “O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra e mar exigidas pelas supremas necessidades de defesa da integridade e da manutenção da ordem e paz pública.

§ único – A organização militar é uma para todo o território” (Constituição da República Portuguesa, 1933, Artigo n.º 53).

No que diz respeito às colónias, vem referido que “O Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania” (Constituição da República Portuguesa, 1933, 2 - Acto colonial, Artigo n.º 15).

Como complemento à constituição de 1933, são consagradas, em 1947, as bases de defesa nacional. Entre as nove bases, parece-nos importante salientar as seguintes:

Base I - “O Governo define a política militar da Nação e orienta superiormente a preparação da defesa nacional. Em caso de guerra, fixa a finalidade geral desta, aprova as directrizes gerais para a elaboração dos respectivos planos e põe à disposição dos comandantes das forças armadas os meios de acção necessários ou disponíveis para a sua execução” (Lei n.º 2024/1947);

Base II – “O conselho Superior de Defesa Nacional é constituído pelo Presidente do Conselho de Ministros, que preside, pelos Ministros da Guerra, Marinha, Colónias, Negócios Estrangeiros e Finanças e pelos majores generais, (...) Ao conselho incube examinar os altos problemas da defesa nacional, especialmente os relativos:

- a) À política militar da Nação e à organização da defesa nacional, (...);
- b) À organização geral da Nação para o tempo de guerra;
- c) Às questões interministeriais que possam reflectir-se na defesa nacional” (Lei n.º 2024/1947);

Base VIII – “Haverá em cada uma das colónias (...) um conselho de defesa militar, para o estudo dos assuntos que interessem à defesa da própria colónia ou à sua cooperação na defesa geral da Nação” (Lei n.º 2024/1947).

Em 1952, surgem novas bases da organização da defesa nacional onde já encontramos, no que diz respeito à constituição do Conselho Superior de Defesa Nacional<sup>71</sup> (CSDN), os cargos de Ministro de Defesa Nacional, subsecretário de Estado da Aeronáutica e ainda o Conselho Superior Militar<sup>72</sup> (CSM). Deixa-se de falar em colónias passando-se a tratar os territórios, além trópico de câncer, como territórios ultramarinos (Lei n.º 2051/1952).

Por sua vez, o estudo elaborado por António Silva Ribeiro (2010) engloba a PDN como uma fase da estratégia de defesa militar<sup>73</sup>. Esta fase deverá:

“Identificar os objetivos nacionais permanentes-ONP – («o quê?»);

Conceber o conceito de acção política de defesa nacional – CAPDN – («como?»), que engloba: compreender os objectivos nacionais permanentes («o que se quer fazer?»); examinar a interacção dos objectivos nacionais permanentes («o que se deve saber?»); imaginar os objectivos nacionais actuais (ONA) («o que se pode fazer?»); seleccionar os objectivos nacionais actuais («o que vale a pena fazer?») e exprimir o conceito de acção política de defesa nacional («o que se vai fazer?») para alcançar ou preservar os objectivos estratégicos de defesa nacional (OEDN), segundo as directrizes políticas de defesa nacional” (Ribeiro, 2010, p. 19).

Segundo ensina Ribeiro (2010, p. 20), a PDN poderá ser decomposta em dois tipos fundamentais de políticas públicas: “(...) a política de defesa pública, da responsabilidade de diversos Ministros, que encerra orientações para o nível estratégico do sistema de segurança pública, isto é, dos ministérios civis com responsabilidades de defesa nacional; e a política de defesa militar, da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional, que encerra orientações para o nível estratégico do sistema de segurança militar, isto é do Ministério de Defesa Nacional (MDN), do qual fazem parte as Forças Armadas”.

---

<sup>71</sup> Era da responsabilidade do CSDN a supervisão dos altos problemas da defesa nacional, sendo eles: a política militar da Nação e a organização da defesa nacional; a organização geral da Nação para o tempo de guerra; questões interministeriais que pudessem refletir-se na defesa nacional; convenções militares. (Lei n.º 2051/1952)

<sup>72</sup> O CSM deverá responder a “(...) assuntos relativos à elaboração e aprovação dos programas gerais de preparação militar dos três ramos das forças armadas, incluindo os planos gerais de armamento e outros meios de acção indispensáveis à eficiência das mesmas forças” (Lei n.º 2051/1952).

<sup>73</sup> Segundo António Ribeiro (2010, p. 17), a estratégia de defesa militar compreende a orientação e racionalização da “(...) actividade pública na preparação e no emprego das Forças Armadas, nas acções destinadas a materializar os objetivos estratégicos de defesa militar, superando os problemas que a isso se antepõem e explorando as eventualidades que a isso favoreçam”.

Por sua vez os objetivos estratégicos de defesa militar, tal como ensina Ribeiro (2010), são escolhidos com base na interação dos ONP próprios com os dos Estados em que a sua área de interesse evidencia objetivos divergentes, ou seja, que decorrem de relações conflituosas, de oposição e de competição. Isto porque podem ser base de hipóteses de guerra e do emprego das FA.

Assim sendo, tendo em vista a procura dos objetivos nacionais, é essencial um acesso privilegiado de informação que por sua vez deve ser processada e direcionada no âmbito de considerações estratégicas, para que desta forma a PDN seja elaborada de forma adequada, exequível e aceitável relativamente ao contexto nacional e internacional. Assim, as informações deverão ser orientadas de forma a atingir a definição dos ONP e dos ONA (Ribeiro, 2010).

No que diz respeito à identificação dos ONP, é necessário obter a resposta à pergunta: o que fazer? Mas para obter tal resposta é essencial uma interpretação fundamentada em considerações de base subjetiva, “que são relativas à tradição histórica e à filosofia política” (Ribeiro, 2010, p. 31), e também em considerações de base objetiva, “(...) relativos à explicação da conjuntura e à sua evolução” (Ribeiro, 2010, p. 32), e desta forma efetuar a escolha dos ONP, tendo ainda em consideração os móveis e argumentos políticos. Por sua vez, os móveis políticos representam a postura geral valorativa dos cidadãos, relativamente a um assunto. Obviamente que essa postura geral é expressa não pelos cidadãos mas pelos seus representantes; estes orientam a escolha entre a multiplicidade de futuros nacionais possíveis que se consideram mais adequados à consecução dos fins últimos do Estado. Por sua vez, os argumentos políticos, que representam os modos de intervenção e das influências de cada ator que participa na elaboração da PDN, permitem a justificação da seleção em função dos respetivos riscos, custos e benefícios (Ribeiro, 2010).

Assim, depois do processo descrito, é possível a classificação dos futuros nacionais como desejáveis, aceitáveis e indesejáveis. De seguida, é analisada a influência dos fatores externos, ou seja, quais os cenários internacionais analisados e qual sua probabilidade de ocorrência, para desta forma se verificar se favorecem ou desfavorecem os futuros nacionais possíveis. Após ponderado a conjugação entre os futuros nacionais possíveis e desejáveis com os cenários internacionais mais prováveis e favoráveis, existe uma decisão política sobre o futuro escolhido que se vai traduzir num conjunto de ONP (Ribeiro, 2010). (Para ver o processo de elaboração de PDN, segundo António Ribeiro, esquematizado ver Figura 7 no Anexo C – Modelo de elaboração da PDN).

#### **4.3. Portugal Insular**

*“(...) um dos maiores centros da política mundial, sobretudo enquanto os Estados Unidos entenderem do seu interesse ou do seu dever ajudar a Europa a levantar-se das ruínas da guerra, situar-se-á pela própria força das coisas no vasto*

*Atlântico, e só por esse motivo os países ribeirinhos serão chamados a um papel preponderante: a Inglaterra, a França, a Península Ibérica, os Estados Unidos, a América do Sul, e nesta, naturalmente, o Brasil, serão chamados a uma intensa colaboração”*

Salazar (1944) a 25 de maio de 1944, “Preparação Nacional para o Pós-Guerra” in Discursos, vol. IV, p. 61.

#### **4.3.1. Período precedente à OTAN**

Até 1947 decorrem várias tentativas de um acordo que permitisse a permanência dos EUA nos Açores em tempo de paz, mas, apesar do seu esforço e várias cedências, o melhor que os EUA conseguem é a permanência de alguns técnicos em Santa Maria, que na teoria serviriam para assegurar o funcionamento de algum equipamento por tempo indeterminado. Por sua vez, na Base das Lages, na ilha Terceira, teriam livre circulação até 1 de junho de 1947, e ainda a possibilidade de manter um número indeterminado de técnicos que deveriam ir sendo substituídos por técnicos portugueses (Telo, 1993).

Em 1947 já não existem grandes dúvidas de que os EUA detêm a hegemonia do poder naval<sup>74</sup> (Telo, 1993), que acaba por ser o substituto mais natural, no controlo Atlântico, da Inglaterra (Comunicação pessoal, Pires, 2014), com uma armada qualitativamente e quantitativamente superior, relativamente a outras no panorama internacional. A URSS não tem qualquer capacidade de resposta na discussão de controlo dos oceanos, em compensação possui a maior frota de submarinos do mundo, apesar de serem unidades costeiras, sendo assim incapazes de suspender as comunicações entre a Europa e os EUA (Telo, 1993).

Desta forma, até 1949/50 os Açores desempenham um papel fundamental nas comunicações aéreas, de tal modo que, a Força Aérea americana os classifica como vitais<sup>75</sup>, sendo

---

<sup>74</sup> Alfred Mahan (in Dias C. M., 2005) procurou concluir sobre a prioridade do poder naval, para isso baseou-se em ensinamentos históricos. Esse estudo culmina com a doutrina do mercantilismo dos séculos XVII e XVIII, fundamentada “(...) em elementos dominantes como o comércio, a frota mercante, a marinha de guerra e as colónias” (IAEM, 1982 in Dias C. M., 2005, p.146). Mahan aborda ainda o poder marítimo como “(...) a soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário” (IAEM, 1982 in Dias C. M., 2005, p. 147).

<sup>75</sup> “O(s) objetivo(s) político(s) assume(em)-se como o farol incontestável e incontornável do instrumento militar, até porque se constitui(em) como a causa principal para o desentendimento gravoso gerado. (...) o objetivo definido para a acção militar decorre do objetivo político estabelecido, procurando-se que seja seu equivalente e correspondente, assim como o nível de esforço exigido e exigível que, por sua vez, é inerente ao grau de importância atribuído àquela finalidade” (Dias C. M., 2010, p. 246 e 247). Assim sendo, “(...) os objetivos

um dos pontos de maior importância de transporte aéreo quer fosse civil ou militar. Mesmo após o surgimento de aeronaves com autonomia suficiente para atravessar o Atlântico sem necessidade de escala, só o uso dos Açores permitia que os aparelhos voassem com sua lotação máxima e ainda conceder uma cobertura aérea total do Atlântico Norte. Ainda assim, a importância dos Açores para o domínio do Atlântico sente-se com menor veemência, comparativamente com o período da II Guerra Mundial, e o principal fator da diminuição dessa relevância é o monopólio atômico americano, que dura até 1949. Os EUA sabem que para manterem uma ponte aérea entre os três continentes, os Açores são vitais, sendo que só uma ponte aérea consegue assegurar uma ofensiva nuclear (Telo, 1993).

Portugal percebe a verdadeira importância dos Açores, e tem intenções de apoiar a defesa do espaço Atlântico, e começa a usa-los como “cinto de segurança” (Antunes, 2013, p. 25) de forma a garantir a sua própria defesa nacional. Inicialmente tenta uma abordagem à Inglaterra, num pedido de rearmamento do exército. Mas a Inglaterra já não é uma das grandes potências e não pretende a permanência, em tempo de paz, nas ilhas açorianas, pretendendo apenas solicitar a possibilidade da utilização das bases em tempo de guerra. Por esse motivo, não nega o pedido de Portugal mas atrasa a resposta o mais que consegue. Portugal entende que este atraso da resposta demonstra o desinteresse da Inglaterra e começa a pensar noutras soluções (Telo, 1993). Nesta fase, os ingleses estavam, essencialmente, interessados em “prender” os EUA num acordo de defesa que envolvesse a Europa como um todo, sendo que Portugal tem uma função basilar nesse aspeto devido aos Açores (Comunicação pessoal, Telo, 2014).

---

últimos ou teleológicos da política e que, por conseguinte, determinaram a essência do que é político, são a SEGURANÇA e o PROGRESSO e BEM-ESTAR SOCIAL. A estes dois fins alguns autores juntam, por vezes, dois outros que não apresentam o mesmo carácter (...) de universalidade: PRESTÍGIO e o TRIUNFO DE UMA IDEIA” (Couto, 1988a, p. 64). Uma vez que o poder se destina a alcançar os objetivos últimos, desta forma a sua posse permite servir certos interesses, inclusive pode ser através deste que os objetivos últimos podem ser alcançados (Couto, 1988a). Assim, “(...) do ponto de vista da sua importância os objetivos políticos podem ser classificados como vitais, importantes ou secundários” (Couto, 1988a, p. 65). Como tal, os objetivos vitais são considerados como “(...) diretamente indispensáveis à sobrevivência nacional, pelo que, se necessário, o Estado mobilizará para a sua consecução ou preservação, todos os recursos e recorrerá a todos os meios ou processos, militares e não militares, que estiverem ao seu alcance; Este não é negociável. (...) são considerados objetivos importantes os objetivos que se relacionam de forma significativa, com os fins últimos da política, mas sem serem indispensáveis à sobrevivência nacional. (...) Os objetivos secundários alimentam o grosso da vida internacional e da actividade diplomática. As relações internacionais são, assim, essencialmente constituídas, a todo o momento, por uma teia em que se negociam objetivos secundários através de concessões mútuas. (...) Diz-se, por vezes, que, por objetivos vitais “morre-se”; por objetivos importantes, “combate-se”; e, por objetivos secundários, “negoceia-se”” (Couto, 1988a, pp. 64 - 66). Segundo Telo (Comunicação pessoal, 2014), na atualidade são conhecidos planos americanos, em que é muito claro que os Açores teriam de ser utilizados desde o primeiro dia de guerra e sem restrições. Sabe-se ainda que existiam planos americanos para uma ocupação dos Açores caso Portugal não correspondesse.

Em julho de 1947, os americanos tentam uma renegociação em relação aos Açores, estes vêm com um espírito diferente daquilo que demonstraram anteriormente, e inicialmente estão em cima da mesa três planos, sendo que, aquele que é apresentado a Portugal é o designado de plano B, que é “(...) uma mera renegociação da continuação dos direitos de trânsito por mais três anos de modo a apoiar as forças na Europa” (Telo, 1993, p. 512) e desta forma evita aludir garantias políticas ou quaisquer outras garantias de defesa do império ultramarino. Faz ainda parte do plano que uma alternativa a este representaria o abandono dos Açores (Telo, 1993).

Apesar de Portugal já não esperar uma resposta positiva vinda da Inglaterra, quando a resposta oficial surge, em setembro, não nega o apoio mas também não o confirma. Surge enfatizando a ideia de que o único país capaz de satisfazer as necessidades exigidas por Portugal seriam os EUA. Neste momento, as negociações entre Portugal e os americanos já decorrem, e depois de um inicial desentendimento, em novembro de 1947, Portugal apresenta uma nova proposta, que vai ao encontro do pretendido por parte dos EUA. O prolongamento de três anos do direito de trânsito dos aviões americanos, permitindo assim a manutenção dos técnicos estrangeiros nas Lages, sendo que, estes não podem exceder o mínimo existente no último ano (Telo, 1993).

Esta solução não preenchia totalmente os desejos iniciais de Portugal nem dos EUA. Se por um lado os portugueses pretendiam um acordo geral com os EUA, de forma a conseguir obter garantias políticas semelhantes às garantias anteriormente dadas pelos Ingleses – que garantiam uma defesa efetiva do espaço português e ainda aceitavam o seu império –, por outro lado, os americanos não conseguiam a manutenção das suas forças nos Açores em tempo de paz (Telo, 1993).

Como já vimos, os Açores estão intimamente relacionados com o domínio do Atlântico, e Portugal, neste período, pretende fazer parte da defesa desse espaço com a formação de uma força. Inclusive chegou-se a pensar em criar uma força de controlo oceânico limitado<sup>76</sup> (Telo, 1996a). Mas em 1948 a sua armada não é muito diferente do que era 10 anos antes (Telo, 1993).

Em janeiro de 1949, os embaixadores da Inglaterra e dos EUA salientam que a Organização não tinha previsões de estabelecer bases militares em tempo de paz. Seriam todas

---

<sup>76</sup> Segundo António Telo (1996a), nos planos do pós-guerra surgiu a hipótese de adquirir um porta-aviões de escolta de forma a conseguir uma força de controlo oceânico limitado. O projeto não avançou devido à PDN essencialmente virada para o continente.

as Partes do tratado que iriam recomendar quais as estruturas que seriam desejadas e em que territórios membros da Organização para que garantisse a defesa da OTAN.<sup>77</sup>

#### 4.3.2. Período posterior à OTAN

Não há dúvidas que com todo o novo SI, os Açores, que são consideradas umas das “grandes ilhas do Atlântico” (OTAN, 1954a, p. 78), são de imensa importância para o controlo e domínio do Oceano Atlântico, e os EUA tinham plena noção disso. No convite feito a Portugal para a fundação da OTAN, o Secretário de Estado Dean Acheson<sup>78</sup> (1949 in Antunes, 2013, p.25) faz questão de salientar isso mesmo: “Portugal tem uma importância vital por causa dos Açores”, sendo esse o maior contributo que Portugal fornece ao Tratado do Atlântico Norte: a sua posição geoestratégica. Não só os Açores mas sobretudo a triangulação entre os Açores, Portugal continental e a Madeira, que forma uma área marítima onde passa a grande parte das rotas comerciais com destinos europeus, conseguindo assim fornecer segurança a essas rotas (Andrade, 1992).

Em 1950, os planos dos EUA, são revistos pelo SAC, passam definitivamente a uma ofensiva aérea, fundamentalmente atómica (Telo, 1996a), sendo esta a “espada” apontada à URSS (Comunicação pessoal, Telo A., 2014). Segundo Antunes (2013), que corrobora Telo (1996a), os Açores continuam ter uma importância colossal, permitindo uma ofensiva aérea estratégica americana, mantendo as pontes aéreas para África e Europa, dando o seu contributo para as comunicações, permitindo uma cobertura eletrónica da zona atlântica, e a proteção do Atlântico. Possibilita ainda uma vigilância tanto ar-mar como submarina, uma preciosa ajuda à navegação e análise da meteorologia, entre outras valências de soberania.

Neste período, a novidade é o poder submarino da URSS, que passa a representar uma ameaça real às comunicações do Atlântico, o que leva a que o arquipélago açoriano represente um ponto importante para a luta antissubmarina nesse mesmo Oceano (Telo, 1996a). Importante ainda salientar que os EUA, com a utilização dos Açores e da Islândia,

---

<sup>77</sup> Cfr AOS/CO/NE-17-1, numa comunicação dos embaixadores de Inglaterra e dos EUA a Portugal em janeiro de 1949, esta tinha a intenção de manter os portugueses informados sobre o decorrer do projeto da Aliança Atlântica.

<sup>78</sup> Nasceu em 1893, e em 1941 iniciou a sua carreira como secretário de Estado adjunto para os assuntos económicos, ocupando durante a sua carreira outros cargos, tal como secretário de Estado no período inicial da Guerra-fria. Nesse mesmo período, desempenhou um papel importante na definição da política dos EUA. Foi um apoiante da doutrina de contenção do comunismo e que idealizava a URSS como um adversário não apenas ideológico mas também como um desafio geopolítico para os interesses dos EUA. Foi um grande apoiante da fundação da OTAN. Cfr <https://history.state.gov/departmenthistory/people/acheson-dean-gooderham>, consultado no dia 24 de maio de 2014, pelas 22:16h.

conseguiram uma poupança na ordem dos seis biliões de dólares nessa luta (Cottrel & Moorer in Andrade, 1992).

Apesar da contínua importância dos Açores e da fundação da OTAN, a relação entre Portugal e os EUA continua num impasse da não-aceitação, por parte de Portugal, de bases militares estrangeiras em território nacional em tempo de paz. Desta forma, os EUA tentam uma nova abordagem, argumentando que não só os EUA necessitam de bases nos Açores, em tempo de paz, mas essas bases, que viriam a ser unidades aeronavais, eram também indispensáveis nos planos da OTAN para a defesa da Europa. (Telo, 1996a).

Com a OTAN, os EUA percebem que surge o enquadramento multilateral que lhes permitia a manutenção de forças nos Açores (Comunicação pessoal, Telo, 2014), conseguindo assim as tão ambicionadas bases nos Açores em tempo de paz, a 5 de janeiro de 1951, através do acordo de auxílio mútuo, que aflora no âmbito do desejo de fomentar a paz e segurança internacional (Decreto-Lei n.º 38530/1951), seguindo o enquadramento político da Aliança Atlântica, entre Portugal e os EUA com intuito de atualizar os acordos elaborados previamente. Nesse mesmo acordo, Portugal acaba por se demonstrar muito recetivo e finda por conceder à potência marítima tudo o que ela exige de essencial no espaço português, cedendo quase tudo em troca de pouco<sup>79</sup> (Telo, 1996a). Por outro lado, Lemos Pires (Comunicação pessoal, 2014) considera a situação como uma questão pragmática, visto que Portugal precisava de armamento e equipamento de forma a reestruturar as FA, e esse equipamento derivaria da ligação com os EUA, sendo que o desejo político português não ia ao encontro das políticas americanas no que dizia respeito às suas colónias.

Em fevereiro, desse mesmo ano, forma-se o Military Assistance Advisory Group (MAAG) e o SACLANT, que vêm ter grande influência nas negociações dos Açores (Telo, 1996a). Mas ainda assim, de modo geral, Portugal não consegue uma relação privilegiada,

---

<sup>79</sup> Segundo o DL n.º 38530, de 11 de novembro de 1951, - salientando o que demais relevância tem - intitulado de “Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os EUA”, cada governo deverá dar prioridade de disponibilizar equipamento, materiais, serviços ou outro auxílio militar. Sendo essencial que essa ação tenha como intuito promover a defesa integrada na área do Atlântico Norte. O governo Português deverá ainda facilitar a produção e transferência para os EUA de matérias-primas e produtos semi-manufaturados que sejam necessários por parte da América. É ainda parte integrante do acordo que “(...) cada governo concorda em receber pessoal a quem o outro governo, no território do primeiro, confiará o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Acordo e ao qual serão concebidas facilidades para observar os progressos da assistência” (Decreto-Lei n.º 38530/1951). Todos os aspetos acima referidos deverão ir de acordo com a Aliança Atlântica e a carta das Nações Unidas e deverão ainda ser acordados pelos dois estados em questão (Decreto-Lei n.º 38539/1951). Segundo Telo (Comunicação pessoal, 2014), o acordo é de tal forma generoso que nem sequer se coloca a questão da presença de armas nucleares – que hoje em dia se sabe, que essa presença foi uma realidade e os EUA não informaram Portugal para essa situação, nem eram obrigados a fazê-lo pelo acordo de 1951.



tal como tinha com a Inglaterra, e dessa forma não adquire garantias na defesa ativa do Império ou na Península. Acaba por perder a sua posição privilegiada relativamente à Península e à Europa, por não conseguir essas mesmas cauções, e ainda por não ter vantagens do ponto de vista técnico, cultural e de importação de tecnologia, ao nível que se esperava (Telo, 1996a).

Por outro lado, segundo Antunes (2013), Portugal consegue com o acordo de 1951, aquilo que até ao momento ainda não tinha conseguido. Apesar de não conseguir garantias de defesa ativa do território português, os EUA comprometeram-se secretamente – segundo Telo (Comunicação pessoal, 2014), apenas existia uma troca de notas sobre esse assunto – a que o equipamento da OTAN pudesse vir a ser usado no império português, uma vez que a América tinha a última palavra em todas as transferências de armamento com fim da defesa de Portugal continental. É também com este acordo, que, segundo Lemos Pires (Comunicação pessoal, 2014) se iniciam as restantes linhas de implicações na componente estratégica da entrada de Portugal na OTAN, sendo elas: A estratégia genética<sup>80</sup> uma vez que é com este acordo que começam a surgir os novos equipamentos vindos dos EUA, que por sua vez implicam uma adoção de uma nova filosofia de equipamentos, uma nova doutrina – baseada na doutrina americana – que se vai implementando e vai fazendo com que exista também uma alteração na estratégia estrutural<sup>81</sup>.

Em 1952, segundo o Ministério das Finanças, Portugal deveria assumir como sua missão primária os mares e África, e como missão secundária a zona Peninsular.<sup>82</sup>

No ano seguinte, o SACLANT, dirigindo-se ao Estado-Maior conjunto americano, aborda as necessidades de bases para as forças americanas, ainda que fosse uma previsão das necessidades, fala-se não só dos Açores mas também do Arquipélago da Madeira e do Arquipélago de Cabo Verde. Referente ao primeiro, os EUA previam que houvesse a necessidade de facilidades de *turn around* para os seus navios de escolta e ainda instalações de

---

<sup>80</sup> Como ensina Cabral Couto (1988a, p. 231 e 232) “(...) a estratégia genética tem por objetivo a invenção, construção ou obtenção de novos meios a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que sirvam o conceito estratégico adoptado e tendo em atenção a evolução previsível da conjuntura”.

<sup>81</sup> Segundo Cabral Couto (1988a, p. 232) a estratégia estrutural “... tem por objetivo a detecção e análise das vulnerabilidades (ou pontos fracos) e das potencialidades das estruturas existentes, com vista à definição das medidas mais adequadas, incluindo a criação de novas estruturas, que conduzam à eliminação ou atenuação das vulnerabilidades, a um reforço das potencialidades e, em última análise, a um melhor rendimento dos meios ou recursos”. As estratégias: operacional, genética e estrutural interpenetram-se pois a existência de medidas estruturais num setor podem representar medidas tanto a nível operacional como genético, nesse mesmo sector ou qualquer outro (Couto, 1988a).

<sup>82</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório do Ministério das Finanças enviado a António de Oliveira Salazar em 1952.

reabastecimento de combustíveis.<sup>83</sup> Relativamente à Madeira, Lemos Pires (Comunicação pessoal, 2014) ensina que, pela sua proximidade com África e apesar de ficar fora das grandes rotas comerciais, permite o controlo das entradas para o Mediterrâneo. Assim, neste período acaba por ter menor visibilidade que os Açores.

#### **4.4. Portugal continental**

*“(...) ao mesmo tempo que propomos se estude a maneira de conseguir a cooperação da Espanha naquela obra, tanto mais que a Espanha representa um grande valor económico e a Península é a defesa do Ocidente um todo que não pode por ninguém ser desconhecido.”*

Salazar, 28 de Abril de 1948, “O Ocidente em Face da Rússia”, in Discursos vol. IV, p. 333 e 334

##### **4.4.1. Período precedente à OTAN**

“Poucos períodos históricos ilustram melhor a existência da Península enquanto entidade operativa no SI e a importância deste para a evolução como o pós-II Guerra Mundial” (Telo & Gomez, 2000, p. 311). Segundo Telo e Gómez (2000, p. 312 e 313), durante a Guerra-fria a Península tende a ser considerada de uma forma unitária, sendo três os pilares da sua importância: “(...) a posição geográfica no extremo ocidental da Europa e a barreira dos Pirenéus, que se cria uma zona que as forças soviéticas não conseguiriam ocupar no primeiro ímpeto de uma eventual ofensiva relâmpago (...); o controlo da ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico e as posições no Norte de África, zona essencial para a contraofensiva aérea e naval prevista nos planos de guerra americanos; a profundidade atlântica com o prolongamento dos arquipélagos, essenciais para a ligação entre três continentes (América, África, Europa) e o controlo das principais rotas do Atlântico”.

Assim, desde 1947 as prioridades da PDN de Portugal passam pela manutenção do seu regime, e por conseguinte do regime franquista, e pelo perigo de existir uma possível ofensiva por parte da URSS que poucos obstáculos teria até aos Pirenéus (Telo, 1996a).

---

<sup>83</sup> Cfr AOS/CO/NE-17-2, num memorando do SACLANT dirigido ao Estado-Maior conjunto americano sobre as necessidades de bases para as forças americanas, em 1953.

Portugal sabe que tanto a Inglaterra como os EUA percebiam que, em últimas circunstâncias, a defesa da Europa poderia ter que se sustentar nos Pirenéus. Assim sendo, a aproximação entre os dois Estados da Península era bem vista. Aproveitando-se disso, Portugal elabora diversos planos de defesa e colaboração conjunta com Espanha, no intuito de não só proteger a sua posição mas também a manutenção dos regimes em vigor na Península (Telo, 1993), (ver Figura 8 no Anexo D – Dispositivo defensivo dos Pirenéus).

Segundo Telo (1996a), essa relação não só sustenta a defesa dos Pirenéus, e a defesa dos regimes peninsulares perante uma ameaça interna, ou seja, um golpe de Estado (ver Figura 10 no Anexo F – Espetro da guerra), mas também tem a intenção de evitar o isolamento internacional da Espanha. Numa conversa entre Salazar e o Lord Cranbourne<sup>84</sup>, o Presidente do Conselho acaba por frisar um dos pontos dessa mesma aproximação de regimes: os republicanos da Espanha defendem a ideia da transformação da Península numa República Federal Ibérica em que Portugal seria absorvido. Acrescentou ainda que o ocidente teria a necessidade de manter a Península intacta e forte, isso por ser o último bastião dos princípios primordiais da civilização europeia, acreditando mesmo que se uma crise nas relações peninsulares coincidissem com uma crise nas relações entre os blocos, era possível que o Ocidente finalmente “naufragasse”.<sup>85</sup>

Nesse âmbito, em janeiro de 1947 Portugal prepara, entre outras, duas forças, uma para atuar na defesa do continente e outra para atuar no teatro de operações europeu. Para tal, necessita de reequipar o seu exército, e o pedido desse armamento, como já tínhamos referido anteriormente, é feito à Inglaterra. Obviamente que no que concerne à força a empenhar nos Pirenéus, Portugal afirmava ser uma força a enviar para a Europa, uma vez que a Inglaterra não tinha perspectivas de efetuar operações combinadas<sup>86</sup> com a Espanha (Telo, 1993). Por outro lado, a justificação do pedido de armamento de defesa do continente base-

---

<sup>84</sup> Robert Arthur James Gascoyne-Cecil, (the Fifth Marquess of Salisbury) nasceu em 1893 e também é conhecido como Viscount Cranborne ou Lord de Salisbury/Cranborne. Em 1940 é convidado para trabalhar com Winston Churchill que pretendia que o Lord trabalhasse em assuntos dos negócios estrangeiros. Em 1942 foi nomeado Líder da Câmara dos Lordes e torna-se também Líder do Partido Conservador na Câmara dos Lordes. É nessa função que conversa com Salazar. Faleceu em 1972 (Goldsworthy, 2008).

A Câmara dos Lordes, por sua vez, é a segunda Câmara do Parlamento do Reino Unido. Funciona essencialmente para legislar e verificar as ações do governo proporcionando um fórum de peritos independentes. Cfr <http://www.parliament.uk/about/faqs/house-of-lords-faqs/role/>, consultado no dia 24 de maio de 2014 pelas 22:30h.

<sup>85</sup> Cfr IAN/TT/CO/NE-7A, numa reprodução da conversa entre Salazar e o Lord Cranbourne em 1946 enviada ao representante de Portugal na Inglaterra.

<sup>86</sup> São definidas como “(...) operações conduzidas por forças de duas ou mais nações, normalmente integradas numa aliança ou coligação. Embora cada Estado tenha os seus interesses, existem inúmeras vantagens na multinacionalidade das forças” (EME, 2012, p. 1-13).

ava-se num “(...) ataque que venha de Espanha, embora os planos concretos feitos com Madrid prevejam, na realidade, o transporte de uma força expedicionária portuguesa para os Pirenéus” (Telo, 1993, p. 507). Segundo José Medeiros Ferreira (1989 in Duarte, 2003, p.430 e 431), Santos Costa – Ministro da Guerra –, defendia que a Península Ibérica seria “(...) uma linha de defesa em profundidade<sup>87</sup>, tendo o seu *limes* nos Pirenéus. A partir deste bastião poder-se-ia efetuar o contra-ataque<sup>88</sup>, caso a Europa ocidental tombasse nas mãos dos soviéticos.”

Era intenção de Portugal ter uma capacidade de defesa terrestre do seu território continental, e quanto menor fosse o apoio e a dependência externa para essa defesa, mais favorável seria. Os responsáveis portugueses tinham a intenção de, em conjunto com a Espanha, manter os valores tradicionais europeus, ambicionando uma autonomia cada vez maior na sua defesa nacional. Essa situação derivava do inexistente apoio tradicional/secular e da falta de um substituto que proporcionasse as mesmas condições, por outro lado, a estagnação dos objetivos nacionais também alicerçava essa mesma carência. Dessa forma, numa perspetiva de defesa do continente português, Portugal pensa na organização de um exército de massas (Telo, 1996a).

Em janeiro de 1949, a Inglaterra e os EUA partilhavam da opinião de Portugal no que dizia respeito à inclusão de toda a Península Ibérica no caso de uma defesa Ocidental, mas estes justificavam o não convite inicial à Espanha devido a dificuldades políticas<sup>89</sup>, a inexistência de um convite ao país fronteiriço foi um dos aspetos que levou a Oliveira Salazar a demonstrar relutância à aceitação da adesão da Aliança Atlântica (Telo, 1996 e Teixeira, 1993 in Duarte, 2010).

#### 4.4.2. Período posterior à OTAN

As preocupações da PDN de Portugal em 1949/50 não estavam alinhadas com as da OTAN. Se, por um lado, os dois pilares da PDN portuguesa eram a defesa da Península

---

<sup>87</sup> “Esta manobra permite absorver o ímpeto do ataque, forçando o inimigo a empenhar-se repetidamente na profundidade do setor e permite mais facilmente obter informação decisiva acerca do potencial e intenções do inimigo. Ao mesmo tempo, reduz o risco de uma penetração profunda para a força defensora” (EME, 2012, p. 7-7) Por sua vez, a penetração consiste numa “(...) manobra ofensiva que visa romper uma posição defensiva inimiga, desorganizar o seu sistema defensivo e conquistar objetivos em profundidade” (EME, 2012, p. 6-8).

<sup>88</sup> “(...) é um ataque realizado por toda ou parte de uma força defensiva contra uma força inimiga atacante com o objetivo específico de reconquistar terreno perdido, isolar ou destruir forças inimigas com a finalidade de lhe negar a consecução do objetivo do seu ataque” (EME, 2012, p. 6-5).

<sup>89</sup> Cfr AOS/CO/NE-17-1, num primeiro convite informal a Portugal EUA e Inglaterra enviam uma carta em Janeiro de 1949 dando a conhecer a importância também da Espanha mas explicando a impossibilidade da sua inclusão.

Ibérica e de África, por outro, a OTAN não tinha qualquer intenção de fazer planos para essas zonas (Telo, 1996a), mas na realidade os planos ibéricos favoreciam a OTAN (Comunicação pessoal, Telo, 2014).

Santos Costa (1950 in Telo, 1996a) alega que um possível golpe-de-mão<sup>90</sup> soviético é uma possibilidade. Desta forma, utiliza esse argumento de forma a justificar sua política de defesa da Península Ibérica perante a OTAN. Por outro lado, a sua real preocupação era um golpe interno contra os regimes da península<sup>91</sup> (Telo, 1996a), pois havia uma certa incerteza sobre o que ia acontecer em Espanha (Comunicação pessoal, Telo, 2014). A OTAN, percebe que a ideia de um golpe-de-mão à península era uma ideia “(...) bizarra, para dizer o mínimo” (Telo, 1996a, p. 202) e assim sendo, passado aproximadamente um ano da formação da OTAN, Portugal, que apesar de mudar de abordagem relativamente aos Açores, mantém o seu ideal, no que diz respeito ao continente. Neste período inicial os contactos entre os militares de Portugal e os da OTAN são muito reduzidos, e os organismos dão pouca, ou nenhuma, atenção a Portugal. Os EUA tinham como principal atenção, como já vimos, os Açores, e não as FA portuguesas ou a utilização dessas num possível conflito (Telo, 1996a).

Em setembro de 1950 Salazar encontra-se com Franco. Nesse encontro, ficaram confirmados três aspetos, a salientar: “Confirmam a atribuição do sector Oeste a um corpo de Exército português com 3 divisões e reafirmam a necessidade de reforçar o Pacto Ibérico e de manter planos independentes da NATO” (Telo, 1996a, p. 217); a não-aceitação da “inclusão de forças próprias em nenhum destacamento NATO sem estar resolvido o problema da defesa da Península” (Telo, 1996a, p. 217); a dependência de Portugal em relação a Espanha pois “(...) a defesa da Península implica necessariamente o envolvimento da Espanha” (Telo, 1996a, p. 217).

Em contrapartida, os EUA não estavam interessados a discutir a defesa dos Pirenéus, nem mesmo com a tese de que a fronteira de Portugal estava nos Pirenéus, ou seja, a defesa de Portugal não era possível, o exequível era uma defesa da Península, e isso os EUA não poderiam apoiar pois iria chocar com a política da OTAN (Telo, 1996a).

Em 1953, após algumas tentativas de Portugal da integração da Espanha na OTAN, os EUA acabam por integrar a Espanha no seu sistema defensivo com um acordo bilateral.

---

<sup>90</sup> “É uma operação destinada a temporariamente exercer o controlo de uma determinada área/objetivo com a finalidade de obter informações, confundir o adversário, capturar pessoal ou equipamento ou destruir uma determinada capacidade. Termina com a retirada da força após o cumprimento da missão” (EME, 2012, p. 2-6).

<sup>91</sup> Ver Figura 10 no Anexo F – Espetro da guerra.

A partir desse momento os espanhóis integram-se decididamente na aliança marítima mesmo não sendo incluídos na Aliança Atlântica. Isto deve-se, naturalmente, à sua relação com os EUA (Telo & Gomez, 2000).

Ora, com esse tratado a Espanha passa o principal parceiro Ibérico dos EUA, passando a ser o intermediário entre Portugal e os Estados Unidos e conseguindo, desta forma, dominar os acordos com Portugal na defesa dos Pirenéus, impondo as suas condições. Por exemplo, Portugal para apoiar uma defesa europeia em profundidade, teria que pedir à Espanha para as suas forças atravessarem o seu território, e este por sua vez podia inclusive negar-lhe essa passagem (Telo, 1996a).

#### **4.5. Províncias Ultramarinas**

##### **4.5.1. Período precedente à OTAN**

Se no período pós-II Guerra Mundial a aliança luso-britânica compreendia e aceitava o império português, com a aproximação de Portugal aos EUA as altas entidades portuguesas temiam que essa compreensão e aceitação fosse inexistente por parte dos americanos (Telo, 1996a). Esta situação, leva a que o convite para membro fundador da OTAN fosse dúbio para Oliveira Salazar. Foi, não só mas também, pela limitação geográfica ao hemisfério norte da Organização – uma vez que as suas províncias não estavam incluídas na área da defesa OTAN – (Telo, 1996 and Teixeira, 1992 in Duarte, 2010), e ainda pela dúvida sobre a futura posição – em termos políticos – da Organização em relação às colónias, que as dúvidas se prolongaram (Comunicação pessoal, Telo, 2014). Durante este período as colónias eram um dos principais pilares da defesa nacional, e logo em 1947 são enviadas forças permanentes para as colónias (Telo, 1996a).

Ao longo do restante período a situação vai se mantendo, e só com a entrada de Portugal na OTAN existem alterações significativas.

##### **4.5.2. Período posterior à OTAN**

Segundo o Ministério das Finanças, em 1952, existia uma classe de países que apresentava posição destacada na OTAN, e Portugal fazia parte dessa classe. Isto porque, Portugal oferecia condições predominantes num possível conflito, tal como a Inglaterra, a França

e a Bélgica, que tinham territórios africanos, que seriam não mais que reservatórios de materiais estratégicos, focos de industrialização, bases de resistência económica e nacional, reforçavam a posição geral, dispondo de economias de complemento e de recursos adicionais que multiplicam a força e potência das pátrias-mães<sup>92</sup>.

Em 1955, Portugal entra na ONU e essa situação vem-se a refletir numa alteração de política externa portuguesa. Se, por um lado a entrada na OTAN tinha um efeito de aceitação internacional do Estado Novo, por sua vez a ONU acabou por marcar um período de grande “(...) contestação internacional à política colonial” (Teixeira, 1999, p. 26), inicialmente apenas a nível ideológico e mais tarde a nível político e militar (Teixeira, 1999).

É com a crise do Suez<sup>93</sup>, em 1956, que os EUA começam a demonstrar alguma inflexibilidade quanto às colónias europeias. Portugal, numa forma de pressão inicial, paralisa as negociações com os EUA sobre os Açores (Telo, 1999).

Em 1956, na segunda reunião dos parlamentares da OTAN, discutiu-se a possibilidade de os russos contornarem a defesa da OTAN, ou seja, elaborarem um ataque que passasse pelo Norte de África, chegando-se mesmo a colocar em causa a ampliação dos dispostos dos artigos 2.º e 4.º do Tratado do Atlântico Norte, de forma a possibilitarem a defesa nessas áreas. Mas essa situação acaba por ficar no ar e em aberto.<sup>94</sup>

No ano de 1957 começam a ser tomadas algumas medidas iniciais que apontava para um reforço do Império. O DL n.º 41 559 e DL n.º 41 577, aprovados nos começos de 1958, alteram por completo a organização militar das colónias. Estas deixam de representar um ponto de reforço de Portugal e passam a “(...) contar com um dispositivo disperso que seria reforçado nos meses seguintes. (...) A Força Aérea cria Regiões Aéreas em África, promove uma rede de bases e aeródromos-base (...) A Marinha lança os Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima, cria os fuzileiros” (Telo, 1999, p. 70). Em 1959, pelo então Ministro

<sup>92</sup> Cfr IAN/TT/AO/CO/NE-17, num relatório do Ministério das Finanças enviado a António de Oliveira Salazar em 1952.

<sup>93</sup> “(...) de setembro de 1956, multiplicaram-se os incidentes na fronteira israelo-jordana. Israel decidira ripostar energeticamente contra os raids árabes. (...) Tropas iraquianas estacionavam no norte do país, para grande contrariedade de Israel. As eleições jordanas de 21 de outubro garantiram o triunfo dos antiocidentais, que tinham, a partir de então, dois terços dos assentos no Parlamento. Mais grave ainda para Israel era a presença de depósitos de armas de origem soviética no território do Sinai. Sentindo-se ameaçado, embora tendo superioridade militar (...) decidiu invadir o Sinai. (...) A expedição israelita revelou logo a extrema debilidade militar do Egipto” (Duroselle & Kaspi, 2014, p. 196). Esta foi a última manifestação importante da política de posse e domínio de bases marítimas (Moreira, 2004).

<sup>94</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-17, num relatório da segunda reunião dos parlamentares da OTAN, em 1956, enviada pelo representante português ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

da Defesa Nacional, Botelho Moniz, é salientado que os compromissos da OTAN e a Espanha passariam para segundo plano e que seria importante evitar novos compromissos com a Organização (Telo, 1999).

Já em 1958, o embaixador português exprime o que era a posição sempre defendida por Portugal: sem África, a Europa não poderia manter-se; sem a Europa os Estados Unidos não poderiam exercer o papel de potência mundial, mas teria de confinar-se e estabelecer a sua defesa dentro das fronteiras do seu território, os EUA sabiam que sem bases no exterior a sua defesa teria, necessariamente, de se efetuar dentro das suas fronteiras e isso seria muito mais dispendioso. Nesta altura, Portugal tinha já conhecimento de alguns apelos à rebelião, e admitia que estaria disposto a combatê-los.<sup>95</sup>

A partir de 1961 Portugal suspende os compromissos com a OTAN, passando a centrar a sua preocupação na questão colonial (Teixeira, 1999).

#### **4.6. Forças Armadas**

##### **4.6.1. Período precedente à OTAN**

Durante todo o período do pós-II Guerra Mundial até à origem da OTAN, Portugal baseia a sua defesa nacional nos planos primórdios de 1943, reformulados em 1945. Esses planos consistiam na criação de 15 divisões, centrando a defesa nacional em forças terrestres, ou seja, fundamentalmente no Exército, em detrimento da Armada, apesar de em 1945 existir um reforço nas ilhas. Como justificação desses planos, Portugal alegava a existência de 50 divisões em Espanha, valor que a Inglaterra considerava muito exagerado. Dessa forma, o plano visava um possível ataque proveniente da fronteira, assegurando a segurança da capital e dos portos de Lisboa, Porto e Setúbal, para desta forma permitir o desembarque de reforços de Inglaterra. Esta defesa seria uma defesa avançada<sup>96</sup>, com unidades móveis de cavalaria, visando conservar o mais prolongadamente possível os nós de comunicação, suportadas por

---

<sup>95</sup> Cfr IAN/TT/AOS/CO/NE-7a, numa carta enviada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo embaixador português que explanava a conversa entre ele próprio e o embaixador Inglês sobre a problemática de África, em 1958.

<sup>96</sup> As operações de defesa avançada são as operações em que a ação decisiva – que é a operação que leva diretamente ao sucesso da missão – é executada junto à orla anterior da zona de resistência (OAZR). Estas têm a finalidade de evitar penetrações significativas no seu setor. Estas operações englobam-se na defesa de área que se baseia na manutenção da posse de terreno detendo o inimigo. Para tal, é dada maior importância à posse de terreno ou a negá-la ao inimigo (EME, 2012).



duas divisões em 1.<sup>a</sup> linha, uma em 2.<sup>a</sup> linha e uma divisão mecanizada como reforço geral (Duarte, 2010).

Em 1947 é reformada a Lei n.º 1905 de 1935, onde promulgava as bases em que deveria assentar a organização superior da defesa nacional, dando assim origem à Lei n.º 2024, de 31 de maio de 1947, sendo pretendido um maior controlo militar das FA por parte do regime. Esta legislação corrobora um novo modelo militar que vem confirmar ao “(...) nível de organização do topo, a anglo-saxonização da força militar portuguesa” (Duarte, 2010, p. 233), sendo intuito da legislação uma homogeneidade entre as FA portuguesas e inglesas. É ainda de salientar que se confirma na Lei em causa a subordinação do poder militar ao poder político, sendo que o CSDN passa a ter funções meramente consultivas, tendo como membros permanentes os Majores-Generais do Exército e da Armada. Por sua vez, o secretariado do CSDN, que na Lei 1905, de 22 de maio de 1935, era autónomo, passa para a alçada da Presidência do Conselho. Por fim, a condução das operações militares era da estrita responsabilidade dos comandos superiores militares. Assim sendo, o governo passava a definir a PDN sem a intervenção do CSDN (Duarte, 2010).

#### **4.6.2. Período posterior à OTAN**

É durante este período que a PDN muda drasticamente com uma ampla modernização das FA portuguesas, conseguindo que estas estivessem ao nível da restante Europa Ocidental (Comunicação pessoal, Telo, 2014). A integração de Portugal na OTAN vem a demonstrar, não só, um aumento da eficiência geral das FA portuguesas mas também no aumento de discórdias entre os objetivos políticos de Portugal e os objetivos a alcançar pelas estratégias delineadas pela OTAN, pois eles eram antagónicos (Duarte, 2010). Se a ambição da OTAN era a integração das forças terrestres, aéreas e marítimas e de uma defesa da Europa o mais a leste possível (ver Figura 9 no Anexo E – Dispositivo defensivo da OTAN na Europa), Portugal continuava na ideia de um Exército de massas e de uma defesa da Europa na linha dos Pirenéus (Telo, 1996a).

Outra transformação que deriva da OTAN foi a orgânica político-administrativa de defesa, semelhante em todos os países signatários (Comunicação pessoal, Teixeira, 2014). Assim, a organização da defesa nacional passou a ser concentrada num único departamento governamental, em Portugal o Ministério da Defesa Nacional que tinha um ministro responsável como seu titular. A passagem do Ministério da Guerra para Ministério do Exército e a criação do Subsecretariado da Aeronáutica e a fundação da Força Aérea portuguesa (FAP)

– que até ao momento era inexistente em Portugal – veio agregar as aeronaves já existentes nas FA portuguesas na FAP. Assim, o ministro da Defesa Nacional tinha, juntamente com seu conselheiro técnico o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), também recentemente criado, com a responsabilidade de coordenar as questões relativas à defesa nacional e ainda a coordenação e orientação dos três ramos das FA. Por sua vez, o ministro da Defesa Nacional e o CEMGFA eram entidades na dependência das estruturas da Presidência do Conselho de Ministros (Duarte, 2010).

Em 1952, Oliveira Salazar promulga a Lei n.º 2051, de 15 de janeiro de 1952, que acabaria por ser impulsionada pelo Decreto-Lei n.º 37909, de 1 de agosto de 1950, onde se iniciava a nova reestruturação orgânica e administrativa da Defesa Nacional. Esta vem substituir a Lei n.º 2024, que não é mais que uma cópia da anterior com ligeiras alterações, que acabam por afastar os comandos militares do CSDN. Assim, de acordo com a nova Lei, o único membro militar que tem direito à presença no órgão consultivo que definia a PDN é o CEMGFA. Ora nestas transformações orgânicas existe uma oposição entre a Armada e o Exército, em que o cerne da questão era a posição geoestratégica nacional e a importância de ambos os ramos das FA para a Defesa Nacional. Para essa oposição contribuiu a origem da FAP, que legalmente surge com a publicação da Lei n.º 2055, de 1 de junho de 1952, mas cujos debates surgem desde a entrada da OTAN, sendo a Armada bastante cética quanto à ideia de que os seus meios aéreos fossem absorvidos por esta. Por fim, o nascimento da FAP é mais teórico do que efetivo, uma vez que estava na dependência efetiva do ministro da Defesa Nacional, tendo uma autonomia muito restrita, dado que as suas forças não estavam integradas na sua orgânica, tendo uma força destinada à cooperação com a Armada. A nível de instrução em tempo de paz, e também relativamente aos seus depósitos de material de guerra, com algumas exceções, estavam subordinados ao Exército (Duarte, 2010). Assim, se até aos anos de 1946/47 existia uma participação ativa dos militares na política, com a entrada na OTAN os militares concentram-se fundamentalmente na sua profissionalização e na formação técnica, principalmente nos novos equipamentos (Comunicação pessoal, Teixeira, 2014).

Com a origem da OTAN, Portugal mantém a sua ambição de ter uma palavra no apoio à defesa do Atlântico, mas deixa completamente de parte a ideia de ter uma capacidade de controlo Oceânico, mesmo que reduzida, passando a deter capacidade de escolta no Atlântico português (Telo, 1996a). Segundo Carrilho (1985) a Armada, em quadros orgânicos no ano de 1950, existiam 633 oficiais. Passados dez anos, esse número seria dilatado para 930. Já no que se refere aos valores reais, se na década de 50 existiam 793 oficiais, esse valor

passa a 953 na década de 60. Conforme Telo (1996a), esse número de oficiais (quando da adesão à OTAN) seria de 761, e o efetivo de 6159 homens.

Desta forma, ainda a salientar que, de todas as alterações ou implicações nas FA portuguesas, a que mais se fez denotar foi sem dúvida aquela que Salazar tinha – e com toda a razão para tal – mais receio, que era o contacto entre os militares portugueses e os dos Estados provenientes da OTAN. Esta relação refletiu-se – segundo Lemos Pires (Comunicação pessoal, 2014) na quarta linha de alterações, e a única não estratégica, – numa alteração das mentalidades, ou seja, uma maior abertura de espírito e do compreender da “coisa” militar, que levou indubitavelmente também a uma perceção política e estratégica diferente (Comunicação pessoal, Lemos Pires, 2014). Esta “geração NATO” mais nova e habilitada, acaba por ascender de forma muito rápida na hierarquia militar (Comunicação pessoal, Telo, 2014) e que mais tarde irá ter um papel fundamental na história de Portugal. Assim, nos inícios década de 50, as altas entidades portuguesas tinham a vontade de reforçar a sua força mobilizável, e este ideal vem colidir com a vontade de aprimoramento da OTAN e do grupo de oficiais que pretendiam seguir as propostas da Organização. Esta situação deriva em muito do enorme peso político do Exército relativamente à Armada, e desta forma a defesa militar acaba por ter uma maior relevância na componente terrestre das FA, continentalizando-se a defesa nacional (Duarte, 2010). Segundo ensina Duarte (2010, p. 283), no término da década de 1950 passa a haver uma “(...) consciencialização de uma dimensão não militar da ação bélica. Esta consciencialização vai ter dois impactos no pensamento e na estruturação da força armada.” Por sua vez, passa a existir a ideia da necessidade integração das FA, e na realidade é isso que começa a suceder devido às obrigações da OTAN, uma vez que a defesa da Europa continental exigia a participação do Exército e da Armada (Duarte, 2010).

## **Capítulo 5**

### **Conclusões e recomendações**

#### **5.1. Introdução**

É desta forma que chegamos ao culminar de toda a investigação, ou seja, à etapa que vem sumular a verificação ou a refutação das hipóteses deduzidas, atingindo deste modo as respostas às questões derivadas, que por sua vez, possibilitarão uma resposta à questão central. Em simultâneo será ainda verificado o cumprimento dos objetivos por nós definidos. Por fim, serão apontadas algumas limitações do estudo e delineadas algumas linhas orientadoras, a título de recomendações, destinadas a serem eventualmente acolhidas por futuros estudiosos que lhes reconheçam a devida pertinência.

#### **5.2. Cumprimento dos objetivos**

Segundo o desenrolar natural da investigação, seguindo as etapas enunciadas na metodologia, foi possível definir um quadro teórico que permitiu a obtenção da verificação – esta suportada pela revisão da literatura e das referidas entrevistas que vieram consolidar a informação obtida documentalmente. Desta forma, conseguindo as respostas à questão central e questões derivadas, que por sua vez vieram validar ou refutar as hipóteses, consideramos que os objetivos a que nos propusemos foram atingidos.

#### **5.3. Respostas às questões derivadas**

Uma vez que, respondendo individualmente a cada questão derivada, é possível uma compreensão mais detalhada da resposta à questão central e ao cumprimento dos objetivos da investigação, passamos à análise das mesmas.

Assim sendo, avançando para a primeira questão derivada: “Quais foram as implicações da posição geográfica de Portugal quanto à sua PDN?”, a análise documental e as entrevistas possibilitam a seguinte resposta: Portugal, como Estado pluricontinental, abarcava

uma grande extensão territorial parte da qual se encontrava fora da área da OTAN. Se, por um lado, se deve à sua posição geoestratégica e ao seu poder funcional o facto de Portugal ser membro fundador da OTAN, por outro, o território não europeu permanecia sem qualquer garantia de defesa externa e o desejo de o incluir na área da OTAN demonstrou-se não correspondido. Desta forma, existem dois aspetos que se demonstraram fundamentais na PDN portuguesa: em primeiro lugar, a localização vital dos Açores – tal como a Força Aérea dos EUA os classificava –, que se demonstrou fulcral na entrada de Portugal para a OTAN como membro fundador, e ainda a relação bilateral luso-americana. Ainda nesse âmbito, de referir o mencionado triângulo estratégico português que possibilitava o controlo e defesa do Atlântico, tal como das suas principais rotas marítimas e acesso ao Mar Mediterrâneo; em segundo lugar, devemos salientar que como país no extremo mais Ocidente da Europa, aos olhos (fundamentalmente) dos EUA e da Inglaterra, poderia constituir, juntamente com a Espanha, uma última linha defensiva – mais concretamente a linha dos Pirenéus – contra uma eventual ofensiva russa.

Relativamente à segunda questão: “Quais foram as implicações do regime político de Portugal quanto à sua PDN?”, a resposta surge, novamente, da análise documental e das já referidas entrevistas: no seio dos países fundadores da OTAN, Portugal é o único Estado em que o seu regime político não se coadunava com as restantes democracias pluralistas. Mais ainda, se por um lado não aceitava o liberalismo nem a democracia, por outro também não ia ao encontro do regime soviético. Os responsáveis portugueses acreditavam que os regimes ibéricos representavam a manutenção dos valores tradicionais europeus, e dessa forma, ambicionavam uma defesa nacional o mais autónoma possível. Desta forma, a relação entre Portugal e os restantes membros OTAN era, fundamentalmente num período inicial, bastante ténue. É por essa razão que as negociações luso-americanas se prolongaram e que só em 1951 Portugal permite a manutenção de bases militares estrangeiras no seu território em tempo de paz – sendo a OTAN que dá o enquadramento necessário para esse Tratado.

Por sua vez, no que diz respeito à terceira questão derivada, “De que forma a entrada de Portugal na OTAN afetou a sua PDN?”, a sua solução surge no decorrer da análise documental e ainda das entrevistas: a nível da sua PDN, Portugal sofre alterações essencialmente em três níveis estratégicos: operacional, estrutural e genético. Há ainda uma alteração no que diz respeito à orgânica político-administrativa de defesa, que passa a ser semelhante à dos países signatários. Por outro lado, é também a primeira vez que Portugal aceita que a sua defesa não possa ser coincidente com a sua fronteira, e que tem que se integrar numa perspetiva de defesa peninsular e ainda da Europa Ocidental. Existe também uma alteração na

formação profissional e técnica dos quadros das FA e uma mudança enorme na mentalidade dos militares, fruto da sua relação com os restantes militares dos Estados da OTAN.

Por fim, relativamente à última questão derivada, “Quais foram as implicações das relações bilaterais com os EUA na PDN portuguesa?”, esta é de igual modo solucionada através da análise documental e das entrevistas: durante o longo período de negociações – atribuladas – luso-americanas, a fundação da OTAN traduz-se efetivamente numa solução viável para um entendimento nesta relação. O culminar destas negociações traduz-se no acordo de auxílio mútuo em 1951, que vem permitir uma substancial ajuda militar americana, e que acaba por ter uma grande importância na modernização das FA. Por outro lado, essas relações, fundamentalmente neste último acordo, acabam por não ser tão benéficas como seria de esperar, sendo que são os EUA que mais beneficiam desta relação. Isto porque, o nosso país não consegue uma relação privilegiada e perde a sua posição favorecida relativamente à Península Ibérica e à Europa, essencialmente por não conseguir vantagens do ponto de vista técnico, cultural e ainda de importação de tecnologia militar ao nível que se esperava.

#### **5.4. Verificação das hipóteses**

De forma a comprovar as hipóteses como respostas à questão central, trataremos agora de as refutar ou validar as mesmas.

A demorada, por parte de Inglaterra, que não correspondeu às exigências portuguesas, representou um pilar fundamental para a aproximação nas relações luso-americanas e ainda entre Portugal e a OTAN. No entanto, a PDN portuguesa não se baseou apenas na OTAN – que garantia a defesa tanto do território português, que se encontra na área OTAN, como do Atlântico e da Europa –, mas também nas relações luso-americanas – que vêm a desempenhar um papel importante no rearmamento das FA portuguesas – e nas relações Ibéricas, sendo que, estas representadas efetivamente na defesa dos Pirenéus, revelavam-se ainda uma importante salvaguarda dos regimes peninsulares. Por sua vez, a defesa do império residia nas forças portuguesas, apesar da existência de algumas notas que poderiam perspetivar uma permissão, por parte dos EUA, quanto à utilização do material enviado por estes na defesa dos países além do trópico de Câncer.

Assim sendo, considera-se a hipótese um: “Portugal não deixa inteiramente a secular aliança com a Inglaterra mas baseia essencialmente a sua PDN na OTAN e na relação com os EUA, o que obriga a uma política de defesa europeia e atlântica. A península servirá

apenas de apoio à defesa do seu regime político. Por outro lado, o império será da sua inteira responsabilidade.” parcialmente verificada ao longo do estudo.

A segunda hipótese, “Portugal não deixa inteiramente a secular aliança com a Inglaterra mas baseia a sua PDN essencialmente com a OTAN, na relação com os EUA e não deixa a ideia de uma defesa peninsular, sendo esta também de defesa de regime, totalmente de parte, apoiando ainda a defesa europeia e atlântica. Por sua vez a defesa do seu império será da sua inteira responsabilidade.” considera-se verificada.

No que diz respeito à última hipótese, “Portugal deixa totalmente a secular aliança com a Inglaterra e baseia a sua PDN em três pontos: na OTAN, nos EUA e na Península Ibérica. Defende o seu regime numa defesa peninsular com acordos unindo-se à Espanha, aposta a defesa de Portugal continental nas relações bilaterais com os EUA, e numa perspectiva peninsular com a Espanha, participa ainda na defesa avançada da Europa. A defesa do Atlântico será baseada na OTAN tal como a defesa do seu império.” foi parcialmente verificada.

### **5.5. Resposta à questão central**

Com base na análise da informação recolhida, e com a lógica que segue o estudo exposto nos cinco capítulos constituintes da presente investigação, foi possível culminar o estudo com a resposta à questão central, “Quais foram as implicações da entrada de Portugal na OTAN, quanto à sua Política de Defesa Nacional?”. Os resultados surgiram na revisão de literatura através da análise documental que foi consolidada com a realização das entrevistas.

Assim sendo, é de salientar a oposição entre os objetivos políticos portugueses e os objetivos estratégicos propostos pela OTAN – uma vez que a primeira primava por uma defesa fundamentalmente continental e das colónias e a segunda valorizava o poder funcional português – sendo as implicações da entrada de Portugal na Organização, quanto à sua PDN, sintetizadas da seguinte forma: em primeiro lugar, uma remodelação da orgânica político-administrativa da defesa nacional. Para além disso, facilita as relações luso-americanas e traduz-se num conjunto de alterações estratégicas: a nível operacional, estrutural e genético das FA. Por sua vez, numa perspectiva de defesa vigente esperava-se uma preparação de quatro forças: defesa do império, do espaço Atlântico, da península e para intervir num teatro de operações europeu. Nesta linha de pensamento, na defesa peninsular consubstanciava-se ainda a defesa dos valores tradicionais europeus. De salientar que, com as obrigações da

OTAN, surge também a consciencialização da dimensão não militar nas ações bélicas. Esta situação demonstrou-se uma mais-valia na integração das FA.

Por fim, a OTAN vem representar uma grande alteração na eficiência e na mentalidade das FA. Essa geração – Geração NATO –, que acabaria por ascender na hierarquia militar de forma muito célere, veio, anos mais tarde, a desempenhar várias ações fundamentais na história de Portugal.

## **5.6. Limitações da investigação**

Durante a investigação, a abundância de matéria existente sobre a temática levou a uma maior dificuldade de seleção de elementos. Por sua vez, o número de páginas subscrito pelas NEP em vigor na Academia da parte pós-textual demonstraram-se um fator restritivo, uma vez que nos vimos forçados a inquirir o orientador e o diretor de curso pela possibilidade de extravasar o número de páginas referidas pelas normas, tendo a resposta sido positiva.

## **5.7. Propostas de investigação futura**

Cada ponto de chegada pode ser, simultaneamente, um novo ponto de partida, e a ciência – toda a ciência – é prova disso mesmo.

Neste sentido, e numa perspetiva eminente epistemológica, seria interessante que o presente estudo merecesse continuidade, avançando para a segunda fase da Guerra-fria. Para estudiosos que se procurem debruçar sobre temáticas de maior contemporaneidade, o presente estudo não deixará de estar à sua disposição para, a partir dele, se desenvolver uma investigação que, porventura, venha analisar quais as implicações da OTAN na atual PDN do nosso país, permitindo uma perspetiva comparativa mais alargada, desde que realizada com os devidos cuidados metodológicos, sobretudo os relativos à ausência de distanciamento histórico do fenómeno, por forma a garantir-se uma análise rigorosa e desapaixonada.



## **Bibliografia**

- Andrade, L. (1992). Portugal and the Atlantic Alliance: The Role of the Azores. *Estratégia*, Vol. IV, pp. 109-141.
- Antunes, J. F. (2013). Kennedy Salazar O Leão e a Raposa. Alfragide: Dom Quixote.
- Aron, R. (1986). Paz e Guerra entre as Nações (2ª ed.). Brasília: Universidade de Brasília.
- Ascensão, J. O. (1999). Direito Civil Teoria Geral (Vol. II). Coimbra: Editora Coimbra.
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (1993). Constituição da República Portuguesa Anotada (3.ª ed.). Coimbra: Editora Coimbra.
- Carrilho, M. (1985). Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Estudos Gerais Série Universitária.
- Couto, A. C. (1988a). Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C. (1988b). Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso (Vol. II). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dias, C. M. (2005). Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. (2007). Caracterização do Sistema Internacional. *Proelium*, Nº 7 (Revista Academia Militar), 27- 44. Lisboa: Academia Militar.
- Dias, C. M. (2010). Sobre a Guerra Política, Estratégia e Tática. Lisboa: Prefácio.
- Dougherty, J., & Pfaltzgraff, Jr. , R. (2003). Relações Internacionais: As teorias em Confronto. (Gradiva, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Duarte, A. P. (2003). O Equilíbrio Ibérico Séc. XI-XX História e Fundamentos. *Atena*, n.º16, pp. 399-453.
- Duarte, A. P. (2010). A Política de Defesa Nacional 1919-1958. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Duroselle, J.-B., & Kaspi, A. (2014). *História das Relações Internacionais de 1945 aos nossos dias*. (H. Viçoso, Trad.) Lisboa: Texto & Grafia.
- EME. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Fortin, M.-F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. (N. Salgueiro, Trad.) Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos Métodos e Técnicas* (4ª ed.). Lisboa: Instituto PIAGET.
- Gomes, G. S. (1990). A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional. *Nação e Defesa*, n.º56, pp. 55-76.
- Krieger, W. (1996). *Política de Segurança Europeia 1945-1973. Portugal e a Europa 50 anos de integração*, 47-97. Lisboa: Centro de Informação Jacques Delors.
- Lemos Pires, N. B. (25 de março de 2014). *As relações entre Portugal e a OTAN no período de 1947 a 1960*. (C. F. Almeida, Entrevistador) Mafra.
- Marcos, D. (Stembro de 2010). Portugal e a Evolução do Sistema Defensivo Europeu; A Cimeira de Lisboa de 1952. (IPRI, Ed.) *Relações Internacionais*, n.º 27, pp. 65-80.
- Moreira, A. (1979). Poder Funcional - Poder Errático. *Nação e Defesa*, n.º 12, pp. 14-27.
- Moreira, A. (1997). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (1999). *A evolução da OTAN. Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica 1949-1999*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Moreira, A. (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)* (4ª ed.). (I. S. Políticas, Ed.) Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa .
- Nunes, T. (1999). *História da Aliança Atlântica: grandes períodos. Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica 1949-1999*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Nye, J. (2011). *Compreender os conflitos Internacionais* (2ª ed.). (T. Araújo, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Nye, J. (2012). *O futuro do poder*. (L. O. Santos, Trad.) Maia: Círculo de Leitores.
- OTAN. (1954a). *OTAN: Les Cinq Premieres Annes 1949 - 1954*. Paris.
- OTAN. (1954b). *Organização do Atlântico Norte ou "Pacto do Atlântico"*. Lisboa.

- Pereira, A. G. & Quadros, F. (1993). Manual de Direito Internacional Público (3ª ed.). Livraria Almedina.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ª ed.). (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.) Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, A. S. (2010). Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar modelo de elaboração. Loures: Segurança & Defesa.
- Salazar, O. (1944). Preparação Nacional para o Pós-Guerra. Discursos e Notas Políticas, IV, 58-71. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, O. (1945). Portugal, A Guerra e a Paz. Discursos e Notas Políticas, IV, 100-126. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, O. (1948). O Ocidente em Face da Rússia. Discursos e Notas Políticas, IV, 323-345. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, O. (1949a). O Meu Depoimento. Discursos e Notas Políticas, IV, 348-381. Coimbra: Coimbra Editora.
- Silva, E. S. (1998). Introdução ao Estudo do Direito (Vol. I). Sintra: Editora Sintra.
- Teixeira, N. S. (1995). Portugal e a NATO: 1949-1989. *Análise Social*, XXX(133) - 4.ª Série, pp. 803-818.
- Teixeira, N. S. (1999). Portugal e a NATO: 1949-1999. *Nação e Defesa*, n.º 89 - 2.ª Série, pp. 15-41.
- Teixeira, N. S. (27 de março de 2014). A relações entre Portugal e a OTAN no período de 1947 a 1960. (C. F. Almeida, Entrevistador) Lisboa.
- Telo, A. (1993). Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948). Lisboa: ASA.
- Telo, A. (1995). Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola. *Análise Social*, XXX, pp. 947-973.
- Telo, A. (1996a). Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica. Lisboa: Edição Cosmos.
- Telo, A. (1996b). Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: Reflexões sobre o Sistema Mundial. Blumenau: FURB.

Telo, A. (1999). Portugal e a NATO (1949-1976). *Nação e Defesa*, n.º 89 - 2.ª Série, pp. 43-84.

Telo, A. (18 de março de 2014). As relações entre Portugal e a OTAN no período de 1947 a 1960. (C. F. Almeida, Entrevistador) Amadora.

Telo, A., & Gomez, H. (2000). Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos. *Relações Internacionais*, n.º5.

### **Legislação**

Constituição da República Portuguesa (1933). Retirado no dia 12 de março de 2014, de Parlamento: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

Decreto-Lei n.º 38530, de 11 de novembro de 1951 (Aprova Acordo de auxilio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América). *Diário do Governo*, 1.ª série n.º 246, (p.1022). Retirado no dia 20 de fevereiro de 2014, de *Diário da República*: <https://dre.pt/pdf1sdip/1951/11/24600/10221026.pdf>.

Lei n.º 2024, de 31 de maio de 1947 (Promulga as bases da defesa nacional). *Diário do Governo*, 1.ª série n.º 124, (p.497). Retirado no dia 21 de fevereiro de 2014, de *Diário da República*: <http://dre.pt/pdf1sdip/1947/05/12400/04870488.pdf>.

Lei n.º 2051, de 15 de janeiro de 1952, (Promulga as bases da organização da defesa nacional). *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 10, (p.239). Retirado no dia 22 de fevereiro de 2014, de *Diário da República*: <http://dre.pt/pdf1sdip/1952/01/01000/02390240.pdf>.

### **Documentos online**

Charter of the United Nations (1945). Retirado no dia 14 de abril de 2014, de UN: <http://www.un.org/en/documents/charter/>.

Churchill, Winston (1946). *The Sinews of Peace*. Retirado no dia 11 de março de 2014, de WinstonChurchill: <http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of-winston-churchill/120-the-sinews-of-peace>.

Goldsworthy, David (2008). Cecil, Robert Arthur James Gascoyne-, fifth marquess of Salisbury (1893 - 1972), Oxford Dictionary of National Biography, de Oxford University Press: <http://www.oxforddnb.com/view/printable/30911>.

Protocol to the North Atlantic Treaty on the Accession of Greece and Turkey (1951). Retirado no dia 10 de março de 2014, de NATO: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_17245.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17245.htm?selectedLocale=en).

The North Atlantic Treaty (1949). Retirado no dia 10 de março de 2014, de NATO: [http://www.nato.int/cps/en/SID-0B1724B0-FC34CC88/natolive/official\\_texts\\_17120.htm?blnSublanguage=true&selectedLocale=en&submit.x=0&submit.y=0](http://www.nato.int/cps/en/SID-0B1724B0-FC34CC88/natolive/official_texts_17120.htm?blnSublanguage=true&selectedLocale=en&submit.x=0&submit.y=0).

### **Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)**

#### **Arquivo Oliveira Salazar (IAN/TT/AOS)**

Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros (IAN/TT/AOS/CO/NE)

NE-7A (Cx. 360 e Cx. 361);

NE-17 (Cx. 388);

NE-17-1 (Cx. 389);

### **Internet**

<http://history.state.gov/departmenthistory/people/acheson-dean-gooderham>, consultado no dia 24 de maio de 2014, pelas 22:16h.

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/Conceito>, consultado no dia 14 de junho de 2014 pelas 23:15h.

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/Postulado>, consultado no dia 06 de junho de 2014 pelas 22:10h.

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/interestadual>, consultado no dia 19 de fevereiro de 2014 pelas 00:17h.

<http://www.parliament.uk/about/faqs/house-of-lords-faqs/role/>, consultado no dia 24 de maio de 2014 pelas 22:30h.

[http://www.pluralism.ca/index.php?option=com\\_content&view=article&id=162:pluralism&catid=101&Itemid=627&lang=en](http://www.pluralism.ca/index.php?option=com_content&view=article&id=162:pluralism&catid=101&Itemid=627&lang=en), consultado no dia 01 de julho de 2014 pelas 22:15h.

[http://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/Featured\\_Bio\\_Green.htm](http://www.senate.gov/artandhistory/history/common/generic/Featured_Bio_Green.htm), consultado no dia 22 de abril de 2014 pelas 18:40h.

<https://www.google.pt/maps/@40.8140676,-35.2410793,5z>, consultado no dia 13 de julho de 2014 pelas 22:30h.

## APÊNDICES



## **ACADEMIA MILITAR**

### **AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A OTAN NO PERÍODO DE 1947 A 1960.**

**Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia**

**Trabalho de Investigação Aplicada**

#### **Entrevista**

Autor: Aspirante de Artilharia Cristiano Fonseca de Almeida

Orientador: Mestre Eurico Manuel Curates Rodrigues

**Lisboa, março de 2014**



No âmbito do desenvolvimento do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema, “As Relações entre Portugal e a OTAN no período de 1947 a 1960”, importa recolher informação especializada, desiderato que conduz à necessária realização de entrevistas.

De forma a dar validade científica ao TIA, o tipo de entrevista é direccionada a estudiosos/individualidades específicas que detenham um superior conhecimento do objeto de estudo em análise. Assim, esta entrevista servirá para dar resposta aos objetivos específicos a que nos propusemos.

Devido à importância da entrevista, as suas respostas são uma parte fundamental nesta investigação. Estas vão ser analisadas de modo a servir de suporte para a investigação.

Se V. Ex.<sup>a</sup> assim o desejar, poderá ter acesso a toda a investigação bem como submeter a sua apreciação a análise efetuada do conteúdo das respostas. Após a sua aprovação estarei disponível para lhe facultar o trabalho na íntegra.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Cristiano Fonseca de Almeida  
Aspirante Aluno de Artilharia

## **Enquadramento Teórico do Trabalho**

Com o fim da II Guerra Mundial, que deixa a Europa devastada, surge um novo Sistema Internacional com ideais que não se coadunam com o interesse nacional. Portugal, que sempre contou com a Inglaterra, elemento basilar da sua Defesa Nacional até então, inicia uma alteração da sua Política de Defesa Nacional (PDN) que, desta vez, não pode assentar fundamentalmente na Aliança Luso-britânica.

Com falta de alternativas viáveis, surge o convite para a fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), perante o qual, com uma determinada renitência e sem a possibilidade de se abster, Portugal acaba por aceitar, tornando-se membro fundador da Aliança Atlântica.

Essa participação como membro fundador da OTAN leva necessariamente a uma renovação da PDN. Essa particular mudança suporta uma alteração na Defesa Nacional que por sua vez será alvo de estudo, focando-nos nas implicações na PDN com a entrada de Portugal na OTAN.

O estudo tem como finalidade a comparação da PDN precedente ao Tratado do Atlântico Norte com a mesma política no período posterior ao Tratado, referindo as implicações, da entrada na organização, no âmbito da defesa nacional. Como objetivos específicos da entrevista temos:

Investigar a importância da relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América (EUA), no que diz respeito à PDN portuguesa;

Investigar as implicações do regime político português na sua PDN;

Investigar a importância do “triângulo estratégico português”, e a sua posição geográfica, quanto à sua influência na Defesa Nacional de Portugal;

Investigar os constrangimentos que o “império português” trouxeram a Portugal, no âmbito da sua PDN;

Desta forma, estes objetivos específicos vão concorrer diretamente para o objetivo geral, que é a análise de 13 anos do regime ditatorial português, entre 1947 a 1960, de forma a determinar as implicações na PDN, do Estado Português, com a sua entrada na OTAN, comparando essa no período precedente e posterior ao Tratado do Atlântico Norte.

A entrevista tem um fim de exploração e confirmação do conteúdo da investigação, sendo estas as questões fundamentais. Não obstante da eventualidade de surgirem outras questões no desenrolar da entrevista.

**Quadro 1 - Guião das Entrevistas por módulos temáticos com referências aos objetivos específicos.**

Fonte: Autor

Entrevista					
Cabeçalho da entrevista	<b>Tema:</b> As relações entre Portugal e a OTAN no período entre 1947 a 1960. <b>Entrevistador:</b> Aspirante Aluno de Artilharia Cristiano Almeida <b>Objetivo geral:</b> Investigar o período de 13 anos do regime ditatorial português, entre 1947 a 1960, de forma a determinar as implicações na PDN, do Estado Português, com a sua entrada na OTAN, comparando essa no período precedente e posterior ao Tratado do Atlântico Norte.				
	<b>Caracterização do Entrevistado</b> <b>Nome do entrevistado:</b> <b>Cargo/Função:</b> <b>Local/Data:</b> <b>Hora de início:</b> <b>Hora de fim:</b>				
	<b>Guião: Perguntas por blocos temáticos</b>				
	<b>Bloco A:</b> Apresentação	<b>Bloco B:</b> Relações entre Portugal e os EUA	<b>Bloco C:</b> O regime Político português	<b>Bloco D:</b> O Triângulo estratégico Português	<b>Bloco E:</b> Constrangimentos do Império Português
	<b>Bloco F:</b> Considerações Finais				
<b>Blo-cos</b>	<b>Objetivos específicos</b>		<b>Formulário de perguntas</b>		
<b>Bloco A: Apresentação</b>	-Apresentação; -Explicar os objetivos gerais da entrevista; -Legitimar a entrevista; -Motivar o entrevistado;		1- Qual o seu nome? 2- Qual a função/funções que desempenha?		

<b>Bloco B: Relações entre Portugal e EUA</b>	<p>-Investigar a importância da relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América (EUA), no que diz respeito à PDN portuguesa;</p>	<p>1- Em 1947, após a “bofetada inglesa”, os portugueses ficam cientes que a sua secular aliança com a Inglaterra não iria fornecer o apoio necessário à sua Defesa Nacional. Dessa forma, Portugal vê-se num impasse e decide recorrer ao apoio dos EUA. Porquê os EUA?</p> <p>2- Quais foram as implicações do acordo de 1947, entre Portugal e os EUA, no que diz respeito à sua PDN? E do acordo de 1951?</p>
<b>Bloco C: O regime político português</b>	<p>- Investigar as implicações do regime político português na sua PDN;</p>	<p>1- Ao longo do período em causa, o regime político português representa um entrave nas relações externas. Quais foram as implicações, na PDN, do tipo de regime político português existente no período a estudar?</p> <p>2- A célebre frase de Salazar no seu discurso, “Portugal no Pacto do Atlântico” em 25 de Julho de 1949: “Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes”, passa a ideia que Portugal não tinha alternativa. Partilha dessa mesma opinião? Porquê?</p>
<b>Bloco D: Triângulo estratégico português</b>	<p>- Investigar a importância do “triângulo estratégico português”, e a sua posição geográfica, quanto à sua influência na Defesa Nacional de Portugal;</p>	<p>1- A posição geográfica de Portugal representa um ponto importante relativamente à sua PDN. Relativamente a essa posição, que implicações tem na PDN de Portugal?</p>

<b>Bloco E: Constrangimentos do império português</b>	- Investigar os constrangimentos que o “império português” trouxeram a Portugal, no âmbito da sua PDN;	1- Quais foram as implicações do império ultramarino, na PDN de Portugal? E quais foram as implicações das províncias ultramarinas nessa mesma política?
<b>Bloco F: Considerações Finais</b>	- Investigar quais as principais implicações, na PDN, da entrada na OTAN;	1- Na sua opinião, quais foram as principais implicações, na PDN, da entrada de Portugal na OTAN?

**Quadro 2 - Lista dos entrevistados e dados técnicos**

Fonte: Autor

<b>Entrevistado 1:</b> António José Telo <b>Data:</b> 18 de março de 2014 <b>Hora de início:</b> 10h05 <b>Hora de fim:</b> 11h10 <b>Duração:</b> 1h05 <b>Unidade/Local:</b> AM/Amadora <b>Utilização de gravador:</b> Sim	<b>Entrevistado 2:</b> Nuno Barrento de Lemos Pires <b>Data:</b> 25 de março de 2014 <b>Hora de início:</b> 10h00 <b>Hora de fim:</b> 10h30 <b>Duração:</b> 30 minutos <b>Unidade/Local:</b> EA/Mafra <b>Utilização de gravador:</b> Sim
<b>Entrevistado 3:</b> Nuno Severiano Teixeira <b>Data:</b> 27 de março de 2014 <b>Hora de início:</b> 12h00 <b>Hora de fim:</b> 12h35 <b>Duração:</b> 35 minutos <b>Unidade/Local:</b> Reitoria da UNL/Lisboa <b>Utilização de gravador:</b> Sim	

## Apêndice B - Análise dos resultados das entrevistas.<sup>97</sup>

Quadro 3 - Análise das respostas às questões: B1, B2, C1, C2, D1, E1, F1.

Fonte: Autor

<b>Respostas à questão B1: “Em 194, após a “bofetada inglesa”, os portugueses ficam cientes que a sua secular aliança com a Inglaterra não iria fornecer o apoio necessário à sua Defesa Nacional. Dessa forma, Portugal vê-se num impasse e decide recorrer ao apoio dos EUA. Porquê os EUA?”</b>	
Entrevistado 1	“Nesta altura a Inglaterra estava sobretudo interessada em trazer os EUA para a Europa e “prende-los” a algum tipo de acordo de defesa (...) Assim o que a Inglaterra dá a entender a Portugal que a única maneira de assegurar uma defesa, não só de Portugal mas da Europa continental é com a ajuda dos EUA”.
Entrevistado 2	“Porque é sem dúvida o parceiro com que tínhamos firmado acordos, nomeadamente nos Açores, a seguir à II Guerra Mundial, e que acaba por ser o substituto natural, no controlo do Atlântico, da Inglaterra, de quem nós tínhamos tido uma relação bastante forte. E obviamente que em termos de desenvolvimento tecnológico e de material os EUA são os mais desenvolvidos”.
Entrevistado 3	
<b>Resposta à questão B2: Quais foram as implicações do acordo de 1947, entre Portugal e os EUA, no que diz respeito à sua PDN? E do acordo de 1951?</b>	
Entrevistado 1	“(…) os Açores são essenciais para aquilo que é o único meio ofensivo dos EUA, que é a Força Aérea estratégica (...) O SAC (...) Desta forma o SAC é a “espada” apontada à URSS, (...), é muito claro que os Açores teriam de ser utilizados desde o primeiro dia de guerra e sem restrições (...) Inclusive, sabemos hoje que existiam planos americanos para a ocupação dos Açores, ou seja, toda a política era desenvolvida para que o arquipélago fosse utilizado através de acordos com Portugal, mas se não

<sup>97</sup> Salvaguarda-se que a transcrição completa das entrevistas encontram-se na posse do autor. Por questões de extensão não se encontram presentes no trabalho. Assim sendo, são observáveis os resumos e partes mais significativas das respostas no presente Apêndice.

	<p>houvesse acordo este seria ocupado. Portugal tem fortes reservas e receios dessa relação bilateral (...) por duas razões: o intuito de poder haver uma tentação americana de promover as independências das colónias europeias diga-se que essa tentação não existia; em segundo, havia o receio daquilo que Salazar chamava o “contágio” americano nas FA. (...) No acordo de 1951, os EUA veem claramente que com a NATO surge um enquadramento multilateral que lhes permite a manutenção nos Açores. Ou seja, é a NATO que dá enquadramento à manutenção das forças americanas nos Açores, por um período indefinido, como uma base NATO (...) os portugueses têm a preocupação de alargar o acordo em tempo de guerra, a todos os Estados da NATO (...) o acordo acaba por ser muito generoso da parte de Portugal, (...) por exemplo não coloca dúvidas ou salvaguardas e relação à presença de armas nucleares, (...) nós sabemos hoje que de facto albergou armas nucleares e oficialmente os EUA não informaram Portugal e não eram obrigados a fazê-lo pelo acordo de 1951. (...) Já quanto às suas colónias, quando Portugal levanta a questão de que o armamento e equipamento poderá ser utilizado no contexto africano os EUA aceitam, embora haja uma troca de notas que aponta para isso, e inclusive Portugal insiste num empenhamento formal nessa situação à qual os americanos resistem ao máximo (...) Portugal obtém, sem dúvida, vantagens mas bastante menores do que aquelas que os EUA estavam dispostos a dar (...) neste acordo Portugal não defende bem os seus interesses (...)”</p>
Entrevistado 2	<p>“Uma coisa é o desejo pragmático, outra é o desejo político. O desejo pragmático era o desejo de beneficiar de uma nova organização, estruturas, divisões, doutrina americana (...) Outra coisa é a política. Portanto, ao nível da estratégia há acordo, enquanto ao nível da política, obviamente que os EUA, como sempre, tiveram como ideia o apoio dos movimentos de libertação, o direito à emancipação dos povos, etc (...) No acordo de 1951, o que se fez foi uma questão pragmática: nós precisávamos obviamente de armamento e equipamento – que derivou da ligação americana – e se queríamos desenvolver dentro da reestruturação das FA portuguesas para umas FA convencionais viradas para a ameaça do Pacto</p>

	de Varsóvia integradas em países com desenvolvimento tecnológico era essencial (...)”
Entrevistado 3	
<b>Resposta à questão C1: Ao longo do período em causa, o regime político português representa um entrave nas relações externas. Quais foram as implicações, na PDN, do tipo de regime político português existente no período a estudar?</b>	
Entrevistado 1	<p>“O convite a Portugal vem surpreender os europeus, (...) e os EUA levantam a questão do que seria mais vantajoso: indicar a NATO como uma união das democracias Ocidentais ou meramente uma união dos Estados Ocidentais, fossem ou não democráticos. (...) Os EUA têm de continuar a manter a presença nas Lages, e como tal, a única solução é apresentar a NATO não como uma união das democracias, mas sim excluindo a parte política e ideológica.</p> <p>Portugal tem fortes reservas (...) Essas reservas têm a ver com as possíveis implicações futuras da NATO para o regime; o que é que vai acontecer com os contactos militares da NATO; e qual será a futura posição em relação às colónias? (...) Portugal tem noção que o que os EUA pretendem é a manutenção da sua presença nos Açores, mas as vantagens são grandes e os portugueses não têm alternativa no ponto de vista da defesa. (...)”</p>
Entrevistado 2	
Entrevistado 3	<p>“(...) A entrada da NATO tem um efeito, do ponto de vista internacional que é no fundo quase que como uma espécie de reconhecimento internacional que joga a favor do regime autoritário de Salazar (...)”</p>
<b>Resposta à questão C2: A célebre frase de Salazar no seu discurso, “Portugal no Pacto do Atlântico” em 25 de Julho de 1949: “Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes”, passa a ideia que Portugal não tinha alternativa. Partilha dessa mesma opinião? Porquê?</b>	
Entrevistado 1	<p>“(...) Ficar fora da NATO teria fortíssimas consequências negativas, a primeira era política, (...) ficaria isolada internacionalmente. (...) Em termos de defesa seria a albanização (...)”</p>
Entrevistado 2	



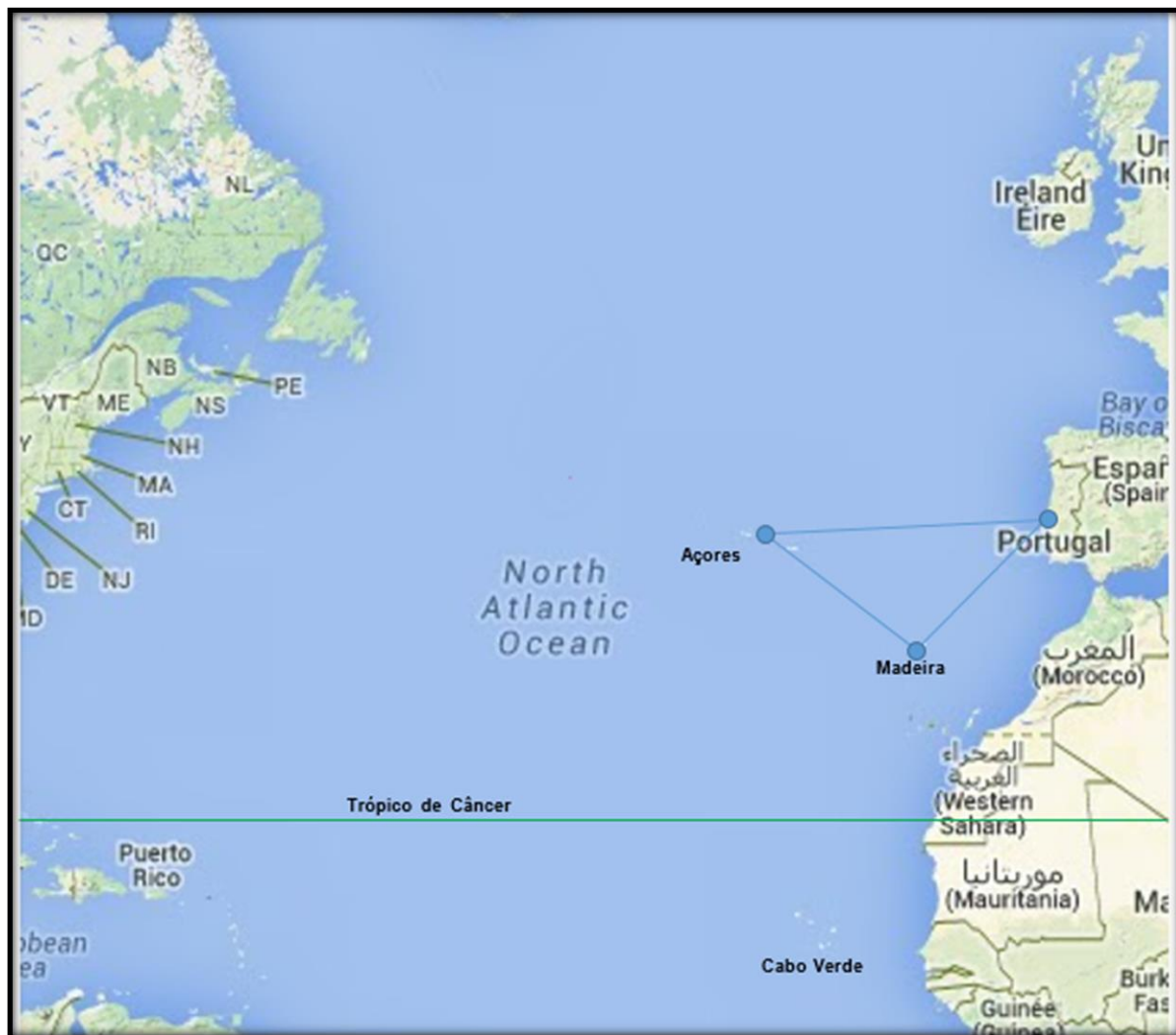
Entrevistado 3	“(…) os portugueses não tinham grande margem de manobra internacional relativamente às grandes potências, ou seja, Portugal não podia com muita facilidade dizer que não. (...) o Mundo estava dividido em dois blocos, o bloco Ocidental e o Soviético e há uma pressão diplomática muito grande sobre o governo de Salazar para que Portugal entre, isto devido há base das Lages. Portanto, o peso de não entrar seria, do ponto de vista político e internacional, a possibilidade de abrir no interior do bloco Ocidental um precedente e uma fratura que o enfraquecia (...)”
<b>Respostas à questão D1: A posição geográfica de Portugal representa um ponto importante relativamente à sua PDN. Relativamente a essa posição, que implicações tem na PDN de Portugal?</b>	
Entrevistado 1	“(…) Portugal está interessado em manter a sua lógica anterior, que era uma lógica essencialmente numa defesa de fronteira terrestre o que apontava para um predomínio do exército e para um exército muito numeroso que pudesse ter uma ação significativa junto da fronteira terrestre (...) Portugal defende a Península nos Pireneus com Espanha e embora esses planos não digam respeito à NATO na realidade esses planos favorecem a NATO (...)”
Entrevistado 2	“(…) indubitavelmente os Açores têm uma importância geoestratégica fortíssima, porque estão a meio do Atlântico e são uma base fixa que permite abastecer, controlar e vigiar o espaço Atlântico. (...) Portanto, nos voos estratégicos são necessárias bases fixas para poder utilizar e reabastecer entre a América e a Europa. (...) Quanto à Madeira, tem a ver com uma ligação que existe entre esta posição primordial, os EUA e Europa, sendo que a Madeira é muito mais perto de África e fora das grandes rotas comerciais (...) por sua vez controlava as entradas para o Mediterrâneo (...)”
Entrevistado 3	“Havia um debate estratégico muito grande sobre qual devia ser a função estratégica do território português (...) Por um lado, a teoria estratégica tradicional, que era a história do bastião ibérico, em que a defesa de Portugal far-se-ia na linha dos Pireneus e portanto havia uma unidade estratégica na Península Ibérica, em que apenas Portugal e a Espanha deveriam constituir essa unidade de defesa, contra uma ameaça continental

	“(…) Esta tese oficial era defendida por Santos Costa. Havia ainda outra teoria estratégica, defendida pelo General Raúl Esteves, que valorizava precisamente o carácter Atlântico numa unidade estratégica, que seria a Península Ibérica, mas o valor estratégico do território português seria a relação entre o continente e os Açores e a profundidade atlântica – no fundo seria o triângulo estratégico português – que daria valor estratégico ao território português e devido a isso a defesa de Portugal não deveria ser a defesa recuada da Europa mas sim a defesa avançada dos EUA (…)”
<b>Respostas à questão E1: Quais foram as implicações do império ultramarino, na PDN de Portugal? E quais foram as implicações das províncias ultramarinas nessa mesma política?</b>	
Entrevistado 1	“(…) Portugal compreende que a descolonização está a bater à porta da Europa e perante a mudança de política, por exemplo da Inglaterra, é preciso fazer alguma coisa. Portugal não pode simplesmente continuar a dizer que se aplica a constituição de 1933 continuando a considerar-se colónias. (…) Portanto, nesta altura há por um lado a aceitação generalizada de que é preciso uma adaptação mínima, nomeadamente em relação aos nomes, e depois existem dúvidas sobre o grau de reforma que deve, efetivamente, se aplicar (…)”
Entrevistado 2	“Isso são questões meramente políticas, questões de semântica (…). É um feito meramente cosmético, pois na prática não teve uma produção eficaz na política, uma vez que continuou a discriminação dos cidadãos que moravam nos territórios coloniais. Portanto, estamos a falar de política, percepção, diplomacia e até de justificações por parte de Portugal. E se fazem parte de Portugal tinha justificação que seria a defesa territorial desses mesmos espaços. (…)”
Entrevistado 3	
<b>Respostas à questão F1: Na sua opinião, quais foram as principais implicações, na PDN, da entrada de Portugal na OTAN?</b>	
Entrevistado 1	“De facto a PDN muda drasticamente. É a primeira vez que, por exemplo, Portugal aceita oficialmente a ideia de que a fronteira terrestre não pode ser defendida (...); Em segundo lugar é a primeira vez que aceitam um conceito, de que Portugal tem de se integrar dentro de uma perspetiva

	de defesa da Europa Ocidental como um todo (...); Existe também a ampla modernização colocando as FA portuguesas ao nível da restante Europa Ocidental; E ainda uma outra modificação, talvez a mais importante, é que de facto ascende ao longo dos anos 50, e sobem muito rápido, uma geração de oficiais nova e habilitada, formada na NATO que têm uma mentalidade diferente. (...)“
Entrevistado 2	“No fundo as principais implicações são em quatro linhas, três na componente da estratégia: estratégia operacional; estratégia estrutural; estratégia genética. Estratégia operacional porque ao fazermos parte dos planos de defesa da NATO obrigou-nos a direccionar o nosso esforço operacional para uma postura da defesa convencional do teatro de operações europeu, nomeadamente defesa mais próxima, mas também em teatros mais afastados; Estratégia genética, obviamente que com uma nova orgânica ditou novos equipamentos, que por sua vez ditou nova filosofia de equipamentos. (...) uma nova tipologia de equipamento, das missões e doutrina americana que se vai implementando e se vai fazendo com que exista uma alteração da estratégia estrutural: divisões, brigadas, batalhões; Estratégia estrutural porque a estrutura das divisões de organização territorial portuguesa, menos organizada em regiões e mais virada para a sua componente operacional também ditou a revisão de todos os escalões de força. Por fim, a última linha, a alteração das mentalidades, (...) levou a uma abertura de espírito e de entender a “coisa” militar de uma forma distinta, mas levou indubitavelmente também a uma perceção política e estratégica diferente (...)”
Entrevistado 3	“(...) em primeiro lugar no plano da organização da defesa nacional. É pela primeira vez, introduzida alterações institucionais, com a criação do secretariado da defesa nacional com algumas competências para o CEM-GFA, coisa que não existia anteriormente. Depois, consequências também no plano militar. Sobretudo a formação dos oficiais das FA portuguesas na doutrina NATO. Assim a mudança institucional, com a criação digamos da noção da defesa nacional e das instituições que daí decorrem, a formação profissional e técnica dos quadros das FA na doutrina NATO e a modernização do equipamento (...) com isto tudo as FA portuguesas,

	que tinham passado um período – até aos anos 1946/47 – que intervinham na política acabam por se afastar da política e concentram-se na sua profissionalização, formação técnica e modernização do equipamento (...)”
--	---

## Apêndice C - Triângulo estratégico português.



**Figura 1 - Triângulo estratégico português.**

Fonte: <https://www.google.pt/maps/@40.8140676,-35.2410793,5z>, a adaptação do triângulo estratégico português e materialização do Trópico de Câncer é da responsabilidade do autor.

## **Apêndice D - Tratado do Atlântico Norte (1949) e Protocolo de 1951.**

### **Quadro 4 - Tratado do Atlântico Norte (1949)**

Fonte: Texto cfr. *The North Atlantic Treaty* (1949), a adaptação ao quadro é da responsabilidade do autor.

<p><b>Washington D.C. - 4 April 1949</b></p> <p>The Parties to this Treaty reaffirm their faith in the purposes and principles of the Charter of the United Nations and their desire to live in peace with all peoples and all governments. They are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilisation of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law. They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area. They are resolved to unite their efforts for collective defence and for the preservation of peace and security. They therefore agree to this North Atlantic Treaty :</p> <p><b>Article 1</b></p> <p>The Parties undertake, as set forth in the Charter of the United Nations, to settle any international dispute in which they may be involved by peaceful means in such a manner that international peace and security and justice are not endangered, and to refrain in their international relations from the threat or use of force in any manner inconsistent with the purposes of the United Nations.</p> <p><b>Article 2</b></p> <p>The Parties will contribute toward the further development of peaceful and friendly international relations by strengthening their free institutions, by bringing about a better understanding of the principles upon which these institutions are founded, and by promoting conditions of stability and well-being. They will seek to eliminate conflict in their international economic policies and will encourage eco-</p>	<p>nomie collaboration between any or all of them.</p> <p><b>Article 3</b></p> <p>In order more effectively to achieve the objectives of this Treaty, the Parties, separately and jointly, by means of continuous and effective self-help and mutual aid, will maintain and develop their individual and collective capacity to resist armed attack.</p> <p><b>Article 4</b></p> <p>The Parties will consult together whenever, in the opinion of any of them, the territorial integrity, political independence or security of any of the Parties is threatened.</p> <p><b>Article 5</b></p> <p>The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.</p> <p>Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security.</p>
---	--

<p><b>Article 6<sup>98</sup></b></p> <p>For the purpose of Article 5, an armed attack on one or more of the Parties is deemed to include an armed attack:</p> <p>on the territory of any of the Parties in Europe or North America, on the Algerian Departments of France, on the territory of or on the Islands under the jurisdiction of any of the Parties in the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer; on the forces, vessels, or aircraft of any of the Parties, when in or over these territories or any other area in Europe in which occupation forces of any of the Parties were stationed on the date when the Treaty entered into force or the Mediterranean Sea or the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer.</p> <p><b>Article 7</b></p> <p>This Treaty does not affect, and shall not be interpreted as affecting in any way the rights and obligations under the Charter of the Parties which are members of the United Nations, or the primary responsibility of the Security Council for the maintenance of international peace and security.</p> <p><b>Article 8</b></p> <p>Each Party declares that none of the international engagements now in force between it and any other of the Parties or any third State is in conflict with the provisions of this Treaty, and undertakes not to enter into any international engagement in conflict with this Treaty.</p> <p><b>Article 9</b></p> <p>The Parties hereby establish a Council, on which each of them shall be represented, to consider matters concerning the implementation of this Treaty. The Council shall be so organised as to be able to meet promptly at any time. The Council shall set up such subsidiary bodies as may be necessary; in particular it shall establish immediately a defence committee which shall recommend measures for the</p>	<p>implementation of Articles 3 and 5.</p> <p><b>Article 10</b></p> <p>The Parties may, by unanimous agreement, invite any other European State in a position to further the principles of this Treaty and to contribute to the security of the North Atlantic area to accede to this Treaty. Any State so invited may become a Party to the Treaty by depositing its instrument of accession with the Government of the United States of America. The Government of the United States of America will inform each of the Parties of the deposit of each such instrument of accession.</p> <p><b>Article 11</b></p> <p>This Treaty shall be ratified and its provisions carried out by the Parties in accordance with their respective constitutional processes. The instruments of ratification shall be deposited as soon as possible with the Government of the United States of America, which will notify all the other signatories of each deposit. The Treaty shall enter into force between the States which have ratified it as soon as the ratifications of the majority of the signatories, including the ratifications of Belgium, Canada, France, Luxembourg, the Netherlands, the United Kingdom and the United States, have been deposited and shall come into effect with respect to other States on the date of the deposit of their ratifications. <sup>(3)</sup></p> <p><b>Article 12</b></p> <p>After the Treaty has been in force for ten years, or at any time thereafter, the Parties shall, if any of them so requests, consult together for the purpose of reviewing the Treaty, having regard for the factors then affecting peace and security in the North Atlantic area, including the development of universal as well as regional arrangements under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security.</p>
--	--

<sup>98</sup> The definition of the territories to which Article 5 applies was revised by Article 2 of the Protocol to the North Atlantic Treaty on the accession of Greece and Turkey signed on 22 October 1951.

<p><b>Article 13</b></p> <p>After the Treaty has been in force for twenty years, any Party may cease to be a Party one year after its notice of denunciation has been given to the Government of the United States of America, which will inform the Governments of the other Parties of the deposit of each notice of denunciation.</p> <p><b>Article 14</b></p> <p>This Treaty, of which the English and French texts are equally authentic, shall be deposited in the archives of the Government of the United States of America. Duly certified copies will be transmitted by that Government to the Governments of other signatories.</p>	
--	--

**Quadro 5 - Tratado do Atlântico Norte, Protocolo de 1951.**

Fonte: Texto cfr. Protocol to the North Atlantic Treaty on the Accession of Greece and Turkey (1951), adaptação ao quadro é da responsabilidade do autor.

<p><b>Protocol to the North Atlantic Treaty on the Accession of Greece and Turkey.</b></p> <p><b>22 October 1951</b></p> <p>The Parties to the North Atlantic Treaty, signed at Washington on April 4, 1949</p> <p>Being satisfied that the security of the North Atlantic area will be enhanced by the accession of the Kingdom of Greece and the Republic of Turkey to that Treaty,</p> <p>Agree as follows:</p> <p><b>Article 1</b></p> <p>Upon the entry into force of this Protocol, the Government of the United States of America shall, on behalf of all the Parties, communicate to the Government of the Kingdom of Greece and the Government of the Republic of Turkey an invitation to accede to the North Atlantic Treaty, as it may be modified by Article 2 of the present Protocol. Thereafter the Kingdom of Greece and the Republic of Turkey shall</p>	<p>each become a Party on the date when it deposits its instruments of accession with the Government of the United States of America in accordance with Article 10 of the Treaty.</p> <p><b>Article 2</b></p> <p>If the Republic of Turkey becomes a Party to the North Atlantic Treaty, Article 6 of the Treaty shall, as from the date of the deposit by the Government of the Republic of Turkey of its instruments of accession with the Government of the United States of America, be modified to read as follows:</p> <p>For the purpose of Article 5, an armed attack on one or more of the Parties is deemed to include an armed attack:</p> <p>on the territory of any of the Parties in Europe or North America, on the Algerian Departments of France, on the territory of Turkey or on the islands under the jurisdiction of any of the Parties in the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer;</p>
---	--



<p>on the forces, vessels, or aircraft of any of the Parties, when in or over these territories or any other area in Europe in which occupation forces of any of the Parties were stationed on the date when the Treaty entered into force or the Mediterranean Sea or the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer.</p> <p><b>Article 3</b></p> <p>The present Protocol shall enter into force when each of the Parties to the North Atlantic Treaty has notified the Government of the United States of America</p>	<p>of its acceptance thereof. The Government of the United States of America shall inform all the Parties to the North Atlantic Treaty of the date of the receipt of each such notification and of the date of the entry into force of the present Protocol.</p> <p><b>Article 4</b></p> <p>The present Protocol, of which the English and French texts are equally authentic, shall be deposited in the Archives of the Government of the United States of America. Duly certified copies thereof shall be transmitted by that Government to the Governments of all the Parties to the North Atlantic Treaty.</p>
--	--

## **ANEXOS**

## Anexo A - As etapas do procedimento e método dedutivo versus indutivo.

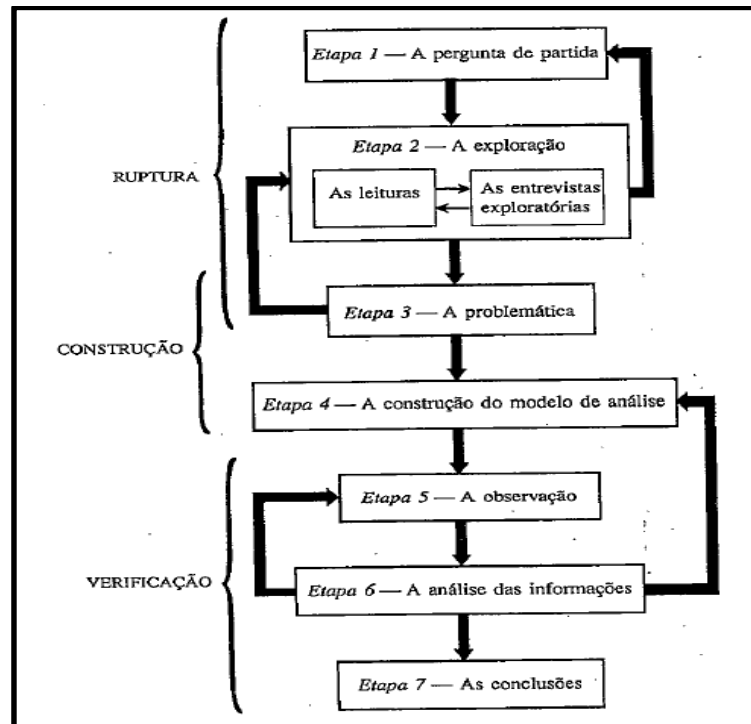


Figura 2 - Etapas do procedimento.

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 27)

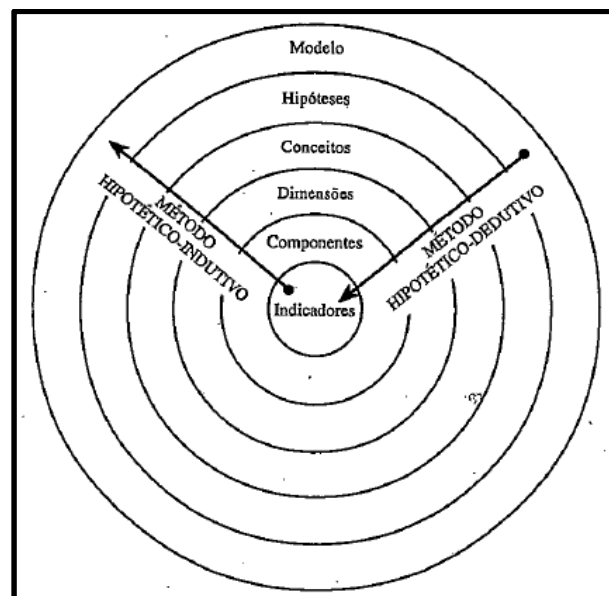


Figura 3 - Método hipotético-dedutivo versus hipotético-indutivo

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 145)

Anexo B - Evolução estrutural da OTAN.

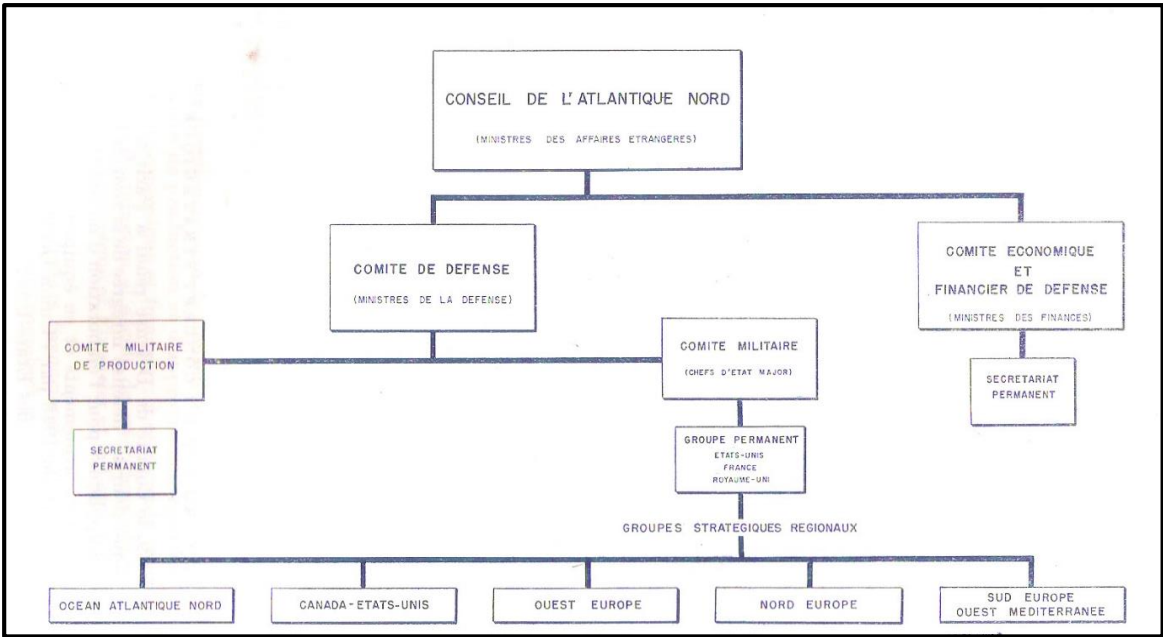


Figura 4 - Estrutura da OTAN em dezembro de 1949.

Fonte: (OTAN, 1954a, p. 28)

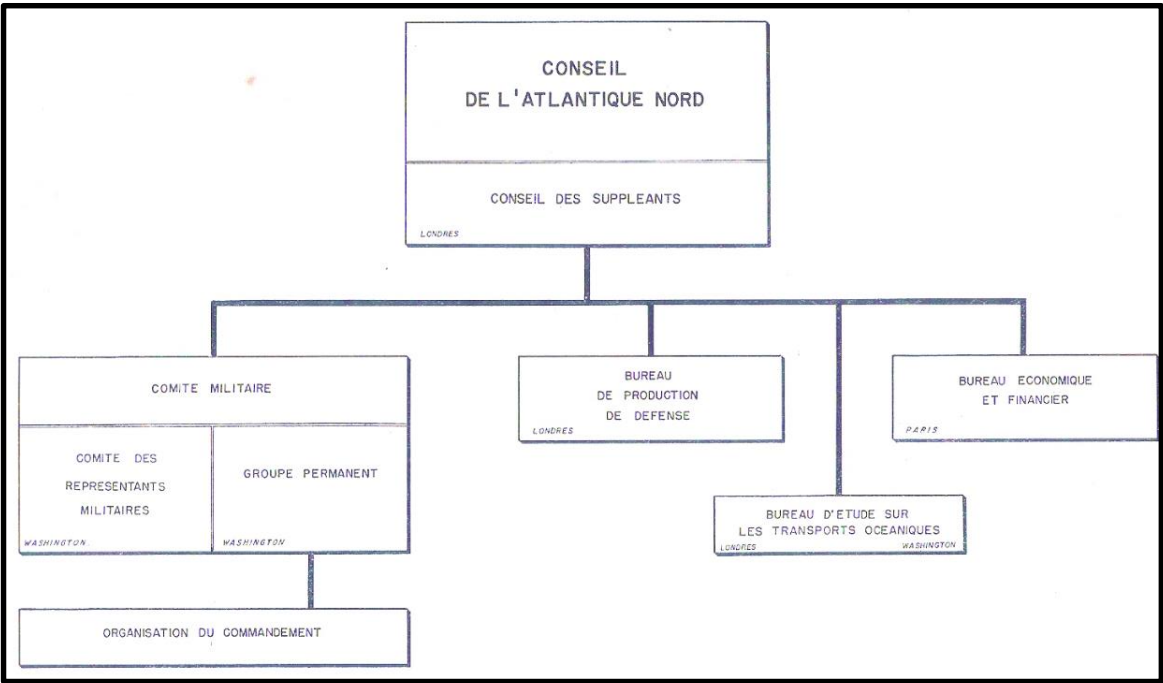
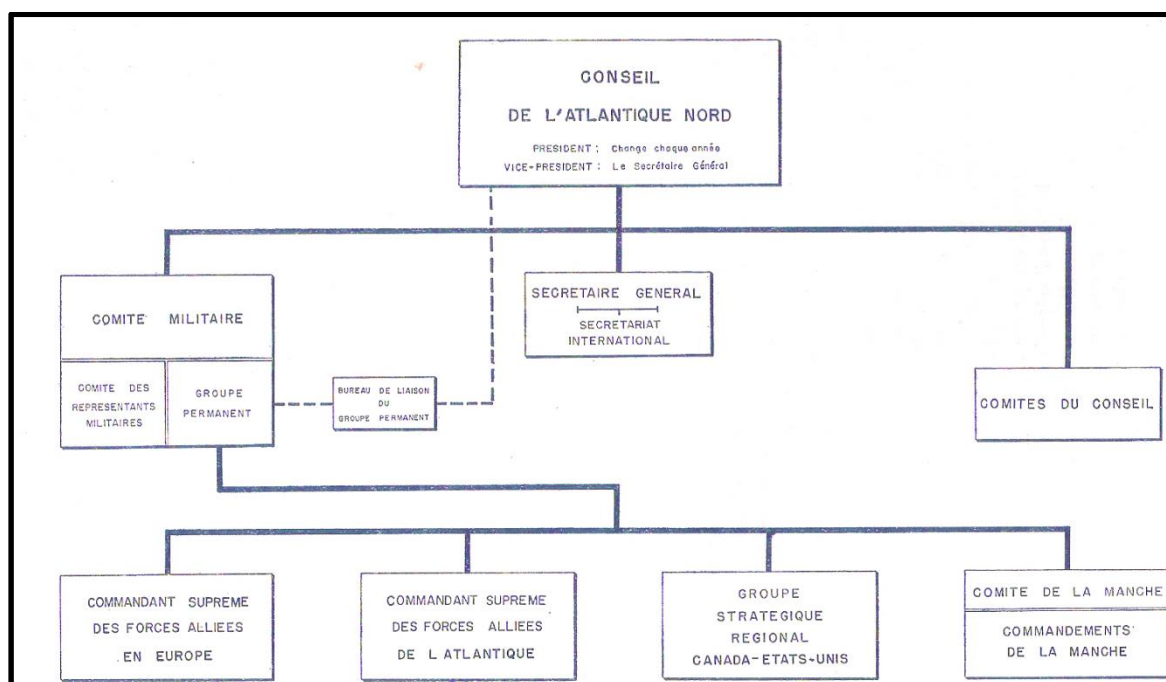


Figura 5 - Estrutura da OTAN em maio de 1951.

Fonte: (OTAN, 1954a, p. 44)



**Figura 6 - Estrutura da OTAN em julho de 1954.**

Fonte: (OTAN, 1954a, p. 59)

## Anexo C - Modelo de elaboração da PDN.

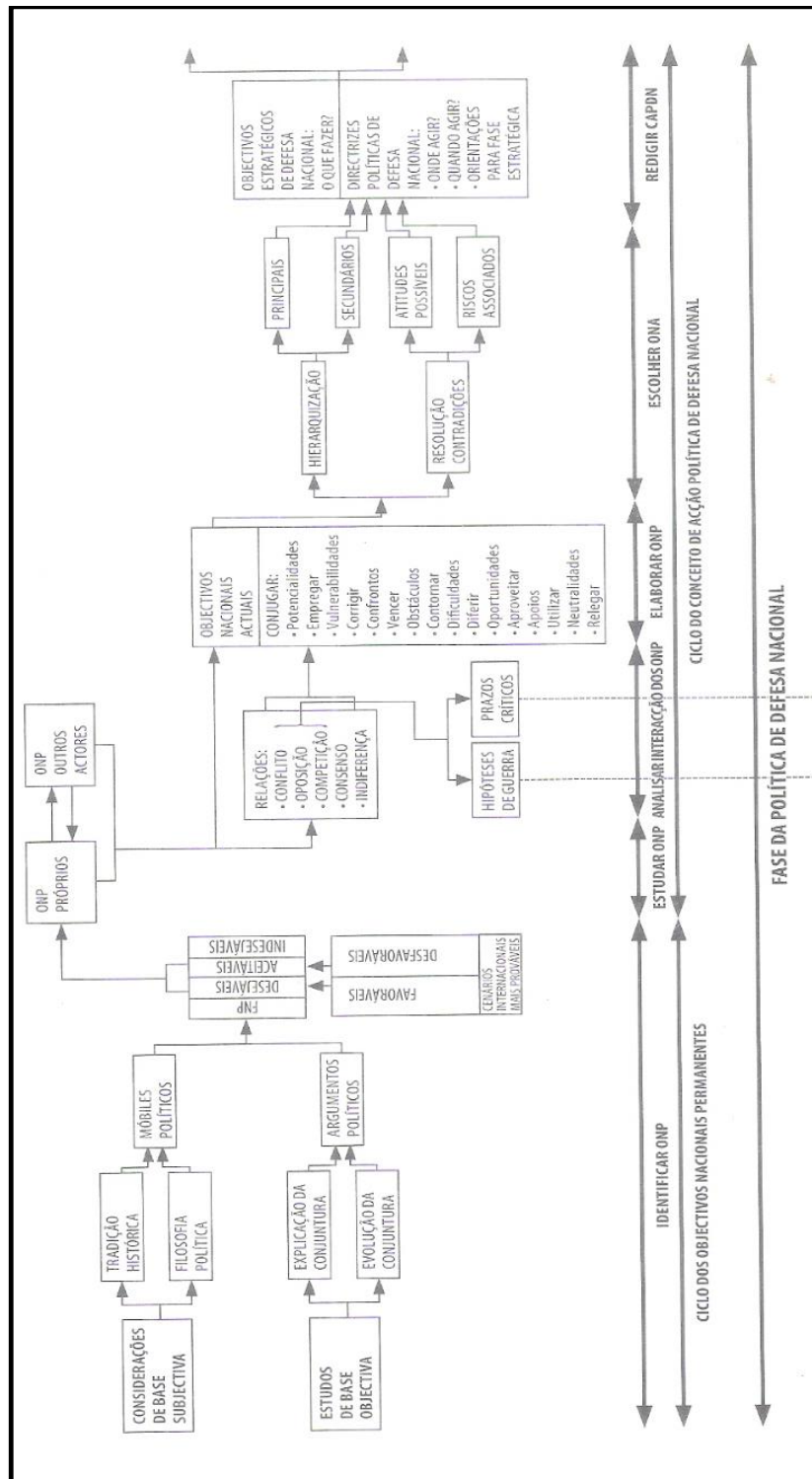
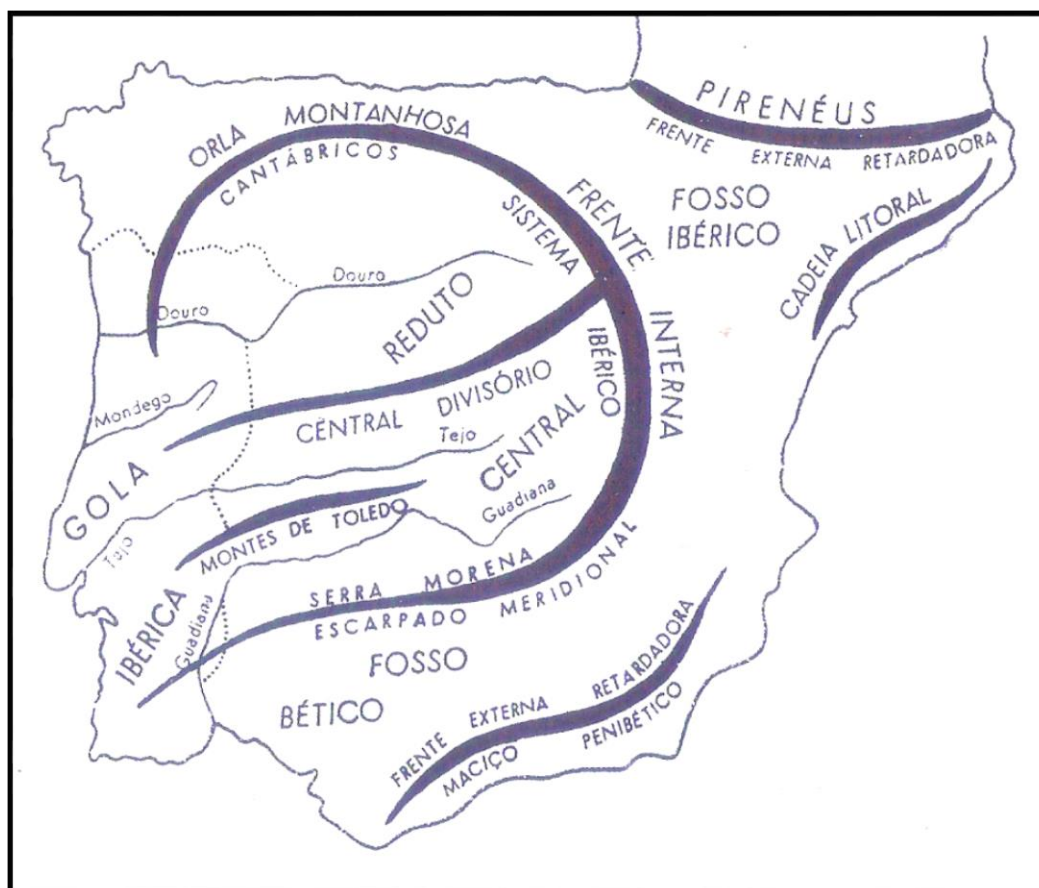


Figura 7 - Fluxograma do modelo de elaboração da PDN.

Fonte: (Ribeiro, 2010, p. 28).

## Anexo D - Linha de defesa dos Pirenéus.



**Figura 8 - Defesa dos Pirenéus.**

Fonte: (Duarte, 2010, p. 292)

## Anexo E - Dispositivo defensivo da OTAN na Europa.

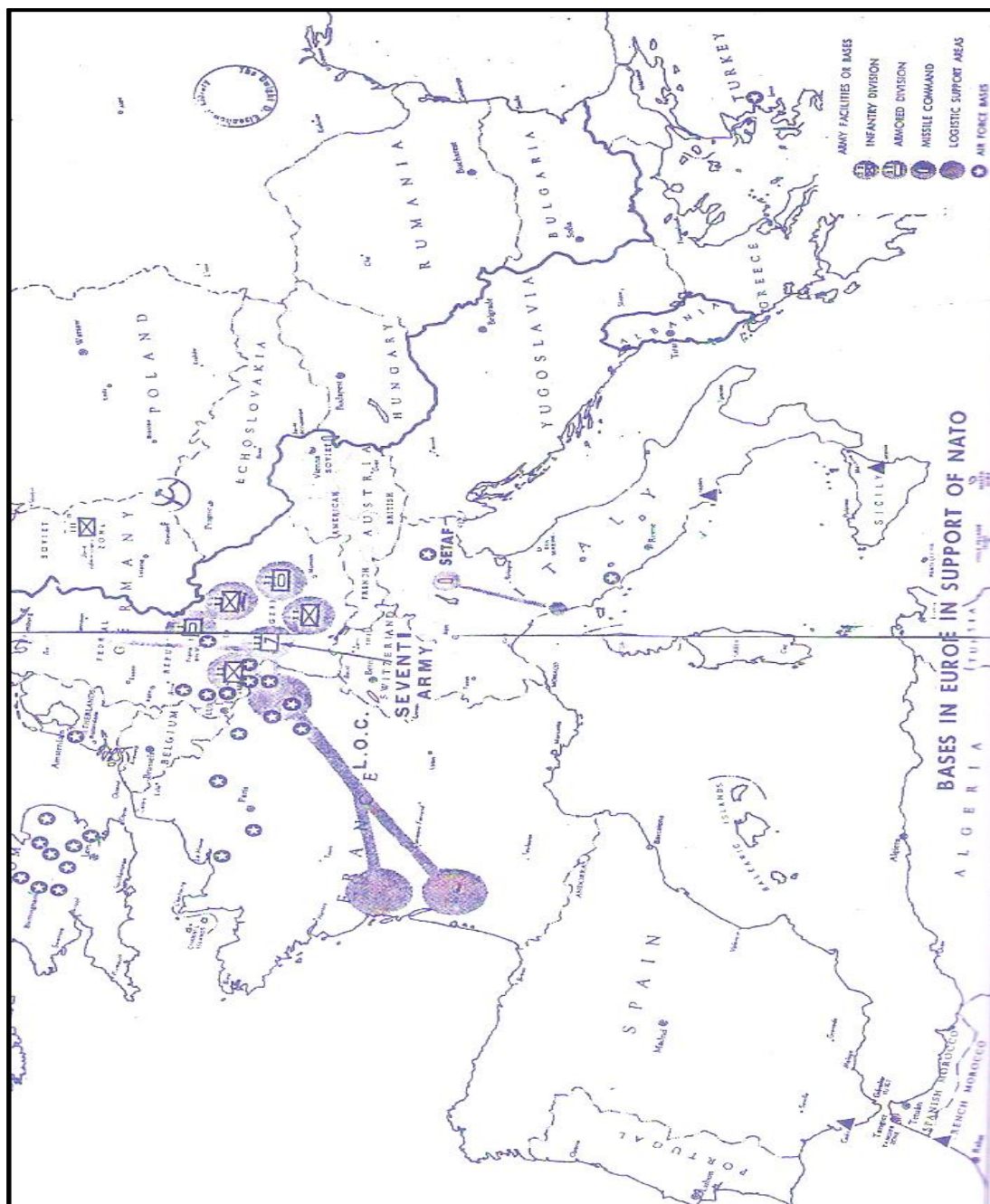
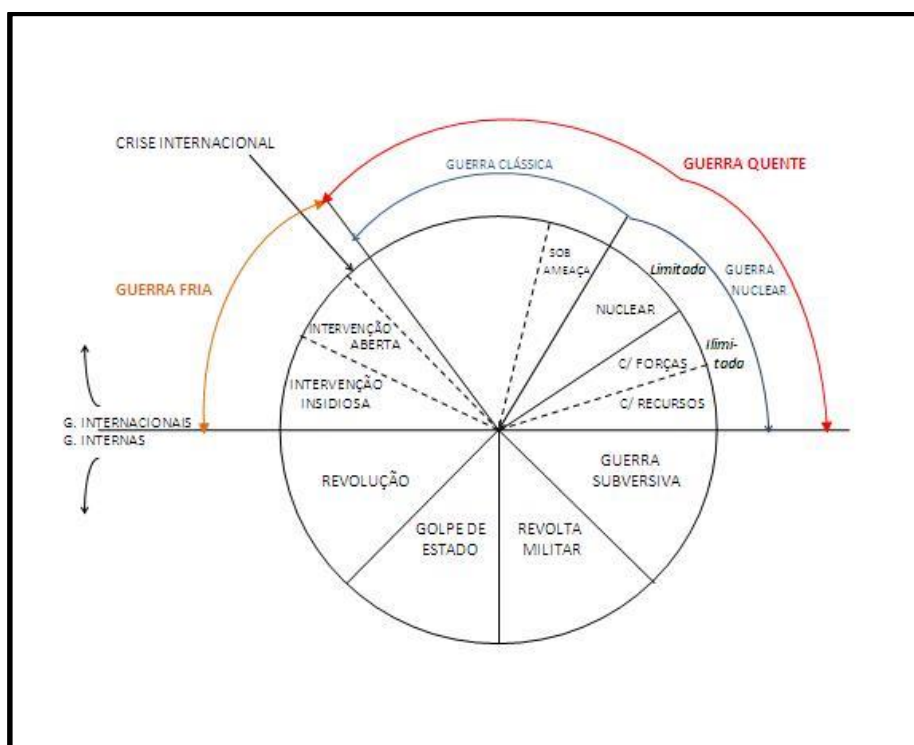


Figura 9 - Dispositivo OTAN na Europa no final dos anos 50.

Fonte: (Telo, 1996a, p. 250)



## Anexo F - Espetro da guerra



**Figura 10 - Espetro da guerra.**

Fonte: (Couto, 1988a, p. 152)

Segundo Cabral Couto (1988a) o espectro da guerra representa todas as formas que as guerras podem assumir em função do grau de intensidade de violência. Como se pode verificar as guerras podem existir entre Estados – internacionais – ou no seu interior – internas. A Guerra-fria, que apenas exclui a ação militar, subdivide-se em intervenção insidiosa e intervenção aberta sendo que primeira corresponde a práticas diplomáticas e a segunda uma tomada de decisão pública. Engloba também a crise internacional que não é mais que uma Guerra-fria na possibilidade de passar a guerra quente. Por sua vez, a guerra clássica ou convencional comporta essencialmente o emprego de meios militares, exceto recursos nucleares. No que diz respeito à guerra nuclear, caracteriza-se pelo emprego de armas nucleares. Estas podem ser limitadas, se envolverem apenas armamento de natureza tática, ou ilimitadas, caso não existam restrições. Nas guerras internas temos: revoluções que são o levantamento popular não planeado; golpes de Estado que são a ação clandestina contra a autoridade; revoltas militares que são um levantamento militar; por fim a guerra subversiva que são uma luta prolongada por parte da população contra a autoridade.